

ACÇÃO SOCIALISTA

ESPECIAL XVII CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA

MOÇÕES GLOBAIS DE ESTRATÉGIA NACIONAL

Moção A

Defender Portugal, Construir o Futuro

José Sócrates

Moção B

Mais PS. Portugal como desígnio de si próprio

Jacinto Serrão

Moção C

Democracia e Socialismo. Por um Portugal com futuro

António Brotas

Moção D PS vivo - Portugal positivo. Mudar o PS para Mudar Portugal

António Fonseca Ferreira

XVII CONGRESSO NACIONAL PS



Defender Portugal, Construir o Futuro

Primeiro Subscritor: **José Sócrates**

Parte I PS: Responsabilidade e Identidade

1. O dever primeiro do PS: estar à altura das responsabilidades da governação e da confiança dos portugueses

Em Setembro de 2009, os portugueses afirmaram e renovaram, democraticamente, a sua confiança no Partido Socialista para governar Portugal. E fizeram-no mandando o PS para governar nesta legislatura, que vai até 2013.

É em nome desse mandato democrático e é em nome dessa confiança popular que o Partido Socialista tem assumido e continuará a assumir, com toda a coragem e com toda a determinação, as exigentes tarefas da governação, num período que é de especiais dificuldades para o País, para a União Europeia e para o Mundo.

Não fomos nós que escolhemos o momento para governar, os portugueses é que nos escolheram para governar neste momento.

Por isso, o dever primeiro do PS é absolutamente claro: estar à altura desta responsabilidade e desta confiança.

O PS que se reúne e se mobiliza para este XVII Congresso Nacional é, pois, um PS bem consciente das suas tarefas principais na governação:

- Enfrentar e superar os efeitos da maior crise económica mundial dos últimos oitenta anos;
- Reduzir o défice e controlar a dívida, para assegurar a consolidação das contas públicas e a sustentabilidade das políticas sociais, restaurar a confiança nos mercados de dívida soberana, assegurar o financiamento da economia portuguesa e contribuir para a defesa do Euro e do projecto europeu;
- Promover o crescimento da economia, combater o desemprego e reduzir os factores estruturais de desequilíbrio externo, apoiando as exportações e desenvolvendo a aposta nas energias renováveis e na eficiência energética;
- Prosseguir, com ambição, as reformas para a modernização do País e do Estado e para a competitividade da economia;
- Promover a igualdade de oportunidades; qualificar os serviços públicos, a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde; garantir a segurança social pública e prosseguir o combate à pobreza e às desigualdades sociais, para uma sociedade mais justa.

2. Reafirmar a identidade e o rumo do PS como partido da esquerda democrática, europeia, moderna e responsável

Este XVII Congresso é uma excelente oportunidade para o Partido Socialista reafirmar na sociedade portuguesa aquela que é a sua identidade política e aquele que é o seu rumo estratégico.

De facto, o Partido Socialista que se dispõe a servir o País na governação assumindo as tarefas de grande exigência que o interesse nacional reclama, é também um Partido bem consciente da sua identidade e do seu rumo. É em inteira fidelidade à sua mais profunda identidade política e ao rumo estratégico que traçou, que o PS assume

a responsabilidade de governar no difícil contexto actual.

O Partido Socialista é, hoje como sempre, o grande partido português da esquerda democrática, europeia, moderna e responsável. Inserido internacionalmente na família dos partidos políticos socialistas, social-democratas e trabalhistas, o PS posiciona-se na sociedade portuguesa como ampla plataforma política do centro-esquerda, que se dirige a todos os portugueses. O PS é, por isso, um espaço aberto à participação cívica e lugar de encontro de correntes de opinião e movimentos sociais diversos, que se reconhecem nos valores e princípios do PS e no seu projecto progressista de modernização do País e de construção de uma sociedade mais solidária e mais justa.

Foi esse rumo como partido da esquerda moderna que conduziu o PS da oposição à vitória em duas eleições legislativas consecutivas.

E foi esse rumo que fez do PS a verdadeira força da mudança, como protagonista de um ambicioso movimento de reformas para a modernização da sociedade, da economia e do Estado, bem como para a qualificação dos serviços públicos, a eficiência e sustentabilidade do Estado Social e a obtenção de novas conquistas para a igualdade, ao serviço de uma sociedade mais justa.

Foi nesse PS, europeu e responsável, que os portugueses confiaram a governação, num momento de grande exigência.

Foi nesse PS, moderno e reformista, que os portugueses depositaram a esperança de um movimento de modernização, capaz de fazer avançar Portugal para um futuro melhor.

Foi nesse PS, justo e solidário, que os portugueses entregaram a defesa do futuro do Estado Social e a ambição da igualdade de oportunidades.

E é esse PS, o PS em que os portugueses confiam - europeu e responsável, moderno e reformista, justo e solidário - que se afirma de novo neste XVII Congresso e se declara presente para honrar na governação a confiança dos portugueses.

É esse PS, o PS de hoje, que está também presente nas Regiões Autónomas e no Poder Local, nos sindicatos e nos movimentos sociais, numa dinâmica permanente de abertura e incentivo à participação dos cidadãos na vida cívica e democrática desta sua República centenária.

Este PS sabe quem é e o que quer. E deve apresentar-se à sociedade portuguesa seguro da sua identidade e da sua responsabilidade. Para continuar a merecer a confiança dos portugueses. E para servir Portugal.

Parte II 2005-2011: um breve balanço

1. Uma governação reformista e modernizadora, em nome do interesse geral

A linha política assumida pelo Partido Socialista tem sido centrada numa visão ambiciosa da modernização do País: mais direitos e liberdades civis; mais qualificação, ciência e tecnologia; menos burocracia e mais confiança nos cidadãos e nas empresas; mais inovação na economia; mais qualificação dos serviços públicos; novas políticas sociais.

E também numa atitude: a defesa do interesse geral na concretização das reformas, recusando qualquer subordi-

nação aos interesses corporativos.

Esta linha de orientação estruturou uma agenda de políticas públicas coerente que, valorizando a iniciativa empreendedora e o mérito, promoveu a inovação e o progresso social.

Praticamente nenhuma área ficou intocada: fizemos a reforma da segurança social e uma profunda reforma da administração pública; simplificámos os procedimentos administrativos com o Programa SIMPLEX, lançámos as Lojas do Cidadão de segunda geração e qualificámos o atendimento e o funcionamento dos serviços públicos; construímos e continuamos a construir novos hospitais; reformámos os cuidados de saúde primários com as novas unidades de saúde familiar e criámos a rede de cuidados continuados para idosos e dependentes; promovemos a venda de medicamentos fora das farmácias, aumentámos a quota de genéricos e apostámos na prevenção da saúde, designadamente com a Lei do Tabaco; despenalizámos a interrupção voluntária da gravidez e combatemos o aborto clandestino; investimos na educação, valorizámos a escola pública, reformámos o primeiro ciclo do ensino básico e reordenámos e qualificámos o parque escolar; relançámos o ensino profissional, reduzimos o abandono e o insucesso escolar e demos novas oportunidades de qualificação aos trabalhadores no activo; promovemos o acesso e alinhámos o ensino superior pelas regras de Bolonha; investimos como nunca na Ciência e fizemos do Plano Tecnológico um programa de acção para a modernização tecnológica do País e para a generalização da utilização das novas tecnologias de informação; subimos nos rankings internacionais da inovação e passámos a liderar o ranking europeu dos serviços públicos electrónicos; apostámos decididamente nas energias renováveis e reduzimos estruturalmente a nossa dependência energética do exterior; reformámos a legislação laboral, desbloqueámos a negociação colectiva e aumentámos o salário mínimo; lançámos novas políticas e medidas sociais de combate à pobreza entre os idosos e de apoio à família: inovámos no combate à violência doméstica e na promoção da igualdade de género e, inclusivamente, da paridade, para assegurar uma maior participação política das mulheres; combatemos a discriminação em razão da orientação sexual e promovemos a integração dos imigrantes; concretizámos um ambicioso programa de investimento nos equipamentos sociais e reforçámos as parcerias e o apoio financeiro às instituições particulares de solidariedade social.

E foi, também, o sentido do interesse nacional que levou a governação do PS, como partido do projecto europeu, a realizar uma Presidência da União Europeia elogiada por todos e durante a qual foi possível aprovar o Tratado de Lisboa, para prestígio do País. Um prestígio, aliás, reforçado com a realização da Cimeira de Lisboa, em que a NATO aprovou o seu novo conceito estratégico, e depois reconhecido, mais uma vez, com a eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

2. 2005-2011: o progresso que o País fez, apesar da crise económica internacional

O Partido Socialista não receia o balanço da sua acção no Governo e nunca recebeu o julgamento dos portugueses.

Com visão de futuro, com ambição e com coragem,

foi possível lançar e concretizar, em meia dúzia de anos, um amplo movimento de modernização e de reformas que fizeram o País progredir bastante. E foi possível fazê-lo em duas conjunturas particularmente difíceis: em 2005-2007, respondendo a uma séria crise interna das finanças públicas; e em 2008-2011, fazendo face à mais séria crise internacional, financeira e económica de há muitas décadas.

Por isso, não obstante os indicadores sócio-económicos que inevitavelmente registam os efeitos da crise económica internacional, quando comparamos Portugal em 2004 e Portugal em 2011, as diferenças são profundas e são evidentes as melhorias nos factores críticos e estruturais de coesão e competitividade.

A partir de 2005, o Governo do Partido Socialista conduziu uma política orientada para dois objectivos fundamentais: corrigir o desequilíbrio das finanças públicas e retirar Portugal da situação de incumprimento na União Europeia; e lançar um amplo conjunto de políticas estruturais de modernização da economia e da sociedade portuguesas.

Essas políticas produziram resultados. Não apenas na rápida e profunda correcção do défice das contas públicas, que atingiu, antes da recessão mundial de 2009, os valores mais baixos da história da democracia portuguesa, como também na profundidade das mudanças estruturais que hoje constituem uma importante mais-valia para enfrentarmos as dificuldades resultantes de uma inserção externa cada vez mais exigente.

Aqueles que, de forma redutora e demagógica, procuram identificar a década passada com uma “década perdida” escamoteiam dois factos elementares: por um lado, o facto de que este período teve conjunturas bem diversificadas às quais a economia portuguesa reagiu de forma também distinta; por outro, o facto de que, do ponto de vista estrutural, a economia e a sociedade portuguesa sofreram importantes e positivas transformações a partir de 2005.

É hoje bem claro que até à eclosão da crise financeira de 2008 a economia portuguesa vinha recuperando progressivamente a sua capacidade de crescimento, como não se verificava desde o início da década. Em 2007, a economia cresceu mesmo ao ritmo de 2,4 p.p. do PIB.

E é hoje igualmente claro que a recessão económica de 2009 foi consideravelmente menos pronunciada em Portugal do que na generalidade da União Europeia.

Um indicador síntese comprova esta dupla realidade e assinala um importante movimento de convergência: entre 2004 e 2009, o Produto Interno Bruto per capita, expresso em paridades de poder de compra, passou de 75 para 80 face à média da União Europeia (U.E. = 100).

O certo é que, apesar das dificuldades externas de enorme dimensão que marcaram os últimos anos, a economia portuguesa conheceu importantes transformações, que permitem caracterizar este período como uma fase de transição. Uma transição operada sob o lema da modernização de Portugal e que visa criar novas condições estruturais para um crescimento económico mais forte, sustentado, duradouro e inclusivo:

- Para isso, o país investiu, como nunca, na combinação Ciência – Educação – Inovação, porque compreendeu que aí se situavam as fragilidades estruturais que mais condicionam o nosso futuro;
- Para isso, a estrutura económica e os seus agentes aceitaram o desafio de enfrentarem uma superior internacionalização com uma atitude mais activa e ofensiva, voltando a recuperar dinâmica exportadora, diversificando a nossa base económica e os nossos mercados;
- Para isso, foram definidas políticas inovadoras para reduzir a nossa dependência energética e para fazer da energia uma das bases estratégicas para um crescimento sustentável;
- Para isso, reformámos os sistemas sociais, combinando as prioridades da sustentabilidade de longo prazo com uma maior justiça na afectação de recursos.

Os resultados destas opções estratégicas evidenciam-

se num conjunto de indicadores estruturais cujo alcance não pode ser relativizado, nem pelas dificuldades da crise que vivemos, nem pelas tentações de apagamento histórico dos profetas da desgraça de várias sensibilidades políticas.

3. Doze marcas de mudança

Importa sublinhar aqui doze marcas de mudança para demonstrar, a título de exemplo, como a agenda de reformas estruturais tem marcado a governação do Partido Socialista, sempre atenta às dimensões-chave dos instrumentos de competitividade e de coesão:

I - A redução do abandono e do insucesso escolar e a melhoria do desempenho do sistema educativo – O acréscimo das qualificações não é apenas um poderoso instrumento de reforço da capacidade de uma economia, é também um direito social básico. Mas sem reduzir a dimensão do abandono e do insucesso escolar não será possível garantir este progresso, bem como assegurar a igualdade de oportunidades. Por isso investimos na melhoria do desempenho do sistema educativo e relançamos o ensino profissional. O resultado é claro: entre 2005 e 2009 o abandono escolar foi reduzido em oito pontos percentuais, de 39 para 31%, e, pela primeira vez, Portugal atingiu a média da OCDE com 81% dos jovens entre os 15 e os 19 anos inscritos na escola.

Assegurar que a extensão da cobertura escolar é acompanhada por um reforço da qualidade da aprendizagem, que foi sempre um objectivo maior das políticas do PS. Os últimos dados do relatório internacional PISA, realizado pela OCDE, mostram que Portugal alcançou agora o nível médio dos países mais desenvolvidos e é um dos países que mais progrediu nos três domínios testados, o segundo País que mais progrediu em ciências e o quarto País que mais progrediu em leitura e em matemática. Mais: Portugal é, igualmente, o 6.º País cujo sistema educativo melhor compensa as assimetrias socioeconómicas, isto é, que mais eficientemente promove a igualdade de oportunidades.

II - A modernização do parque escolar – A aposta na escola pública e na melhoria do desempenho do sistema educativo passou também por uma profunda renovação do parque escolar. Nunca em Portugal se produziu uma tão generalizada e qualificada recuperação e modernização das infra-estruturas escolares. Desde 2005, foram encerradas mais de 3200 escolas sem condições e, por todo o País, foram ou estão a ser construídos 460 centros escolares e foram modernizadas ou estão em processo de modernização mais de 400 escolas secundárias e EB23, garantindo a todos o acesso às mais modernas tecnologias e dando aos professores e aos alunos muito melhores condições de trabalho.

III - O investimento em Ciência e o alargamento do acesso ao ensino superior – O peso do investimento em investigação e desenvolvimento é um dos primeiros indicadores do potencial de crescimento de uma sociedade. Portugal registou, entre 2004 e 2009, um dos progressos mais notáveis nesta área, com o investimento em I&D, em percentagem do PIB, a passar de 0,6 para 1,7. Por outro lado, Portugal tem hoje 8,2 investigadores por cada mil activos, o que, pela primeira vez na história do sistema científico nacional, nos coloca bem acima da média europeia.

Uma das bases para este trajecto radica no aumento dos alunos no ensino superior. A percentagem de jovens com 20 anos de idade que frequentam uma Universidade ou instituto politécnico subiu, entre 2005 e 2010, de 30 para 36% - um valor que nos coloca, finalmente, em linha com a média da OCDE, isto é, que nos coloca no patamar das nações mais desenvolvidas.

IV - O Plano Tecnológico e a promoção da inovação – Para uma pequena economia europeia aberta ao exterior, como a portuguesa, o investimento na modernização tecnológica e na inovação constituem factores cruciais

de mudança. Entre 2005 e 2010, Portugal fez o maior progresso relativo no conhecimento, na tecnologia e na inovação no contexto da União Europeia, convergindo fortemente com a média europeia. Para além do apoio à modernização tecnológica das empresas e das iniciativas para a modernização tecnológica dos serviços públicos, o Plano Tecnológico da Educação e os programas e escolas, e escolas e oportunidades massificaram o acesso aos computadores com ligação à Internet em banda larga, em condições de igualdade de oportunidades, favorecendo a preparação da sociedade portuguesa para os desafios da sociedade da informação. Em pouco tempo, as empresas lograram acrescentar valor aos seus produtos e às suas exportações, permitindo ao País obter resultados, que ainda há pouco pareciam impossíveis, na balança tecnológica com o exterior.

V - A Reforma da Administração Pública e a simplificação administrativa – A Administração Pública portuguesa conheceu, também ela, um intenso processo de reformas, com a extinção de 25% dos organismos públicos e dos cargos dirigentes, bem como com a eliminação de mais de 1300 estruturas intermédias (no âmbito do PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado); o controlo das admissões e a redução de mais de 70 mil funcionários públicos; o novo regime de vínculos, carreiras e remunerações; o novo sistema de avaliação do desempenho e a própria reforma dos sistemas de protecção social. Mas lançou-se, também, um profundo movimento de simplificação e modernização administrativa dirigido à qualificação dos serviços públicos, a benefício dos cidadãos e das empresas, com destaque para as Lojas do Cidadão de segunda geração e, sobretudo, para o Programa Simplex e a sua aliança com o Plano Tecnológico, que levou Portugal, em meia dúzia de anos, à liderança do ranking europeu relativo à disponibilização e sofisticação dos serviços públicos electrónicos.

VI - O reforço da independência energética – A política de mobilização da sociedade para uma reforma profunda do sector da energia permitiu que Portugal se assumisse como um País de referência neste domínio. A produção de electricidade a partir de fontes renováveis atingiu os 53% em 2010, contra 34% em 2005. Por outro lado, o novo “cluster” industrial e de serviços das energias renováveis contribuiu em 2010 com mais de 400 milhões de euros para as exportações.

VII - O reforço do sector exportador – A transformação da estrutura competitiva da economia portuguesa teve no reforço da sua orientação exportadora uma das suas dimensões principais. A taxa média de crescimento anual das exportações subiu de 3.2%, no período 2000-2005, para 4.5% no período 2005-2010, apesar da forte queda do comércio internacional por consequência da crise de 2008-2009. Por outro lado, a estrutura das exportações diversificou-se, com o peso dos serviços a crescerem de 28% para 32%, entre 2004 e 2010, e o peso dos mercados exteriores à U.E. a reforçar-se, no mesmo período, em cerca de 9 pontos percentuais, rondando hoje os 30%.

VIII - A qualificação do Serviço Nacional de Saúde – O Serviço Nacional de Saúde é uma das principais conquistas da nossa democracia. Garantir a sua sustentabilidade, modernização e actualização é uma das marcas da governação socialista. E os factos aí estão: o Serviço Nacional de Saúde reduziu o tempo em listas de espera em mais de 60%, faz hoje mais consultas, mais cirurgias, mais cirurgias em ambulatório e forma mais especialistas em todas as especialidades médicas, designadamente em medicina geral e familiar.

A modernização da rede hospitalar é outra das dimensões estratégicas do reforço do SNS, estando neste momento em diferentes fases de desenvolvimento mais oito novos hospitais. O investimento directo na rede hospitalar aproxima-se dos 200 milhões de euros. A reforma dos cuidados de saúde primários, com as novas Unidades de Saúde Familiar e a nova Rede de Cuidados Continuados são igualmente

expressão incontestável de uma aposta clara na qualificação e na melhoria da capacidade de resposta do SNS.

IX - O reforço da rede de equipamentos sociais – O investimento em equipamentos sociais é uma das condições fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e para a promoção da igualdade de oportunidades. O investimento feito na área da primeira infância, por exemplo, permitiu a Portugal alcançar uma taxa de cobertura da rede de creches de 34% em 2010, 11 pontos acima do valor de 2004 e ultrapassando as metas internacionais.

Ao mesmo tempo o lançamento da nova Rede de Cuidados Continuados, em 2005, veio responder a uma carência na assistência a idosos e dependentes, contando hoje com cerca de 4000 camas contratualizadas.

X - A garantia da sustentabilidade da Segurança Social pública – A Segurança Social pública, sustentável e justa, é uma das condições de coesão social e de solidariedade inter-geracional. A reforma que realizámos tornou possível adequar o sistema público de segurança social à progressão da esperança de vida e associar a fixação do valor das pensões à evolução da economia. Esta é uma reforma reconhecida por todas as instituições internacionais e permitiu que a segurança social portuguesa deixasse oficialmente a situação de alto risco em que se encontrava, ameaçando o futuro das pensões de reforma dos portugueses.

XI - O aumento do salário mínimo, em diálogo social – A política de diálogo social e de reforço da concertação permitiu que, pela primeira vez em Portugal, se tivesse celebrado um acordo sobre o salário mínimo nacional. Este acordo produziu uma subida histórica do salário mínimo em termos reais e permitiu conciliar objectivos de reforço da coesão social com a sustentabilidade da política salarial. O aumento do salário mínimo, a par do complemento solidário para idosos (de que já beneficiaram 266 mil idosos), constituiu um importante instrumento para a redução dos indicadores de pobreza que se verificou nos últimos anos.

XII - A lei da nacionalidade e as políticas de integração dos imigrantes – Fiel aos seus valores, o Governo do Partido Socialista promoveu, com sentido das responsabilidades, a aprovação de uma reforma da lei da nacionalidade, adoptando uma lei mais justa, que acabou com a situação de exclusão dos direitos de cidadania a que estavam votadas milhares de crianças nascidas em Portugal filhas de imigrantes em situação legal. Da mesma forma que defende os direitos dos portugueses emigrantes no estrangeiro, o Governo do PS adoptou uma política de integração dos imigrantes consistente e reconhecidamente humanista, hoje apontada como exemplar por todas as organizações internacionais.

Parte III

O novo contexto da governação e a resposta do PS

1. A crise das dívidas soberanas como nova fase da crise económica internacional

O contexto actual é caracterizado por dois traços fundamentais. Por um lado, vivemos ainda, em todo o Mundo, os efeitos da grande crise financeira internacional iniciada em 2008. A desregulação e a volatilidade dos mercados financeiros, a sucessão de ataques especulativos à estabilidade monetária e às dívidas soberanas, a timidez e a incerteza do crescimento económico, a retracção do investimento e a dificuldade na geração de empregos, mostram bem a continuidade e a dimensão da crise económica mundial.

Mas, por outro lado, mudaram substancialmente as circunstâncias e as prioridades das políticas públicas, visto que os diferentes governos tiveram de adaptar as políticas públicas de apoio à economia e de protecção social, à luz da necessidade de reduzir os desequilíbrios orçamentais, responder à especulação financeira e garantir as condições

de financiamento internacional.

De facto, no início de 2009, quando o Partido Socialista realizou o seu XVI Congresso, a situação política nacional era, como a situação europeia e internacional, marcada pela urgência de responder à crise financeira e económica, de modo a impedir que ela tivesse as consequências devastadoras que haviam sido características da Grande Depressão dos anos 30.

Para isso, tal como a generalidade dos governos europeus, o governo português tomou medidas para defender a estabilidade do sistema financeiro e proteger os interesses dos aforradores e depositantes; interveio no sentido de garantir o financiamento das empresas, através designadamente do lançamento de várias linhas de crédito; aumentou o investimento público; reforçou as medidas de apoio social e, em particular, de protecção no desemprego, de incentivo ao emprego e de acesso das famílias ao crédito.

E, na verdade, a intervenção pública conseguiu sustentar os efeitos principais da crise financeira e económica e impediu que ela se transformasse numa crise económico-social de grandes dimensões. Em Portugal, por exemplo, apesar da recessão registada em 2009 e das suas consequências, o certo é que foi possível conter os seus efeitos a ponto de o crescimento da nossa economia ter caído 2,5% quando na União Europeia caiu em média mais de 4%. Tratou-se, pois, de uma intervenção necessária e que produziu resultados.

Esta intervenção conduziu, naturalmente, dada a sua escala, ao aumento da despesa pública, nomeadamente a despesa social, também potenciada pelos chamados estabilizadores automáticos. Mas o orçamento nacional ressentiu-se sobretudo da forte redução das receitas fiscais decorrente da retracção da actividade económica. Um e outro facto levaram, em todos os países desenvolvidos, à subida dos défices orçamentais e das dívidas públicas. E esta subida, conjugada com a extrema instabilidade dos mercados financeiros, acabou por criar dificuldades adicionais para a gestão dos orçamentos nacionais e o financiamento dos Estados, formando-se assim um ambiente favorável à emergência de fortes ataques especulativos à moeda única europeia e às dívidas soberanas, penalizando especialmente os chamados países periféricos da União Europeia.

Eis o que explica a mudança ocorrida em 2010-2011.

Depois de conseguirem ultrapassar o momento mais agudo da crise económica – a recessão generalizada e profunda que fustigou, em 2009, todo o Mundo desenvolvido – as políticas públicas tiveram de acrescentar, às medidas de incentivo à economia e ao emprego, medidas de equilíbrio das contas públicas, antecipando os calendários e os compromissos que estavam definidos. A aceleração da consolidação orçamental tornou-se, assim, em toda a Europa, uma nova prioridade política, que implicou, em muitos casos, a eliminação progressiva de muitas das medidas extraordinárias de apoio adoptadas no auge da recessão.

Ainda assim, a crise da dívida grega agravou seriamente a turbulência nos mercados de dívida soberana, a que se juntou mais tarde a situação da Irlanda, arrastada pela necessidade de acorrer à grave crise do seu sistema financeiro. E o certo é que os mercados de dívida soberana tardam em regressar a um registo de racionalidade e normalidade, tal como a União Europeia por vezes tardou em encontrar respostas adequadas e eficazes para enfrentar a situação, em defesa do Euro e do próprio projecto europeu.

2. A resposta à crise da dívida soberana: o papel de Portugal e o papel da União Europeia

A resposta de Portugal à crise de financiamento gerada pelo agravamento da situação nos mercados financeiros estruturou-se em duas dimensões: um reforço das políticas de correcção do défice orçamental e a participação plena no esforço de dotar a União Europeia de instrumentos de resposta a esta nova situação.

A opção de iniciar a redução do desequilíbrio orçamental no Orçamento de 2010, com a redução do défice em cerca de 1 ponto percentual correspondia, à altura, ao

consenso europeu em matéria de equilíbrio entre o esforço de apoio à recuperação económica e o regresso a uma política orçamental de consolidação – não obstante, é bom lembrá-lo aos que hoje se pretendem apresentar como videntes do futuro, a postura dos partidos da oposição ao tempo ia no sentido de contrariar esse primeiro movimento de consolidação orçamental através da formação de coligações negativas e da tentativa de aprovar no Parlamento iniciativas irresponsáveis de aumento da despesa e de redução da receita fiscal.

O agravamento da situação financeira e a instabilidade dos mercados financeiros de dívida soberana, em particular após a crise grega, exigiu da Europa e de Portugal um reforço das políticas de combate à degradação das condições de financiamento das economias.

Foi assim que, quer o Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado à União Europeia, quer a decisão de acelerar, já em 2010, o esforço de reequilíbrio orçamental, quer ainda a aprovação de um conjunto de medidas adicionais possuíram uma lógica de assumpção plena, pelo governo português, dos objectivos de acelerar o reequilíbrio das contas públicas.

Os primeiros resultados dessa política traduziram-se no cumprimento do objectivo de redução do défice em 2010, o qual se irá situar mais de 2 pontos abaixo do valor de 2009, garantindo assim as metas do PEC.

A necessidade de garantir, para 2011, o enorme esforço de reduzir ainda mais o défice para 4,6% do PIB exigiu ainda um novo conjunto de medidas, que se concretizam no Orçamento para o corrente ano.

A dimensão excepcional desse ajustamento tornou necessário um conjunto de medidas duras, na linha das adoptadas por vários outros Países europeus, certamente penalizadoras da economia da sociedade portuguesas, mas de concretização absolutamente indispensável.

O grau de exigência colocado para este ajustamento não poderia ser alcançado sem um esforço determinante do lado da despesa pública e uma contribuição também decisiva do lado do acréscimo da receita fiscal.

Mas este é um esforço que tem de ser feito para garantir o nosso empenhamento na criação de condições de financiamento da economia portuguesa, indispensável à actividade económica.

E fazemo-lo no respeito pelo nosso Programa, articulando o esforço de consolidação orçamental com o esforço de dinamização da economia, de defesa da sustentabilidade do Estado Social e de modernização estrutural do País. Fazendo-o, bem entendido, nas novas condições europeias e internacionais, isto é, com significativo reforço e aceleração da consolidação orçamental. O que quer dizer, é preciso que se diga, defender Portugal nas condições de incerteza que nos rodeiam e garantir o financiamento da economia, mas também participar plenamente na defesa da moeda única e do projecto europeu, contra os ataques e ameaças de que tem sido alvo.

Esta é uma situação que não pode ser resolvida sem um forte contributo do projecto de integração europeia. Numa Europa plural cabe às forças políticas europeias que mais fortemente se identificam com este projecto um papel relevante na defesa do aprofundamento duma Europa competitiva e solidária. Essa tem sido a posição do Partido Socialista – e continuará a sê-lo em todas as instâncias da União. Mas a situação exige um esforço de todas as famílias políticas europeias face à dimensão dos problemas e dos riscos que vivemos.

A crise económica que atingiu a Europa no final de 2008 e a crise da dívida soberana com que se defronta, evidenciaram as fragilidades de uma união monetária sem união económica. A União tem de ser dotada de mecanismos eficazes de estabilização financeira, mas tem também de garantir a sustentabilidade da zona euro a longo prazo. Para tal é necessário um reforço da coordenação das políticas económicas e orçamentais entre os Estados-membros e uma maior convergência no crescimento económico e nas políticas sociais e ambientais. Por outro lado, importa agir com determinação reforçada no sentido da regulação efectiva do sistema e dos mercados financeiros, para que as causas desta crise possam ser, de facto, enfrentadas.

O reforço da União não deve ser entendido como uma perda das soberanias, mas como o aprofundamento necessário e desejado da integração económica na zona euro.

Garantir a consolidação orçamental, o reforço da competitividade e a promoção do emprego, devem ser objectivos devidamente articulados de modo a garantir: consolidação, crescimento e convergência.

A Estratégia Europa 2020 deve, assim, ser o quadro de referência global perante os diversos instrumentos de política, da União e dos diferentes Estados-membros, de modo a garantir a articulação adequada e a assegurar o investimento estratégico na execução da EE 2020: um crescimento mais inteligente, mais verde e mais inclusivo.

3. Apoiar o crescimento económico e a criação de emprego, reduzir o desequilíbrio externo e promover reformas para a competitividade da economia

A prioridade incontornável da consolidação orçamental não substitui, ao contrário do que sustentam as correntes conservadoras, o apoio ao crescimento económico. São duas prioridades que se combinam e dão sentido uma à outra – e é muito importante compreendê-lo.

É preciso prosseguir, com determinação e celeridade acrescida, o equilíbrio das contas públicas para garantir o financiamento do Estado e da economia: a consolidação orçamental é, pois, uma condição absolutamente necessária para o crescimento económico. Mas, sendo uma condição, não é um fim em si mesmo: o nosso objectivo deve ser favorecer o crescimento da economia, porque é isso que faz gerar os empregos de que precisamos para todos os que estão no mercado de trabalho e é isso que faz gerar a riqueza de que precisamos para pôr em prática as políticas de redistribuição de rendimentos.

O desempenho da economia portuguesa em 2010, com um crescimento económico de 1,4% e uma recuperação das exportações muito superior ao previsto, constituiu um sinal muito positivo sobre a capacidade de afirmação da nossa economia num contexto de enormes dificuldades.

A promoção da competitividade da economia portuguesa continua a ser a dimensão estrutural chave da política do Partido Socialista.

Na presente situação essa prioridade tem de ser estruturada em objectivos claros e mobilizadores:

- Concentrar os esforços numa internacionalização da nossa economia que promova o crescimento das exportações de forma sustentada e sustentável;
- Valorizar a oferta nacional no mercado doméstico para apoiar a redução do desequilíbrio externo;
- Concentrar os apoios públicos ao investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis e na promoção da inovação;
- Promover parcerias estratégicas de internacionalização que envolvam as maiores empresas nacionais, a rede de pequenas e médias empresas e as instituições de inovação e qualificação;
- Reforço da especialização nas actividades com maior incorporação de valor acrescentado nacional, em particular em área como as fileiras florestal, agro-alimentar e do mar, com o sector do turismo e com a produção de bens e serviços de elevada incorporação tecnológica;
- Intensificação da aposta nacional na redução da dependência energética, valorizando a fileira das energias renováveis e a utilização eficiente da energia.

Estes objectivos têm de continuar a ser apoiados por um reforço da eficiência das políticas públicas que são o suporte de uma envolvente empresarial favorável à competitividade.

O PS continuará a desenvolver e aprofundar o seu compromisso com a melhoria da eficácia económica e social dos sistemas de ensino e formação, com a promoção da Ciência e da inovação e com a redução dos custos de contexto associados à burocracia do Estado.

Certos de que a promoção da recuperação económica

é a melhor forma de criar emprego e de combater o desemprego, que é o problema social mais sério da sociedade portuguesa, o PS não deixará de continuar a promover todos os esforços para uma mais rápida resposta aos problemas do desemprego.

Continuar a reformar o mercado de trabalho, de forma torná-lo mais ágil na contratação de desempregados, reforçar os instrumentos de promoção das qualificações dos desempregados e alargar os instrumentos de aproximação dos desempregados a uma inserção ou reinserção laboral são tarefas de uma agenda para a competitividade e para a dinamização do mercado de emprego.

4. A estabilidade política: uma questão de respeito pelo esforço dos portugueses

Estamos, neste momento, quase a meio da legislatura. Uma legislatura marcada por dois factos essenciais. O primeiro é a composição do Parlamento saído das eleições, onde o PS passou a deter uma maioria relativa de deputados, insuficiente, por si só, para garantir a aprovação das leis fundamentais, a começar pelo próprio Orçamento de Estado. O segundo facto foi a recusa liminar, por parte de todos os partidos da Oposição, sem qualquer excepção, de sequer iniciar qualquer diálogo com o PS sobre quaisquer fórmulas de acordo que permitissem assegurar condições de maior estabilidade política para Portugal.

O Partido Socialista assumiu e assume, como sempre, as suas responsabilidades. Escolhido maioritariamente pelo povo, formou o novo Governo e foi construindo ao longo desta primeira metade do seu mandato, com espírito de diálogo e compromisso, as condições políticas necessárias para a aprovação das leis e programas indispensáveis para a governação, designadamente os dois orçamentos de Estado (para 2010 e 2011) e o Programa de Estabilidade e Crescimento e respectivas medidas adicionais. E continuará a fazê-lo, consciente que está do seu dever, não deixando de convocar os partidos da oposição para aquelas que são, também, as suas responsabilidades perante os portugueses e o interesse do País.

Mas, como partido vencedor das eleições legislativas, o PS também deixou claro que não pode consentir que outros pretendam impor ao Governo a agenda governativa própria dos programas políticos que os portugueses expressamente rejeitaram com o seu voto e muito menos uma agenda de circunstância, feita de irresponsabilidade populista, que constitui o mais frequente denominador comum de todas as coligações negativas.

Os desafios que o País enfrenta no actual contexto político, económico e financeiro internacional são reconhecidamente muito exigentes. Enfrentar esses desafios requer uma estratégia clara, medidas corajosas e um esforço sério de todos os portugueses. Esse esforço está a ser feito – e merece respeito.

Por isso, é um dever de todos os agentes políticos contribuírem para a estabilidade política necessária para que o esforço dos portugueses tenha utilidade e alcance os resultados pretendidos. Não se trata apenas, portanto, de garantir a estabilidade porque ela é, em si mesma, um contributo poderoso para o reforço da confiança. Trata-se de preservar a estabilidade também porque o alcançar de resultados não se compadece com crises políticas de conveniência partidária, antes exige a continuidade das políticas e o cumprimento integral dos compromissos assumidos. Nestas condições, a estabilidade política é, de facto, uma condição de respeito pelo esforço dos portugueses.

Não pode por isso aceitar-se o comportamento irresponsável daqueles que, num momento destes, permanentemente especulam sobre cenários de crise política, incapazes de conter a sua ânsia pelo poder enquanto esperam a melhor oportunidade para satisfazer os seus interesses partidários, ainda que com prejuízo do interesse nacional. A verdade é que, depois de terem deixado o País sob a longa ameaça de uma crise política - desde o Verão de 2010 até à aprovação do Orçamento, quase no final do ano - eis que os partidos da oposição decidem entreter-se, logo ao fim das primeiras semanas de execução do novo Orçamento para 2011, a discutir absurdas moções de censura

e a debater, definir e muitas vezes redefinir as mil e uma condições em que se dispõem - consultadas as sondagens, claro está - a provocar uma crise política, interromper a legislatura e precipitar o País na instabilidade. E tudo isto com total desprezo pelas gravíssimas consequências que daqui advêm para o País e para a nossa economia.

A atitude do PS e do Governo é bem diferente. O mesmo sentido de responsabilidade e coerência orientou, aliás, o Partido Socialista noutros planos essenciais para a estabilidade política. A começar pela cooperação institucional com o Presidente da República: o Governo e o Grupo Parlamentar do PS sempre mantiveram – e manterão – uma cooperação institucional sem falhas com o Presidente da República, que acaba de ser reeleito para um novo mandato.

A cooperação marca ainda o relacionamento com as duas Regiões Autónomas – e afirmou-se com toda a evidência na solidariedade prestada ao povo e às autoridades da Região Autónoma da Madeira na resposta à tragédia causada pelo temporal de 20 de Fevereiro de 2010 e no esforço de reconstrução que se lhe tem seguido; assim como na interacção com o povo e as autoridades da Região Autónoma dos Açores, na consolidação e desenvolvimento da sua própria autonomia.

Cooperação institucional é, ainda, finalmente, a marca característica da nossa relação com as autarquias e os eleitos locais – bem como com as instituições europeias e, em particular, com os deputados que representam o País no Parlamento Europeu.

O PS reafirma, assim, o seu sentido de responsabilidade política, na defesa do interesse nacional. E reforça o seu compromisso com a estabilidade das instituições, de modo a que seja integralmente cumprida, até 2013, a vontade e o mandato popular.

Parte IV A agenda do PS para o próximo biénio

1. Cumprir o Programa do Governo num novo contexto

A agenda do PS para o próximo biénio visa, essencialmente, o cumprimento do Programa do Governo, que corresponde aos compromissos eleitorais do Partido Socialista para esta legislatura, no novo contexto determinado pela presente fase da crise económica internacional enquanto crise das dívidas soberanas.

Como já ficou dito, a evolução da situação nos mercados financeiros forçou todos os países europeus a antecipar e reforçar as suas medidas de consolidação orçamental, ainda que com prejuízo para o ritmo da recuperação económica e, em particular, para algumas medidas dependentes de despesa pública, incluindo o calendário de alguns investimentos.

Ainda assim, o Programa do Governo permanece o referencial da orientação governativa do Partido Socialista, que continua apostado na prossecução das prioridades fundamentais que estão definidas:

- Crescimento da economia e promoção do emprego;
- Reforço da competitividade, redução da dependência energética e do endividamento externo, valorização das exportações e modernização do País; e
- Desenvolvimento de políticas sociais, qualificação dos serviços públicos e redução das desigualdades.

2. Um duplo compromisso fundamental: defender Portugal, construir o futuro

Na situação que o País enfrenta, o compromisso fundamental do Partido Socialista pode ser sintetizado nesta ideia: “Defender Portugal, Construir o Futuro”.

De facto, com a preocupação exclusiva de salvaguardar o interesse nacional, a motivação primeira do Partido Socialista é a de defender Portugal. E defender Portugal

sem cuidar de calculismos partidários ou de tentações de facilidade, mesmo quando outros se mostram tão disponíveis para o populismo oportunista ou para a demagogia de ocasião.

Defender Portugal, neste momento e nesta situação, significa defender a economia portuguesa dos efeitos profundamente negativos da crise internacional e da instabilidade dos mercados financeiros; defender as famílias, as empresas e o emprego, assegurando o financiamento de que o País precisa; defender as pessoas que se encontram em maior dificuldade, por terem menos rendimento, ou estarem no desemprego, ou necessitarem de mais cuidados de saúde, orientando para elas o apoio social do Estado e das instituições.

Defender o interesse nacional, no contexto internacional em que vivemos, implica trilhar um caminho difícil e exigente, é certo. Implica firmeza e determinação. Implica coragem política. Mas o Partido Socialista já provou, mais do que uma vez, que os portugueses podem contar com ele para servir Portugal e alcançar os resultados de que o País precisa. E sabem também que o Partido Socialista tudo fará para que o esforço que temos de fazer seja distribuído de forma equitativa e preserve, na medida do possível, os que menos têm e os que menos podem.

Mais: os portugueses sabem que o Partido Socialista se bate pela defesa do Estado Social e que é em nome do futuro da protecção social do Estado que tomou medidas para garantir a sua sustentabilidade e a sua eficiência, recusando, com igual firmeza, tanto o imobilismo irresponsável da esquerda conservadora, que levaria à ruína financeira do Estado Social, como a alternativa aventureira da direita liberal, que tomou conta do maior partido da oposição, e que preconiza, com absoluta ligeireza, o recuo da protecção social do Estado, a privatização parcial da segurança social, a privatização dos serviços públicos, o fim da gratuidade tendencial do Serviço Nacional de Saúde e o desvio do dinheiro dos contribuintes da escola pública para os colégios privados. A resposta do PS a estas propostas é clara: serviços públicos para pobres, como pretende a direita, seriam sempre pobres serviços públicos!

Mas o Partido Socialista também não comete o erro, que outros cometeram no passado, de desistir da economia e parar o País enquanto decorre o processo de consolidação orçamental.

Bem pelo contrário: a governação do Partido Socialista não vira as costas à economia nem ao problema do desemprego e mantém a sua dinâmica reformista para a modernização do País e do Estado e para o reforço da competitividade da economia portuguesa.

A nossa missão essencial, sabemo-lo bem, continua a ser Construir o Futuro.

3. Portugal 2015: desafios estratégicos

Na perspectiva da modernização estrutural do País, num horizonte de médio prazo, são claros os desafios estratégicos a que o Partido Socialista se propõe responder com as políticas em curso ou que continuará a desenvolver até ao final da legislatura.

Em primeiro lugar, o aumento da taxa de escolarização dos jovens e o reforço das qualificações dos portugueses, com o apoio da requalificação do parque escolar e das condições de trabalho nas escolas, porque o Governo do PS já provou, pelas iniciativas que tomou, que tem bem consciência de que a melhoria das qualificações é o principal défice estrutural que bloqueia a competitividade da economia portuguesa.

Em segundo lugar, a consolidação da aposta nas energias renováveis (para alcançar a meta de 31% de energias renováveis no total da energia consumida) e na eficiência energética, para combater e reduzir a nossa dependência energética do exterior, contrariando o desequilíbrio externo da nossa economia e reforçando o importante “cluster” industrial constituído nos últimos anos, numa área de elevada incorporação tecnológica e potencial exportador;

Em terceiro lugar, a afirmação do sector exportador, para que ele possa vir a representar 40% do PIB, com cada

vez maior valor acrescentado, apoiando de forma consistente a iniciativa das empresas e a sua internacionalização, e mobilizando a contribuição da diplomacia económica para a diversificação dos mercados;

Em quarto lugar, a continuação do investimento na Ciência, acompanhada da intensificação da articulação entre os sistemas de conhecimento e a inovação e a modernização tecnológica das empresas, para o reforço da capacidade competitiva da economia, no contexto de uma globalização cada vez mais exigente;

Em quinto lugar, o avanço na agenda digital, assegurando que todo o território nacional fica coberto pelas redes de nova geração, para o acesso à Internet de alta velocidade, consolidando assim a liderança do País neste domínio estratégico para o futuro;

Em sexto lugar, a manutenção da dinâmica de simplificação e modernização administrativas, porque o combate à burocracia, não só na administração central mas também na administração regional e local, não obstante os resultados alcançados, é um combate sem fim e porque passa por aqui a qualificação dos serviços públicos prestados aos cidadãos e a redução dos custos de contexto das empresas, que precisam de um Estado mais amigo da economia e da iniciativa;

Em sétimo lugar, a consolidação e qualificação das redes de cuidados de saúde e das redes de equipamentos sociais, para o reforço da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde e das instituições de apoio social, incluindo no que diz respeito à rede de creches, para apoio às famílias com filhos.

4. Três questões-chave:

4.1. Justiça e competitividade

Uma das questões-chave não apenas para o respeito pelos direitos das pessoas mas também para a própria competitividade da economia é, sem dúvida, a da Justiça.

As medidas adoptadas pelo Governo nos últimos anos para o descongestionamento dos Tribunais, a informatização e simplificação dos procedimentos, a promoção de vias alternativas de composição dos litígios, a reorganização do mapa judiciário e a maior eficiência na gestão dos recursos da Justiça devem ser prosseguidos e ser intensificadas com novas reformas, para que a Justiça seja também um factor de redução de custos de contexto e um factor indutor de confiança

É necessário, aliás, recentrar o debate sobre a reforma do sistema de justiça, focalizando-o num objectivo essencial: reduzir os custos de contexto e reforçar os factores de competitividade.

De facto, o cumprimento eficaz das obrigações é uma condição absolutamente essencial à garantia dos direitos, à confiança dos cidadãos e ao próprio funcionamento da economia.

Assim, no âmbito da reforma do sistema de Justiça deve ser dada prioridade às medidas que visam melhorar a eficiência geral do sistema e, em particular, às que permitam aumentar a celeridade dos processos e, de entre todas, as que tenham por objecto:

- A garantia do cumprimento dos contratos de arrendamento;
- A execução de créditos e a cobrança de dívidas; e
- A liquidação de empresas falidas e o pagamento aos seus credores.

Por outro lado, a redução dos custos de contexto e o reforço da Justiça como factor de competitividade exigem mais transparência, melhor acesso e previsibilidade acrescida.

Na verdade, tanto os cidadãos, para defesa dos seus direitos, como as empresas, para os seus negócios, devem poder:

- Conhecer o tempo que um processo possa previsivelmente durar e confiar nessa informação;
- Utilizar o serviço público de Justiça de forma simples, sem demoras e com um nível de atendimento desburocratizado, pontual e elevado;
- Contar com garantias acrescidas de tratamento igual

em situações iguais, diminuindo-se os factores de incerteza e aleatoriedade nas decisões judiciais.

Assim, o Governo do Partido Socialista, que recentemente apresentou um conjunto de novas propostas de reforma no sector da Justiça, deve disponibilizar-se para o diálogo com todos os agentes do sector e com as forças políticas com assento parlamentar tendo em vista a consensualização e a concretização de iniciativas relevantes para reforçar o contributo do sistema de Justiça para a competitividade da economia portuguesa.

4.2. Inserção dos jovens na vida activa

A dificuldade de inserção dos jovens na vida activa constitui hoje um dos mais sérios problemas com que se debate a sociedade portuguesa.

Em Portugal, como aliás em toda a União Europeia, a taxa de desemprego dos jovens ultrapassa os 20%. Mais de 5,1 milhões de jovens europeus estavam desempregados no terceiro trimestre de 2010, o que significa mais 1,2 milhões de desempregados jovens face ao início da crise de 2008.

Por outro lado, o processo de estabilização profissional e social é hoje reconhecidamente mais longo, mais instável e mais complexo.

Estes fenómenos - desemprego e instabilidade da inserção profissional - atingem jovens de diferentes graus de qualificação.

Importa, contudo, contrariar frontalmente a ideia, não comprovada pela realidade, de que “não vale a pena” estudar ou de que “não serve de nada” aumentar as competências e as qualificações. Na verdade, por regra, aqueles que têm maiores qualificações são os preferidos, em primeiro lugar, pelo mercado de trabalho. E quanto maior for a modernização e a competitividade da economia, mais isso é evidente.

Segundo os dados do quarto trimestre de 2010, publicados pelo INE, em Portugal os empregados com o ensino superior aumentaram em 34,9 mil pessoas, contra a redução, em 170,2 mil, daqueles que tem apenas o 3º ciclo ou menos. Por outro lado, se é verdade que o desemprego dos licenciados aumentou 4,2%, no mesmo período, o certo é que aumentou 28,9% entre os que têm apenas o 3º ciclo ou menos.

Dito isto, que é da máxima importância num País que ainda precisa de fazer muito para elevar as suas qualificações, importa criar condições mais favoráveis para a integração dos jovens no mercado de trabalho. Sendo certo que é do crescimento da economia que depende a criação de emprego que há-de dar resposta às necessidades dos mais jovens, há iniciativas que podem e devem ser adoptadas:

- Medidas de apoio à actividade económica que favoreçam um crescimento baseado num tecido empresarial mais internacionalizado e competitivo, em que o contributo dos jovens, mais qualificados e com maior potencial de inovação, é fundamental e terá por isso um índice maior de procura;
- Desbloqueio dos mecanismos de regulação profissional impeditivos das entradas dos jovens na vida profissional, assentes na protecção dos grupos instalados e que não tenham justificação nos condicionamentos constitucionais, tais como a segurança e a saúde públicas;
- Impedir, nos termos da lei, os estágios profissionais extra-curriculares não remunerados e não abrangidos por mecanismos de Segurança Social, por vezes instrumento de pura exploração do trabalho gratuito;
- Substituir o trabalho subordinado de jovens sob a forma abusiva de “recibos verdes”, por formas contratuais que garantam uma relação de trabalho, quer em termos laborais, quer em termos de protecção social;
- Prosseguir os programas INOV e um programa ambicioso de Estágios que envolva anualmente um número de 50 mil jovens, abrangidos por sistemas de protecção social, e beneficiando especialmente as áreas da inovação, das PME, da Reabilitação Urbana e da Economia Social;

- Desenvolver um programa específico de formação dos jovens portugueses para os sectores económicos emergentes, assente em novas competências, nomeadamente das energias alternativas e dos empregos verdes, que ligue novos perfis de formação, estágios profissionais e apoios à inserção nas empresas e, inclusive, empreendedorismo jovem;
- Criar novas condições de financiamento, em ligação com as Universidades, que favoreçam o empreendedorismo dos jovens com projectos inovadores e com aceitação no mercado;
- Desenvolver projectos de intercâmbio entre os jovens portugueses e o mundo de trabalho europeu e mundial mais moderno, de forma a melhor inserir as novas gerações nas actividades económicas mais dinâmicas da economia internacional.
- Fomentar o espírito empreendedor e a criação de auto emprego e de novas empresas fundadas para pessoas, nomeadamente no domínio da energia e das novas tecnologias.

4.3. Reformar a organização do Estado e o sistema político

Assistimos hoje, um pouco por toda a Europa, ao regresso de um conjunto de populismos que pretendem capitalizar a descrença que se apoderou de muitos cidadãos em relação à actividade política. O discurso populista é simultaneamente causa e consequência do enfraquecimento da esfera de acção política. A sua retórica, instrumentalizada por uma série de forças partidárias portuguesas e alimentada por alguns meios de comunicação social, mina a saúde da democracia. Vivemos sujeitos a uma espécie de “ditadura da urgência” que coloca a sociedade sob tensão permanente, numa relação frenética com o tempo que enfraqueceu o espaço de reflexão, de ponderação e de debate. A política corre o risco, por isso, de se tornar reactiva, sem perspectiva do futuro e do longo prazo.

Não podemos ceder à tentação populista e tudo devemos fazer para dignificar as instituições da nossa democracia liberal e representativa. Com exigência e com rigor. Identificando os verdadeiros problemas e procurando solucioná-los de modo a atender as legítimas inquietações de largos sectores da cidadania.

As reformas que pretendemos levar a cabo inscrevem-se nesta vontade de aperfeiçoar, e não de substituir, a democracia representativa; de prestigiar e melhorar a qualidade da vida parlamentar, no respeito pela representação plural da sociedade portuguesa; de aumentar a funcionalidade do sistema autárquico.

O PS reafirma a sua vontade de promover uma alteração das leis eleitorais para a Assembleia da República e para as autarquias locais. Sabemos bem que uma tal legislação exige um entendimento parlamentar com o PSD e, pela nossa parte, estamos, como sempre estivemos, disponíveis para a construção de um consenso, no respeito pelos princípios que consideramos fundamentais.

No caso do sistema eleitoral para a Assembleia da República, estabelecemos, com clareza, os princípios orientadores da nossa acção: respeito pela proporcionalidade, aproximação entre eleitos e eleitores e promoção da governabilidade. Em bom rigor, deveremos admitir que o actual sistema eleitoral garante o respeito pela proporcionalidade e tem permitido a governabilidade do País. Onde porventura falha é na qualidade da relação de representação democrática. A excessiva distância, observada sobretudo nos maiores círculos eleitorais, entre eleitores e eleitos, afecta negativamente a capacidade de escrutínio dos primeiros e diminui a relevância pública dos segundos. É a esse nível que é preciso agir de forma a aumentar a visibilidade da função parlamentar, desde o momento da eleição até ao instante da prestação de contas.

Já no que diz respeito ao sistema político autárquico, está sobretudo em causa o sistema de governo das autarquias locais. Continuaremos a pugnar pela introdução urgente de modificações que assegurem a distinção entre responsabilidades políticas executivas e poderes de fiscalização das oposições em assembleias municipais de poderes reforçados. Essa é uma condição de eficácia do sistema de

decisão mas é também uma condição de racionalidade do sistema de controlo democrático.

Outro domínio da maior importância é o da reforma da organização do Estado. Neste capítulo, o Governo do PS tomou a iniciativa de lançar um amplo debate público sobre a reorganização do poder local, em particular ao nível das freguesias. Introduzir factores de racionalização e eficiência neste sistema complexo e diversificado afigura-se, efectivamente, absolutamente necessário, estando o PS disponível para a formação do consenso político indispensável, com a participação das associações representativas dos municípios e das freguesias.

De igual modo, o PS continua apostado no reforço e na consolidação da descentralização, quer ao nível da transferência de atribuições e competências para os municípios quer ao nível do próprio sistema institucional.

Neste domínio, o PS reafirma a sua defesa da ideia da Regionalização e preconiza, nos termos do seu projecto de revisão constitucional, a eliminação da figura do chamado “duplo referendo”, mantendo-se a exigência de um referendo de âmbito nacional. Como resulta das orientações políticas adoptadas pelo PS nesta matéria, a realização de um novo e vital referendo sobre a regionalização exige que estejam reunidas as condições políticas favoráveis a um resultado positivo. Para isso, é necessário construir um bloco social maioritário, que sustente nas urnas esta opção e, posteriormente, escolher a oportunidade adequada para desencadear um novo processo referendário. O facto é que, neste momento, as circunstâncias económicas e políticas – em boa parte dada a recusa do PSD em avançar efectivamente para a regionalização – não favorecem, de todo, este movimento. Ignorá-lo seria um sinal de falta de lucidez, que poderia conduzir à definitiva derrota da ideia de Regionalização. Devemos por isso reconhecer que não estão reunidas as condições para a realização do referendo sobre a Regionalização nesta legislatura.

Isto não significa, porém, que devamos ceder ao imobilismo. Pelo contrário. Há ainda um processo a percorrer no sentido da consolidação da desconcentração do Estado em torno das cinco regiões plano – base territorial das futuras Regiões Administrativas –, com reforço do papel das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, enquanto pólos de racionalização da administração periférica do Estado.

Consideramos, ainda, que se deve abrir um debate sério sobre o modelo de organização e funcionamento das áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, abrindo a porta à possibilidade de eleição directa dos titulares dos seus órgãos políticos. Nas duas Áreas Metropolitanas concentram-se hoje alguns dos mais graves problemas de organização territorial do País e o seu correcto tratamento já não parece compadecer-se com soluções de natureza intermunicipal. Uma reforma desta natureza justifica, de facto, um amplo debate público na sociedade portuguesa.

Quanto às Regiões Autónomas, o PS preconiza um movimento de aprofundamento das autonomias nos termos que estão hoje corporizados, essencialmente, no projecto de revisão constitucional apresentado pelo Partido Socialista, por via das novas regras de aprovação das leis estruturantes para as Regiões, do alargamento das suas competências legislativas, do reforço do dever de audição dos respectivos órgãos de governo próprio e da redefinição dos seus poderes.

Parte V Por um PS mais forte

1. Dinamização do debate interno, abertura à sociedade civil

O PS é um partido plural, que integra as várias correntes de opinião que se reconhecem nos valores fundamentais da esquerda democrática, tais como a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a justiça social. Como partido, constitui a associação de mulheres e homens livres, que livremente escolhem juntar a sua voz e a sua acção, em favor dos ideais em que acreditam e ao serviço do que pensam ser o bem comum.

A livre expressão e confronto de ideias, a participação activa e crítica, a pluralidade e diversidade das opiniões são os ingredientes básicos da organização e actividade do Partido Socialista. É esse o traço que impera quer na estrutura territorial do PS – ou seja, nas estruturas das Regiões Autónomas, nas federações distritais, nas concelhias, nas secções de residência, sectoriais e temáticas –, quer nos Grupos Parlamentares do Partido – na Assembleia da República, nas Assembleias Legislativas Regionais, no Parlamento Europeu – quer nas organizações e correntes autónomas integradas ou vinculadas ao PS – a Juventude Socialista, o Departamento das Mulheres Socialistas, a Corrente Sindical Socialista...

Mas a força do PS vem também, e fortemente, da sua capacidade de ligação e comunicação com a sociedade civil. Não sendo a única plataforma estruturada de concretização desta ligação, o movimento Novas Fronteiras é, sem dúvida, a mais importante. Com uma actividade regular de encontro e debate público, as Novas Fronteiras são o fórum permanente de diálogo entre o PS e múltiplos grupos profissionais, cívicos, sociais, que fazem a riqueza da sociedade civil; por isso, são também um verdadeiro laboratório de ideias políticas e uma instância de acompanhamento e avaliação das medidas de política. Em ambas as dimensões, são essenciais ao dinamismo e à abertura do PS. Em ambas as dimensões, são um factor de renovação do pensamento e das propostas do PS.

Por isso, o desenvolvimento desta e de outras plataformas de abertura e comunicação entre o PS e a sociedade civil constitui uma prioridade de primeira grandeza, para o próximo biénio.

2. Preparar as eleições regionais na Madeira (2011) e nos Açores (2012)

Já em 2011, para a Região Autónoma da Madeira, e em 2012, na Região Autónoma dos Açores, decorrerão importantes eleições regionais. O Partido Socialista a ambas se apresentará, com candidaturas e ideias próprias, representando e interpretando os anseios democráticos, autónomos e de desenvolvimento das populações e mobilizando os seus sectores mais dinâmicos.

Os objectivos políticos são claros. Trata-se, nos Açores, de renovar a maioria de que o PS dispõe, de modo a que prossiga a governação socialista que se iniciou em 1996, e que tem conduzido, indiscutivelmente, um ciclo de grande desenvolvimento em toda a Região. Na Madeira, o PS quer liderar o processo político-eleitoral de que resulte o fim do actual sistema de poder regional, que se eterniza há mais de 30 anos, organizando a única alternativa que interessa à Região, que é a combinação harmoniosa entre autonomia, democracia e desenvolvimento.

3. O trabalho nas autarquias

O PS é um grande partido autárquico. Isso ficou amplamente demonstrado nas eleições locais de 2009, que se caracterizam por um grande avanço do Partido Socialista. Em todas as câmaras em que lidera o executivo, desde os grandes municípios como Lisboa até às localidades das diferentes regiões do país, o PS cumpre o seu mandato na fidelidade aos seus valores e programa e na identificação e defesa intransigente dos interesses e das potencialidades locais. Em todas as câmaras em que é oposição, o PS exerce o seu dever de fiscalização democrática, contribui para as soluções de que resulte benefício para as populações, e prepara consistentemente as alternativas necessárias.

Pois bem: por virtude da aplicação prática, pela primeira vez, da regra legal da limitação de mandatos (que constituiu uma das mais importantes reformas políticas da anterior legislatura, impulsionada e dirigida pelo PS), haverá, em 2013, um movimento de renovação de eleitos locais, de grande amplitude. As estruturas do PS prepararão com tempo, sentido de responsabilidade e enraizamento social, esta renovação. Com um único critério: que dele resulte o reforço da democracia local e a afirmação das autarquias como promotoras do bem-estar e desenvolvimento das comunidades.

Mais PS

Portugal como desígnio de si próprio

Primeiro subscritor: **Jacinto Serrão**

1. A grande síntese do Socialismo Democrático

Disse Milan Kundera que Beethoven escrevia as suas sonatas sonhando vir a ser o herdeiro de toda a música europeia, desde o seu início. Este sonho de fazer a síntese de duas épocas anteriores, aparentemente inconciliáveis, atingiu a sua plena realização nos compositores do modernismo, em particular Schhönberg e Stravinsky. Este texto ensaístico de Kundera é excelente para servir de base a uma paráfrase metafórica do **objectivo dos socialistas** que, desde sempre, aspiram a chegar à grande síntese da justiça social, tendo como linhas vectoriais a **Liberdade que garante a Igualdade e a Igualdade que não sufoca a Liberdade**.

Quando os regimes comunistas se desagregaram, ficou provada que, em nome da Igualdade, se havia sufocado a Liberdade e que ambas se haviam perdido, justamente porque a procura da síntese e do ponto de equilíbrio entre as duas é constante e nunca se fixa. Hoje, ao que assistimos, é o sufoco da Igualdade em nome de uma pretensa liberdade económica que não foi regulada e que, depois de criar as imensas desigualdades práticas dos cidadãos, ameaça colocar em causa as próprias liberdades políticas.

2. A Política

O debate de ideias deve ocupar um lugar central na vida do Partido. O PS tem de aprofundar o debate sobre o seu papel na sociedade portuguesa no século XXI e o seu relacionamento com os outros partidos congéneres na Europa e no mundo.

O Socialismo Democrático é a matriz ideológica do Partido Socialista. Em tempos de crise como o actual, é necessário que PS acentue a sua condição de **partido de causas sociais**, através de um debate ideológico que, partindo da sua **vocação reformista**, intente resolver os grandes problemas do presente e lance as condições da sociedade do Futuro.

Há um debate que urge fazer, sem complexos nem dogmas, mas tendo como referência a nossa matriz ideológica: perante a crise que ameaça o **Estado Social**, devemos lançar o debate sobre o papel da Economia, tanto no sector privado quanto no sector público.

Perante a desregulação do mercado, que levou a esta crise financeira sem precedentes, com reflexos económicos, sociais e eventualmente políticos, na própria concepção das democracias liberais, os partidos socialistas europeus, incluindo o português, devem proceder a um debate profundo do seu papel no restabelecimento e defesa do contrato social inerentes à nossa ideia de Europa Social, que a Direita neoliberal pretende descaracterizar e até destruir.

O Estado Social na Europa é um compromisso entre a democracia-cristã e a social-democracia, o socialismo democrático. Relegada hoje a democracia-cristã para plano secundário pelos partidos populistas ou populares, aos partidos do socialismo democrático e da social-democracia cabe o papel essencial de defender o Estado Social, tanto mais que, à nossa esquerda, se situam partidos imobilistas, para quem qualquer tipo de reforma é visto como uma cedência ideológica aos conservadores.

Mário Soares escreveu recentemente: “Chegou, pois,

a hora do socialismo democrático se repensar, refletindo coletivamente sobre o que representa ser hoje socialista, não só em palavras, mas, sobretudo, no domínio das realizações e dos comportamentos. Despir-se, definitivamente, da ganga do conservadorismo neoliberal, descobrir novos horizontes sociais que deem esperança às pessoas, retomando os valores éticos, dignificando o trabalho e valorizando as transformações sociais necessárias e possíveis, num mundo em mudança acelerada [...] Para o PS português, é o momento, também, de fazer uma reflexão aprofundada. Para dar um novo impulso à sua participação na vida política (independentemente do Governo), com mais idealismo socialista e menos apparatus, mais debate político e menos marketing, mais culto pelos valores éticos e menos boys que só pensam em ganhar dinheiro e promover-se, enfim, mais voltado para o futuro e menos para o passado. É que um PS dinâmico, pluralista e voltado para o futuro - que a sociedade civil respeite e admire - faz falta a Portugal e ao Governo”.

É esse o debate urgente: devolver aos partidos socialistas e ao socialismo democrático o papel fulcral na construção de uma Europa da cidadania com uma identidade social própria que sempre foi modelo para todo o mundo.

3. A República

A República criada com o 25 de Abril procurou evitar e prevenir os erros da I República e do chamado Estado Novo, o regime fascista.

O equilíbrio entre os diversos poderes e o carácter semipresidencialista do regime conseguiu, com êxito, colocar o regime democrático ao abrigo da eventual instabilidade governativa.

O Parlamento tornou-se o centro nevrálgico do sistema político e, mesmo quando houve maiorias absolutas, o poder moderador do Presidente da República propiciou as condições democráticas fundamentais para o regular funcionamento da Democracia. Presidente da República, Parlamento e Governo foram os pilares fundamentais a esse equilíbrio democrático.

Note-se aqui, a propósito, que o mesmo quadro tríplice foi concebido para as Regiões Autónomas, em que o vértice presidencial foi substituído por um órgão designado primacialmente Ministro e hoje Representante da República, questão que voltaremos a abordar no capítulo próprio. Contudo, há que tirar ilações e propor adequações que a experiência mostrou serem convenientes. Assim, propomos o aperfeiçoamento da lei eleitoral à Assembleia da República que consagre o princípio de aproximação de eleitos e de eleitores.

4. O Sistema Judicial

A Justiça é o eixo fundamental do estado de direito. A **morosidade do aparelho judicial transformou-se num obstáculo à própria ideia de justiça**, por um lado; por outro, tem sido um **entrave à economia**. Impõe-se, por isso, proceder-se a uma profunda reforma do funcionamento da Justiça portuguesa, conferindo-lhe a eficácia e eficiência que tem no contexto de outros países europeus e que a sociedade exige actualmente.

Os subscritores desta moção defendem ainda o **fim do**

sindicalismo dos magistrados enquanto órgãos de soberania, que, em determinados momentos, pela sua actuação, podem colocar em causa o princípio de separação de poderes, não podendo aceitar-se que Portugal se transforme numa República de Juizes, que é o que parece induzir-se, em determinados momentos, da actuação dos diferentes sindicatos ou associações parassindicaís do sector.

5. As Regiões Autónomas

Os regimes políticos nas Regiões Autónomas, e nisso diferem do que se passa a nível da República, são, constitucionalmente, regimes parlamentares puros.

Por sua vez, procuram reproduzir, a nível de cada Região Autónoma, o triângulo de poder constituído pelo parlamento, o governo e, actualmente, o Representante da República. Carecendo este, no entanto, de base eleitoral regional, **nunca conseguiu constituir-se na íntegra como o estabilizador e o regulador dos excessos das maiorias partidárias em cada uma das regiões autónomas**, onde, assim sendo, a natureza parlamentar do regime, em teoria, se transformou, na prática, em regime presidencialista do presidente do governo.

A ciência política e a natureza constitucional dos regimes não podem ignorar a natureza concreta da sua realização, sobretudo quando esta vem contrariar aquilo que a própria lei fundamental prevê. Assim, propõe-se:

- 1) A **extinção** futura do cargo de **Representante da República**;
- 2) A transferência das suas competências em matéria de promulgação legislativa para o Chefe de Estado, pretendendo-se, com isto, dois objectivos. Por um lado, reconhecer que os portugueses das regiões autónomas têm o direito à mesma dignidade do corpo legislativo que vigora nas Regiões ao que vigora quer na República em geral, quer apenas para o território do Continente (quando, sobre a mesma matéria, foi criada ou adaptada legislação autónoma); por outro lado, visa-se que o Presidente da República funcione também para as Regiões Autónomas como o regulador político face às maiorias de poder em cada região, situação que nunca foi conseguido pelo Ministro ou Representante da República. Antes pelo contrário, esta figura – Ministro e Representante – pretendendo servir de amortecedor, segundo alguns, entre os Órgãos de Governo e o Presidente da República tem apenas servido para desresponsabilizar os excessos do executivo em cada Região.
- 3) Em simultâneo, propõe-se que os presidentes dos governos regionais e o primeiro-ministro não possam exercer mais do que três mandatos consecutivos.

6. As Regiões Administrativas e o referendo

- Propõe-se a imediata extinção dos **governos civis e a criação das regiões administrativas do Continente**, cuja instalação em concreto não tem de ser obrigatoriamente simultânea; propõe-se que se tome como base as actuais regiões plano; propõe-se ainda

que os titulares destes órgãos tenham limitação de mandatos.

- Propõe-se que o instituto do referendo seja vinculativo, independentemente do grau de participação. Note-se que a eleição do Presidente da República ou dos parlamentos nacionais ou regionais, ou qualquer tipo de eleição não exige a participação da maioria do eleitorado para ser vinculativa, logo não faz sentido que se faça essa exigência para a convocação do referendo.
- Propõe-se a revisão das relações financeiras entre o Estado central e as regiões autónomas, as futuras regiões administrativas e o poder local, tendo como pilares essenciais o princípio da subsidiariedade dos tratados europeus, o princípio da coesão nacional e o princípio da continuidade territorial no que concerne às regiões autónomas. Nessa reformulação deve ter-se como referência e elemento comparativo o que se passa nos outros estados europeus e a afectação do PIB ao poder central, regional e local, sabendo-se que a afectação do PIB nos países europeus aos poderes regionais e locais é muito superior o que se passa em Portugal. A título de exemplo, veja-se os números. O poder local em Portugal representa 10% do PIB, no Reino Unido, 25% e na Dinamarca, 40%.

7. Reforma administrativa: concelhos e freguesias

Propõe-se uma **reforma administrativa** quanto ao **número de municípios e freguesias**. Tendo em conta a evolução do País, da economia, das realidades demográficas, dos sistemas de comunicação e transporte, a divisão administrativa, tal como se encontra, já não corresponde às necessidades de Portugal.

Contudo, entendemos que a reforma administrativa dos concelhos e freguesias deve fazer-se preferencialmente, e até por respeito à própria ideia de serem as populações a decidirem o que melhor serve à respectiva região - após a instituição das regiões administrativas.

A reforma administrativa, que inclui a **criação das regiões**, impõe-se como factor fundamental para a **coesão social, económica e territorial da nação e visa combater o desequilíbrio demográfico do litoral em relação ao interior** e travar e reverter a desertificação de vastas zonas do interior, de que derivam problemas gravíssimos nas áreas metropolitanas, a nível social e de segurança, e, por outro lado, o abandono dos campos, com prejuízos para a economia, em especial a agricultura e a silvicultura, com incêndios que só podem ser combatidos com planos de sustentabilidade económica e com uma política de coesão territorial.

8. Credibilizar o Estado pela transparência dos actos públicos

A corrupção é um dos principais problemas do sistema político português. Do êxito do combate à corrupção dependem não só a credibilidade do próprio sistema democrático instaurado pós-25 de Abril, mas também a sustentação do Estado Social e o próprio conceito de Justiça.

O Partido Socialista deve ouvir as vozes que se erguem entre os cidadãos anónimos mas também dos próprios militantes conceituados, entre os quais se encontra João Cravinho, na defesa de um Estado mais transparente nos seus actos e de uma ética política que foi a base da fundação do próprio partido.

A situação económico-financeira em que se encontra o nosso País não pode estar dissociada do modo como se desbarataram os rios de dinheiro que a União Europeia derramou em diversos programas de apoio e desenvolvimento. A aposta no sector da construção civil e nas redes viárias, realizada por um bloco central de interesses,

não aparece unicamente por escolha política, resultando muito daquilo que João Cravinho designa de “captura do Estado por interesses económicos”.

O fiscalista Saldanha Santos deixou um aviso a todos os que acreditam verdadeiramente no Socialismo Democrático e na Justiça Social: “O PEC é a factura que vamos pagar por anos e anos de saque organizado e contínuo dos recursos públicos, por uma quadrilha pluripartidária que vive de comissões, subornos e tráficos de influências”.

O ataque à corrupção deve incluir o combate ao clientelismo e ao nepotismo, no que se pode denominar de despartidarização das instituições públicas. Os partidos que acedem ao Poder não devem ser plataformas de enriquecimento rápido nem instituições geradoras de emprego ou prémios para militantes.

A cultura da transparência deve ser não apenas bandeira mas empenho continuado do Partido Socialista.

Assim, o Partido Socialista defende:

- a criminalização do enriquecimento ilícito dos titulares de cargos públicos, ainda que esse enriquecimento se verifique após três anos da cessação do cargo;
- investigação fiscal e criminalização dos cidadãos que declarem rendimentos que não correspondam ao seu património;
- obrigatoriedade de declaração dos rendimentos obtidos no exterior;
- impedimento de inclusão de “obras a mais” que impliquem “derrapagens” nos custos de obras ou serviços ao Estado;
- proibição de exercício profissional, nos primeiros cinco anos após cessação, em empresas ou instituições que negociem com o Estado, por parte de antigos titulares de cargos públicos;
- fim do segredo bancário, com acesso directo do Fisco às contas dos cidadãos;
- fim dos benefícios fiscais a fundações de carácter público ou mendigante;
- criação de uma lista pública dos fornecedores do Estado;
- alargamento da lei da protecção de testemunhas de actos de corrupção;
- alargamento do regime de incompatibilidades para deputados à Assembleia da República e às assembleias legislativas regionais;
- limitação de mandatos para todos os cargos públicos e deputados à Assembleia da República e assembleias regionais;
- facilidade de investigação nos ajustes directos efectuados pelo Estado;
- desgovernamentalização e despartidarização do Conselho para a Prevenção da Corrupção;

Nota: por Estado entende-se todos os órgãos de soberania, governos e órgãos de poder local.

9. A Segurança Social Pública

A **reforma da Segurança Social** que o PS levou a cabo **tornou-a sustentável**. Contudo, ela fez-se num quadro clássico de financiamento que urge adequar às novas realidades económicas.

Além do financiamento individual por cada empregado, próprio do mundo herdado da era industrial, há que conjugá-lo com as novas realidades económicas e empresariais, em que o rendimento não depende exclusivamente nem sequer essencialmente do número.

Enquanto o resultado das novas tecnologias não se reflectir na redistribuição dos horários laborais, como, aliás, aconteceu com a revolução industrial, a manter-se o mesmo figurino de financiamento, cair-se-ia na famosa “sociedade dos dois décimos”.

Essa ideia é socialmente injusta e economicamente estulta, porque parte do princípio que, ao contrário do que sucedeu com a industrialização, se manteriam eternamente as mesmas relações laborais e que tudo o resto

ficaria estante.

Alem de ser economicamente inviável uma sociedade que expulsasse do sistema produtivo oitenta por cento da população, seria, do ponto de vista civilizacional não um sinónimo de progresso mas uma regressão incompatível com a própria ideia de progresso que implica a evolução das sociedades.

10. A Europa, a Economia e a Educação

Muito se fala hoje em reformas ao nível europeu e, quando se fala em reformas, logo os trabalhadores devem ficar e ficam alerta: vêm aí novas perdas de direitos sociais, mais cortes salariais, mais precariedade.

Os socialistas, em nome da competitividade económica, foram cedendo ao canto de sereia dos neoliberais, desde o thatcherismo ao reaganismo. A verdade é que os resultados dessa cedência, substanciada na terceira via blairiana, não são famosos, nem ao nível dos direitos sociais, nem ao nível dos resultados económicos.

Portanto, há que reflectir. Consideramos que a estabilidade laboral se ganha com a estabilidade económica, mas, quando se julgava atingir esta sacrificando aquela, verifica-se que não se conquistou esta mas perdeu-se aquela.

Propomos, portanto, a **inversão do quadro de estabilidade**:

- 1) Assegurar a estabilidade laboral para garantir direitos sociais;
- 2) Garantir direitos sociais para garantir a estabilidade económica;
- 3) Assegurar a estabilidade económica para garantir sustentabilidade financeira.

Alcançado este quadro, em que a Liberdade e a Igualdade são os vectores que sempre nortearam os socialistas, alcançaremos também as condições para o **crescimento demográfico e a travagem do envelhecimento da população europeia**.

Obviamente que, para conseguir estes objectivos, é necessário um novo quadro de condições para a soberania partilhada que deve recusar o dictat do eixo franco-alemão que dita regras à Europa, sacrificando o projecto europeu. Para isso é fundamental o aprofundamento do projecto europeu e da própria ideia de Europa.

Um crescimento sustentado nas necessidades sociais, que garante a coesão social, e não na especulação financeira que inevitavelmente conduz à crise.

Um crescimento baseado nas necessidades sociais implica:

- 1) Estabilidade das empresas e, portanto, laboral;
- 2) A criação de condições de satisfação de compromissos sociais, o que dá estabilidade à economia;
- 3) A estabilidade laboral e social, cria as condições para a concessão e obtenção de crédito;
- 4) Tudo isso, cria as condições para constituir família e a melhor condição para o crescimento demográfico.

A instabilidade neoliberal no emprego levou à instabilidade na economia; o crescimento real da economia ou da economia real foi substituído pela especulação, que levou à destruição de economia e à destruição do tecido social.

Não queremos ser os responsáveis pela «geração parva» que estuda e não trabalha. Antes queremos dar origem à «**geração magna**» que **estuda, trabalha, reflecte, se diverte e cria o futuro**.

Está na altura de reequilibrar os rendimentos entre investimento, trabalho e capital. Por isso propomos:

- 1) A **reposição**, atempada, no caso dos **trabalhadores da Função Pública, dos salários antes da redução de 2011**;
- 2) Em simultâneo, propomos a criação de um **imposto de salvação nacional extraordinário sobre as petrolíferas e sobre as instituições**

financeiras para fazer face ao actual momento que o país atravessa, e que pode e deve ser criado a nível europeu.

- 3) Avaliação urgente da utilidade social das fundações, associações, institutos e empresas do sector público dependentes ou financiadas pelo Estado central, pelas regiões e municípios;
- 4) Criação de uma Comissão de Reforma que proceda à revisão sistemática quer dos quadros dirigentes, diminuindo-os sempre que possível, quer das remunerações das empresas do sector empresarial do Estado, tendo como referência o vencimento do Presidente da República e que tenha também em conta não só o estado financeiro dessas empresas como a crise que o País atravessa, sem deixar de considerar os factores de produtividade e competitividade desses quadros e dessas empresas.
- 5) Tendo em conta ainda que o sector financeiro foi o principal responsável pela crise internacional que atravessamos, dentro do mesmo espírito de moralização dos vencimentos dos altos quadros, proceder a acordo com os bancos, para que moralizem os prémios aos seus gestores. O argumento de que se tratam de empresas privadas não colhe aqui, na medida em que não só os prémios desses gestores se reflectem nos resultados dos bancos, com prejuízo para o investimento, como também são os contribuintes que actualmente estão a pagar a crise provocada pelo sector financeira. Aliás, é bom lembrar que, segundo alguns especialistas internacionais, como Paul Krugman, uma das causas que conduziram a esta crise financeira resultou da especulação permitida e incentivada por esses gestores com os seus altos prémios, que derivavam dos resultados apresentados, e que alavancavam nos chamados «produtos tóxicos», portanto, resultados fictícios que criaram o “buraco” financeiro que acabou por ser descoberto a nível internacional e que originou a actual crise.
- 6) Reanálise de todas as parcerias público-privadas e sua eventual renegociação.

Uma geração para a qual é fundamental o reconhecimento dos direitos sociais inerentes ao **Estado Social**, como a **Segurança Social Pública**, o **sistema público de Saúde**, a **Escola Pública** de qualidade.

11. O Partido

O papel axial do Partido Socialista na vida política portuguesa como partido fundador da Democracia e seu garante pressupõe que a vida interna do Partido não se pode alhear do que se passa na sociedade e deve reflectir os seus anseios. Para isso, a democracia interna é a melhor forma de o conseguir. Propomos:

- **Fim da obrigatoriedade das quotas** por razões sobejamente conhecidas de todos e já amplamente dissecadas;
- Substituição da quota partidária obrigatória por uma **quota voluntária com fins mutualistas**, promovendo uma solidariedade activa no Partido.
- Aos órgãos do Partido, a nível nacional, regional e local, é concedida a faculdade de submeter a escrutínio dos cidadãos não filiados as personalidades que o Partido pretende que venham a desempenhar a função de primeiro-ministro, presidente do governo, presidente de câmara ou de junta de freguesia. Essa consulta tem como referência, posto que não como paradigma, o caso dos partidos americanos, Democrata e Republicano, que funcionam com base em **eleições primárias**. Seria, portanto, necessário encontrar uma fórmula que blindasse os perigos a que, aliás, o sistema de eleição interna actual também é

permeável (inscrição maciça de militantes com o propósito de subverter o equilíbrio interno dos partidos políticos) e que contemplasse o **objectivo essencial da proposta: que os cidadãos eleitores socialistas tivessem uma palavra a dizer na escolha daqueles que pretendem ver a representar o projeto do partido com o qual politicamente se identificam e que querem que sejam chamados a governar a freguesia, o concelho, a região e o País;**

- **A criação de *think tanks* permanentes**, presenciais e virtuais, que poderiam ser **especialistas em várias áreas** - economia, ecologia, ambiente, etc., - que preparassem soluções e propostas compatíveis com a nossa ideologia, para que depois pudessem ser debatidas com os militantes dos diferentes órgãos internos. Estes órgãos internos estão muitas vezes transformados em meros órgãos burocráticos e formais, onde não se promove o debate, que deve ser preferencialmente temático, com carácter aberto, e sem pretensões clubísticas que se limitam, de forma “kitsch”, a propalar que somos os melhores, sem prova nem produção. Ali, deve discutir-se tudo: que economia, que medidas sociais, que política de ambiente, que Europa, que partido, que País, que igualdade, tudo, absolutamente tudo, subordinado, é claro, a um projecto socialista para Portugal. Preferencialmente, a participação nesses think tanks presenciais e virtuais deve implicar a sustentação político-ideológica das questões, utilizando as modernas plataformas colaborativas (wiki) para suportar o debate e apresentar as posições políticas de forma pública. Podem ser utilizadas as estruturas já existentes das secções temáticas e secções virtuais como suporte estatutário para a implementação destes think tanks. Falta ideologia à política, falta política à economia, falta economia às finanças, falta finanças ao mercado e temos a crise financeira, económica, social e política.

12. Portugal como desígnio de si próprio

A resolução do nosso problema estrutural de país de dez milhões de habitantes é a consecução da nossa **auto sustentabilidade**.

O País deve criar riqueza suficiente para as suas necessidades: a Educação, a Saúde, a Segurança Social, as despesas de soberania, as comunicações, os transportes, os meios de informação, a distribuição de riqueza e de bem-estar.

Por isso, propomos:

- 1) A criação de um **Grupo de Missão**, integrado por elementos quer dos organismos públicos de exportação, quer de empresas privadas e de associações empresariais, cujo objecto é proceder a um levantamento, à escala global, das necessidades e potencialidades de cada zona do globo, de modo a que Portugal atinja, em poucos anos, um nível de exportações do PIB que nos torne um país com saldo positivo em termos de balança de pagamento e estanque e reverta a nossa dívida externa. Na verdade, tornar o nosso País auto-sustentável, é um imperativo essencial para a nossa sobrevivência enquanto nação livre e independente. Este Grupo de Missão integra-se perfeitamente nos objectivos da política patriótica do actual governo, com sucessos visíveis e reconhecidos por todos, em vários sectores, nomeadamente no domínio das energias e das tecnologias de ponta. Este Grupo de Missão deverá não só partir das nossas capacidades actuais de produção de bens e serviços, como também prospear as possibilidades de novas produções nacionais a partir de mercados potenciais detetados, para novos produtos transacionáveis. Um dos seus objetivos deve ser a importação de produtos a que se

possa acrescentar valor acrescentado, na perspectiva de que uma economia de valor acrescentado é uma economia de altos salários. Este Grupo de Missão deve ter também como pressuposto que a integração de empresas que hoje não exportam para o mercado externo no setor exportador, dá-lhes economia de escala com reflexos nos custos de produção e consequente baixa de preços com consequências positivas para o consumidor nacional. Aliás, no capítulo das exportações devemos agir com o mesmo espírito dos navegadores de Quinhentos: o país é pequeno mas temos o Mundo para nos expandir. É urgente que deixemos de pensar de acordo com a dimensão das nossas fronteiras e que tracemos os nossos objectivos com a mesma grandeza do mundo que fica para além delas.

- 2) Criação de um prémio, em IRC, para as empresas que, à sua escala, contribuam, de forma relevante, para fazer crescer o valor acrescentado nacional aos produtos vendidos em mercados externos, ideia, aliás já defendida pelo ex-ministro dos Governos de António Guterres, Daniel Bessa.
- 3) Lançamento, com enquadramento legal, de uma estratégia de divulgação implícita de produtos nacionais em manifestações artísticas e culturais, como o cinema, as séries televisivas e a literatura. É frequente que, durante a leitura de um romance, se façam referências a determinados produtos, criando apetência para o seu consumo ou até hábitos de consumo de determinados produtos. Por exemplo, o consumo do azeite ou de vinho tinto em comunidades e países que não o costumam fazer.
- 4) Lançamento de uma estratégia para a Economia do Mar. Portugal tem uma extensa ZEE, zona económica exclusiva. Segundo o Jornal de Defesa e Relações Internacionais (edição de 30 de Setembro de 2003), actualmente, a ZEE portuguesa tem 1 727 408 km² de extensão geográfica (Continente: 327.667 km², Açores: 953.633 km², Madeira 446.108 km², Total: 1.727.408 km². Futuramente, com o aumento pretendido da jurisdição portuguesa, Portugal passará a ter uma ZEE com a área total de 3 027 408 km² (14,9 vezes a área de Portugal Continental), imediatamente atrás da ZEE do Brasil, com 3 660 955 km². A valorização do mar como fonte de riqueza económica é fundamental para a criação de um “Novo Conceito Estratégico de Desenvolvimento” baseado num novo modelo de desenvolvimento auto-sustentável para o País. O actual modelo nacional de desenvolvimento está grandemente ultrapassado, obriga a dependência continuada de recursos financeiros vindos do exterior, o que constitui uma séria ameaça à nossa soberania de País livre e independente. Por isso, tendo em conta a natureza arquipelágica do País – Continente, Madeira e Açores -, a nossa posição geoestratégica e a nossa ZEE, a dinamização de todas as valências do Conhecimento e da Economia do Mar, ou, seja, defendemos a criação do Cluster do Mar, como uma aposta estratégica no Futuro. Para isso, propomos a criação de um Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Conhecimento e da Economia do Mar. O Cluster do Mar deve ter uma abrangência nacional, com aproveitamento das potencialidades de todas as regiões do País, e uma perspectiva integrada de vários sectores, incluindo actividades económicas tradicionais, mas redimensionadas com o valor acrescentado da inovação, com o acesso a serviços tecnológicos, tendo como área de procura final o mar, com evidentes reflexos na economia nacional. O Cluster do Mar deve assentar numa estratégia que tem como pilares as seguintes áreas temáticas, incentivando sectores de actividade económica com elas relacionadas: a pesca e a indústria pesqueira; a mineração e os recursos marinhos; o turismo marí-

mo e a construção naval de embarcações turísticas; a investigação oceânica e o desenvolvimento científico e tecnológico derivado; os portos e o ordenamento costeiro e marítimo, com mais-valias e sinergias do sector turístico e com vantagens ambientais evidentes.

Louvamos o imenso trabalho que já vem sendo feito pelos governos socialistas. Quanto à dívida externa e ao seu refinanciamento ela está a ser feita a um nível que constitui uma verdadeira extorsão dos nossos recursos financeiros que consideramos um enriquecimento ilícito dos credores. Por isso, defendemos que a defesa da moeda única só pode ser feita no quadro europeu. Se tal não acontecer rapidamente, entendemos que alguns países europeus, Bélgica, Itália, Irlanda, Portugal, Espanha, e Grécia, nomeadamente devem equacionar uma **moratória unilateral e consequente renegociação do pagamento da dívida.**

Não podem os povos europeus pagar, sem culpa nem proveito, os resultados de uma crise financeira que não provocaram e que foi consequência de uma perda sucessiva de direitos sociais que foram sendo abatidos em nome da tal competitividade.

Portugal, para fugir à sua propalada periferia e para a qual o querem remeter, deve ser um actor interveniente e protagonista nos espaços em que historicamente se moveu.

Na Península Ibérica, com diálogo com todos os povos e nações peninsulares, para cujo aprofundamento contribuirá a regionalização do país, continental e insular.

A Península, salvaguardada a soberania de cada povo, deve assumir a sua condição geográfica de um subcontinente na Europa conferindo a essa condição **peso internacional**, tanto mais que **dela emanam duas línguas com peso universal comparável à língua inglesa.**

Na CPLP, com a criação de organismos institucionais entre os seus países, com uma política de afirmação da Língua Portuguesa no Mundo, com a aposta na **entrada do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU.**

A CPLP deve ainda pugnar pela **reforma urgente das Nações Unidas**, com entrada da Índia no Conselho de Segurança, ao lado do Brasil.

13. A ideologia do fim das ideologias

Vivemos, todo o mundo vive, novos tempos, tempos difíceis e incertos. Mas são tempos insustentáveis que certamente, a curto prazo, significarão mudanças decisivas no complexo e caótico sistema global em que uma oligarquia financeira multinacional, ferozmente liberal e sem ética, mergulhou, económica e socialmente, as vidas das pessoas.

Verifica-se que o Mundo gira à volta dessas oligarquias económico-financeiras bem organizadas e competindo a nível global. Os Estados e as suas democracias perderam força e liberdade decisória com os partidos políticos manietados e mesmo mandatados para gerir este sistema liberal (ou “darwinista”) da lei do mais forte.

Criou-se uma doutrina ou ideologia dominante que apregoa a falta de alternativa, ou seja, nada há a fazer contra as leis da natureza. É a ideologia do fim das ide-

ologias. Adquirem-se e usam-se todos os meios para conformar e moldar o pensamento dos cidadãos a estas chamadas verdades consensuais. É a ditadura da verdade inquestionável ou do pensamento único.

Somos “evangelizados” todos os dias por consagrados economistas que, nos fragmentos da sua suposta ciência, têm uma visão de sociedade pior que um veterinário teria sobre um rebanho de carneiros. Depois vêm uma segunda e terceira linhas de opinadores independentes com toda uma panóplia de corolários também assumidos como consensuais.

Um exemplo perfeito desta lógica inquestionável pode-se espelhar na opinião de J. A. Saraiva publicada em edição do semanário “Sol” com frases como: “Os grandes grupos multinacionais (...) hoje têm o planeta inteiro para (...) procurar os salários mais baixos (...) as menores regalias dos trabalhadores. O planeta tornou-se um sistema de vasos comunicantes – (...) Para certas regiões subirem o nível de vida, outras vão necessariamente perder privilégios.”

Ou seja, incute-se a falsa ideia dos ‘vasos comunicantes’ para justificar a perda necessária de privilégios (?) de alguns. Puro engano, pois, se o nível de vida de algumas regiões sobe, será sempre à custa de salários muito mais baixos, na lógica dos menores custos humanos globais na produção. Então, é como se houvesse qualquer vaso roto vertendo a favor desses grandes grupos.

Além disso, nunca é questionável se, com o aumento da produção, o excesso de riqueza deva reverter apenas para esses grandes grupos.

Por fim, apregoando a invocada falta de alternativa e o consequente apelo à renúncia passiva, o articulista continua: “Basicamente, não há nada a fazer. (...) Muitas das ‘conquistas dos trabalhadores’ na Europa, obtidas no pós-guerra, vão regredir. (...) Preparem-se, porque não vale a pena protestar. O que não tem remédio remediado está.”

Mas a verdadeira verdade não se compadece com verdades feitas. E a crise está aí para durar como maleita estrutural desta ganância neo-liberal. Em termos simples, temos a contradição de **querer produzir onde não se consome para poder consumir onde não se produz.** E isto só foi possível enquanto o consumo se pagava com a dívida creditada num futuro virtual que já desmoronou. É o colapso de uma D. Branca à escala mundial.

Por isso estes são tempos insustentáveis que, a curto prazo, acarretarão mudanças decisivas. Poderemos assistir a graves crises sociais e nacionais com as mais nefastas convulsões à escala internacional ou, em alternativa, saberemos usar a força de uma democracia ideologicamente esclarecida capaz de assegurar o primado da cidadania.

14. Socialismo e cidadania

A alternativa que se impõe exige, portanto, a existência de forças políticas organizadas e atuantes em parceria global que alimentem e se alimentem de um novo pensamento crítico e consensual para uma nova ordem mundial de cidadania. E aqui está a grande responsabilidade dos Partidos Socialistas.

A presente crise, apesar de representar uma real derrota em campo do pensamento neoliberal, não suscitou, contudo, o seu repúdio nos sufrágios eleitorais graças à forte persuasão da não alternativa a este modelo, mas

também porque estes partidos da área do socialismo democrático, muitas vezes, se têm limitado a querer ou poder gerir com menores danos, tipo aspirinas, este mesmo modelo.

Contudo, como pretende a direita, é errado dizer-se que todos os partidos são iguais, que atingimos o fim das ideologias.

De uma forma organizada, continuada e global, o Partido Socialista, pela sua matriz social, poderá garantir uma nova cidadania de homens livres, mas será sempre o resultado do maior ou menor empenho de cada qual nesse compromisso de contributo para a cidadania.

Dizer-se à boca grande pretensas verdades, como: “Não há nada a fazer. (...) Muitas das ‘conquistas dos trabalhadores’ vão regredir.” ou “(...) Não vale a pena protestar. O que não tem remédio remediado está.”

Pode um grupo de cidadãos em ligação ocasional e imprecisa desenvolver uma acção de cidadania numa freguesia ou concelho, muitas vezes até, numa lógica anti-partidos. Mas não saberá motivar as populações ou perspectivar resultados para além da tal fatídica esquina da nossa rua.

O Partido Socialista, com mais ou menos avanços e recuos, permanecerá com a garantia do seu património ideológico e com o impulso dinâmico e sentido dos seus militantes nas mais variadas freguesias deste País. E na união com outros partidos parceiros a nível internacional formará a corrente capaz de contrariar ou inverter o des-governo mundial responsável por esta profunda crise.

15. O papel da Internacional Socialista num Mundo Global

A procura da síntese perfeita entre a Igualdade e a Liberdade tem sido o designio dos socialistas.

No nosso caso, os Portugueses têm tido um papel de diálogo no Mundo entre as diferentes culturas como poucos povos. Estamos em condições ótimas para relançar o diálogo entre os povos. **Se o modelo social europeu de justiça humana está a ser posto à prova, uma das causas é a competição com povos em que os direitos sociais não são respeitados.**

Os socialistas não aceitam que a competitividade entre a Europa e o Mundo seja restabelecido à custa da supressão dos direitos sociais na Europa, que são direitos humanos, mas, antes pelo contrário, com **a luta pelos direitos sociais em outras áreas do globo** onde a sua supressão é um atentado aos próprios direitos humanos.

Aqui a **Internacional Socialista** pode e dever ter um papel no diálogo entre os povos, nas organizações internacionais, na obtenção de condições de **comércio justo.**

Com a queda dos regimes de leste e, ainda anteriormente, com a chegada ao poder de partidos socialistas na maioria dos países da União Europeia, com líderes como Willy Brandt, Filipe González, Olav Palme, Mário Soares, Mitterrand e outros tivemos a ilusão, nós, socialistas, trabalhistas, sociais-democratas que a síntese perfeita entre economia, direitos sociais, competitividade, Liberdade e Igualdade tinha sido atingida.

Mas eis que a crise nos veio alertar e desafiar a começar de novo, em busca de uma nova síntese. Aceitemos o desafio e, como socialistas e portugueses, partamos de novo e em nome de Portugal e do Socialismo Democrático, em busca da Igualdade e da Liberdade.

Democracia e Socialismo Por um Portugal com futuro

Mais idealismo socialista e menos boys, que só pensam em ganhar dinheiro e promover-se...

Mário Soares

Primeiro subscritor: **António Brotas**

As razões duma alternativa

Os socialistas conhecem-nos. Ao apresentarmos uma moção de carácter global ao próximo Congresso do PS – o que obriga a uma candidatura alternativa a Secretário-Geral – todos sabem que não nos impele qualquer repentina sede de protagonismo, ou de poder, mas tão só a força de convicções partilhadas por milhões de portugueses: a certeza de que o PS é um instrumento indispensável para o aprofundamento da nossa democracia; a força de quem não desiste de lutar por um país com futuro, mais justo e mais fraterno.

Decidimos intervir porque estamos preocupados com a recessão que Portugal atravessa e acreditamos que o PS pode fazer mais e melhor. Preocupa-nos o desemprego, a exclusão social e uma dívida externa gigantesca, mas também uma Administração Pública “inimiga” do cidadão, ineficaz e quase sempre impune, o caos instalado da Justiça, a desmotivação dos educadores, a fragilidade da nossa Segurança Social (SS) e do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o silêncio do PS, face a fraudes gigantescas e à impunidade que se desenvolve perante os nossos olhos. E também estamos descontentes com as pressões corporativas internas que, em vez de reforçar, distorcem a imagem da nossa governação e são intoleráveis num Estado de Direito, em que deve vigorar a ética e a transparência. Não desejamos complicar a vida já difícil do Governo, e do primeiro-ministro, mas não nos resignamos perante o estado da Nação e cremos ser possível reconquistar a credibilidade do PS, e da classe política no seu conjunto, uma vez que a actual crise é transversal e envolve os demais partidos.

Nós reafirmamos que a crise que Portugal atravessa é, sobretudo, uma crise de valores e que chegou a altura do PS empunhar orgulhosamente a sua bandeira e, dando o exemplo, propor medidas drásticas que a esmagadora maioria dos portugueses há muito exige: o emagrecimento do Estado Democrático com a redução do número de eleitos a todos os níveis, a extinção dos governos civis e suas extensões, a fixação estreita dos cargos de nomeação política e de centenas de assessorias, o fim de mordomias e integração de fundações, empresas mistas e autárquicas, parcerias e Institutos, na Administração. Mas, também, a afirmação da exclusividade como regra de ouro da Administração Pública e Autárquica e o fim de todas as reformas douradas não sustentadas em carreiras contributivas convencionais. Portugal não pode pedir diariamente dinheiro a preços especulativos, para continuar a alimentar desperdícios e privilégios. O PS não pode cortar abonos de família e bolsas de estudo, ao mesmo tempo que mantém despesas incontroláveis e imorais.

É nossa convicção, face ao descrer profundo dos portugueses, que devemos regressar ao espírito de Abril: quando o PS era um espaço de diálogo, aberto para dentro e para fora; quando os portugueses acreditavam que éramos a mudança e que defendíamos a democracia e as classes mais desfavorecidas.

Não nos anima qualquer vontade de “matar o rei”: pelo contrário, queremos pôr “ordem” no Partido, para que o primeiro-ministro possa “pôr ordem” no Governo e no País. Mas, para que tal aconteça, necessário se torna alterar radicalmente as regras dum jogo que há muito compromete o nosso futuro colectivo e o das gerações vindouras: o PS tem de voltar a ser uma referência de

estudo e de reflexão, que auxilia o Governo; não pode ser confundido com uma agência de empregos, que só nos fragiliza e desacredita.

Há muito mais vida para além do défice e da economia. Para lá do Portugal deprimido ou acomodado, há também um Portugal determinado e inconformista, que não se cansa de lutar por um futuro mais risonho. Pertencentes a este último grupo, nós apelamos aos militantes do PS para que se unam nesta hora de dificuldades, cientes de que é preciso instituir um tratamento de choque que permita reconquistar a nossa credibilidade e relançar a esperança nos portugueses.

Recusamos a condição de intelectuais de esquerda, que se dedicam a compor excelentes análises teóricas, vazias de conteúdo prático; mas também não nos reve-mos na actuação de bombeiros que diariamente se esgotam a apagar incêndios, não cuidando de combater os pirómanos que nos fazem perder a paciência e o ímpeto reformista.

Assumindo as nossas responsabilidades cívicas, nós dizemos que a actual crise é profunda e que ultrapassa o PS, envolvendo os demais partidos e grande parte das nossas instituições. Mas, para que a crise possa ser superada, tem de haver vontade para retomar a via das medidas enérgicas, que norteou a primeira fase da nossa governação e que a esmagadora maioria dos portugueses aplaudiu e que há muito requer. Tenhamos a coragem de estar à altura dos desafios que a actual situação impõe e dos enormes sacrifícios que exigimos aos cidadãos.

A situação actual

Com o 25 de Abril, o Portugal moderno viu-se perante grandes desafios que se resumiram nos célebres “três dês”: descolonizar, democratizar e desenvolver.

A descolonização, por demasiado tardia e com o país em convulsão, não ilustrou o nosso passado, nem acautelou interesses económicos históricos, tal como não garantiu uma transição pacífica e segura dos povos irmãos, que colonizámos. A liberdade permitiu-nos, contudo, trilhar com rapidez os caminhos da democracia e do desenvolvimento.

A democracia política é hoje uma certeza: a informação circula; os partidos e as associações organizam-se livremente; as mulheres e as minorias gozam de igualdade; os trabalhadores alcançaram importantes direitos; a ciência, a cultura e as artes desenvolvem-se sem limitações de ordem ideológica; e, em teoria, ninguém é perseguido ou discriminado por delito de opinião.

Também no desenvolvimento se verificaram inegáveis avanços: apostados na solidariedade, dotámo-nos dum SNS e dum sistema de SS de que nos podemos orgulhar; a democratização do ensino é uma realidade; no Continente e Ilhas, cresceu a mais sofisticada rede rodoviária do mundo; as nossas aldeias e cidades estão irrecorrecíveis; a máquina fiscal, embora voraz, funciona; o consumo aumentou significativamente; o tecido produtivo tem vindo a modernizar-se; e também a segurança pública se mantém em níveis satisfatórios, pese algum acréscimo, a merecer atenção.

E no entanto – enquanto o bem-estar se estendia a milhões de lares e a adesão à Europa nos permitia sonhar com um futuro radioso – eis-nos mergulhados na mais

negra crise económica e social, desde o 25 de Abril, e numa das graves desde a implantação da República.

É certo que a crise internacional precipitou e agravou as nossas dificuldades actuais, mas nunca poderá explicar a situação particularmente difícil em que Portugal se encontra. Sabemos bem que os nossos males não nasceram no dia em que o “mundo mudou” e a pressão dos mercados financeiros obrigou o Governo a baixar o défice das contas públicas e a “apertar o cinto” dos portugueses.

O problema da nossa economia vem de longe e reside no desequilíbrio da nossa balança comercial, assente num modelo de desenvolvimento insustentável: consumimos mais que produzimos; ou seja, gastamos mais que o que ganhamos, recorrendo a mais e mais empréstimos, numa espiral sem fim. Em 2009, em cada dia que passava, cada português pedia emprestado 5 €; em 2010, depois dos vários “apertos”, estamos a pedir 6 €/dia ao estrangeiro, até porque a nossa credibilidade baixou provocando o disparo dos juros.

Como explicar esta “anemia”, quando ainda recebemos ajudas europeias, nos desfizemos de importantes reservas de ouro e ainda vendemos património?

As raízes da exaustão do Tesouro são múltiplas e profundas: desde logo, a perda dos mercados coloniais e a fixação de milhões de emigrantes noutros países, com a consequente quebra de remessas; mas, também, a sentença de morte que foi ditada a “actividades desprezíveis” como a agricultura, as pescas e a marinha mercante; acresce uma Administração Pública ineficaz, quando não persecutória, que parasita, quando não sufoca, as actividades económicas; depois, foi a miragem do euro fácil e duma economia “puxada” pelo consumo e por obras públicas; a que se somou o disfarce fácil do défice das contas públicas, pelo recurso a cosmética e a encaixes financeiros resultantes das privatizações; e houve ainda o fácil deslumbramento duma estouvada classe política que continua a engordar, sem fazer contas; por fim, neste desvaio despedista até a Banca se apurou, ao estender o endividamento às famílias e às autarquias.

Em fuga para a frente, nunca os avanços verificados na silvicultura e no turismo, o esforço educativo e a reconversão industrial em marcha, poderiam evitar o choque da globalização, que nunca acautelámos, nem enfrentámos. E assim se chegou ao momento actual, com Portugal a marcar passo no crescimento, enquanto a dívida progride, mesmo quando cortamos investimentos considerados vitais para a nossa modernização e os nossos parceiros europeus nos regateiam balões de oxigénio, que também não resolvem a situação de fundo. E assim nos encontramos cada vez mais reféns da finança internacional, enquanto prometemos pagar os empréstimos contraídos com mais empréstimos, a juros cada vez mais especulativos. Será esta situação sustentável? E por quanto tempo? E, sobretudo, a que preço? Será que a nossa geração não está a hipotecar o futuro das gerações vindouras, porventura a comprometer a independência dum dos países mais emblemáticos do planeta? Será que neste panorama tão sombrio, como real, para além da classe política pedir exigir mais e mais sacrifícios aos portugueses, nada mais se pode fazer?

Muitos dos nossos responsáveis políticos defendem que bastará corrigir o défice, uma vez que as medidas

estruturais já tomadas chegam para promover o desenvolvimento, debelar a crise e tranquilizar os mercados, contaminados por erros alheios, entretanto corrigidos. E, no entanto, os juros da dívida mantêm-se inoportunos e a generalidade do povo português acredita que o pior está para vir, enquanto olha com profunda preocupação e desconfiança para um Estado que, nos últimos vinte anos, não cessou de engordar e de exigir mais e mais recursos aos cidadãos e empresas.

Em 1983, Portugal inteiro aceitou sacrifícios na convicção do sucesso do projecto europeu. Hoje, mais profunda e grave que a crise económico-financeira, é a sensação de nos sentirmos defraudados e escoraçados pela Europa em que acreditámos. A que acresce a convicção generalizada de que é melhor entregarmos a governação a estrangeiros, já que a nossa classe política é incapaz de definir uma estratégia segura e promover uma mudança firme, de rumo.

Portugal é um grande país, com prestígio internacional, sendo o mais antigo do mundo nas suas actuais fronteiras. Mas é hoje claro para muitos observadores que o Estado Social se tornou num Estado insaciável, que sufoca as nossas energias. A maioria dos portugueses pensa mesmo que a nossa classe política se deixou enredar na abundância de interesses, e numa carestia de valores, que lhe retira credibilidade e espaço de manobra e compromete o nosso futuro.

Relançar a esperança entre os portugueses

Entre os partidos da esquerda portuguesa, o PS é o único com vocação para exercer o poder, situação que lhe acarreta responsabilidades acrescidas.

Assim o entendeu o actual primeiro-ministro, que iniciou o seu primeiro mandato com um leque de reformas. Infelizmente, porém, essa chama renovadora foi-se extinguindo ao longo do tempo. É certo que, como mais ninguém, o PM se tem desdobrado a melhorar a imagem do país, dentro e fora das fronteiras. Porém, e as sondagens não o escondem, a opinião pública considera hoje o PS como o principal responsável pela situação de crise que o país atravessa.

Compete-nos a nós, militantes do PS, reunidos no seu órgão máximo que é o Congresso Nacional, interpretar a voz dos eleitores que em nós confiaram. À altura do nosso passado, e das nossas responsabilidades, compete-nos contribuir para virar uma página menos feliz, da nossa História. Não desejamos confrontar quem nos tem orientado, mas, em busca duma nova prática dentro do PS – e de novos caminhos – é nossa obrigação promover uma saudável análise em torno da situação actual e contribuir para que o Estado Português, no seu todo, possa encontrar soluções que tornem o futuro dos portugueses mais auspicioso. Futuro que passa por impedir que as emoções e os interesses pessoais contaminem a militância partidária. Unidade sim, mas unicidade não, temos de relançar uma prática política que renove a confiança e a esperança dos portugueses.

Nós queremos serenidade e estabilidade e por isso entendemos que o PS tem de voltar a ser um instrumento de mudança e de progresso. Num momento em que o desempenho da economia não é animador, e a classe política pede sacrifícios crescentes aos cidadãos, será legítimo que o Estado Português não esteja à altura desse desafio?

Nos últimos vinte anos, o Estado Português recorreu a engenharias legais e orçamentais que desembocaram em graves desvios, que urge vencer com energia e determinação. Entre outras medidas julgadas úteis e conve-

nientes, os militantes que subscrevem esta Moção entendem que é necessário reforçar as seguintes orientações, todas elas imprescindíveis à modernização, moralização e eficácia duma Administração Pública, de que todos somos responsáveis:

1. Portugal mantém elevados níveis de pobreza e de exclusão social, como nenhum outro país do espaço europeu. A exposição recente de centenas de “sem-abrigo” na Baixa de Lisboa é apenas um sinal claro dessa situação: um programa nacional de combate à fome, à pobreza e à exclusão social deverá ser a primeira preocupação do Estado Social.
2. A Justiça constitui a principal pecha da nossa democracia, motivo de preocupação do cidadão comum e dos investidores. A lei é mole para quem prevarica e dura, e cara, para os cumpridores. Daí, que deva ser efectuado um esforço nacional para simplificar textos e práticas, e formar e diferenciar todos os seus agentes, a todos os níveis. Não é possível relançar a economia, com Tribunais à deriva e a aplicação da lei transformada em lotaria, apesar da dotação de magistrados ser suficiente. E que dizer dum Ministério Público, que se atola em intermináveis processos de corrupção? Como podemos manter juros baixos, e a economia a funcionar, e impedir milhares de falências, com os caloteiros a rir das vítimas? Um sinal claro de moralização tem de ser dado ao país, por uma Direcção Política que não tema enfrentar interesses corporativos. Mas os agentes judiciais também têm de perceber que a Presidência da República não pode gastar mais que o Supremo Tribunal de Justiça e que a recuperação da nossa economia deverá ter como primeiro beneficiário este Poder, que terá de ser livre e independente.
3. Queremos “emagrecer” o Estado Democrático, porque se o não fizermos é o próprio “Estado Social” que será destruído. A nossa dívida colocou-nos numa situação de dependência e à mercê de pressões externas. Mas a nossa economia carece também de ser libertada de interesses corporativos. Poderão baixar os juros da dívida, se o país está atafalhado de autarquias falidas, onde germinam milhares de empresas e instituições que só servem para dar “tachos” aos eleitos, e aos boys, de todos os quadrantes políticos? Que sustenta empresas monopolistas sugadoras e entidades reguladoras que, notoriamente, nada regulam? Que aprova novas auto-estradas e aeroportos e deixou arruinar a via-férrea? Entendemos ainda que a lei deve penalizar os responsáveis por quaisquer desvios orçamentais relevantes, se a margem da lei, ainda que sem benefício pessoal.
4. A Administração Pública e Autárquica é hoje uma das causas maiores da nossa incapacidade em renovar o país. Nós queremos uma Administração rigorosa e eficiente, amiga dos cidadãos, e que vá ao seu encontro para resolver problemas e não para colocar entraves. É credível uma Administração que cria empresas num minuto e gere dezenas de Serviços sempre prontos a encerrá-las, em segundos? Uma Gestão sem objectivos, que se refugia no laxismo e numa burocracia criativa sem limites, em prejuízo das iniciativas dos cidadãos? Que desenvolve práticas fundadas numa cultura da desconfiança e da repressão, sendo travão e não acelerador do desenvolvimento? Dirigida por “responsáveis”

que erguem uma teia de evasivas e obstáculos, sempre que são chamados a decidir? Que nem aproveita os fundos europeus? Que ergueu um santuário, onde não há avaliação e só alguns “pilha-galinhas” são punidos? A Administração tem de voltar à regra de ouro do tempo de D. Maria, que obrigou a dar resposta a todas as solicitações dos cidadãos. Defendemos também a efectiva responsabilização administrativa e criminal dos funcionários que, por omissão, incompetência ou dolo, prejudiquem de forma julgada procedente qualquer cidadão ou empresa.

5. A Educação deve ser outra prioridade. O PS modernizou o equipamento e estendeu todos os graus de ensino a todos os portugueses, mas o país mantém uma enorme taxa de analfabetismo funcional, programas escolares desajustados, muita indisciplina e maus indicadores de qualidade. Defendemos a Escola Pública, sem desprimor das iniciativas privadas. Os alunos são a peça central da Escola. Menos teoria e mais prática, teremos de fazer um enorme esforço para aproximar os programas à realidade em áreas como a educação cívica, a alimentação, a economia doméstica, a saúde e a puericultura. Queremos uma Escola que forme e dignifique os professores e lhes destine o primado das questões pedagógicas.
6. Defendemos intransigentemente a sustentabilidade da SS pública, como uma das maiores conquistas de Abril. Mas exigimos uma SS justa e solidária, que ponha fim ao escândalo das reformas douradas de cidadãos sem uma carreira contributiva convencional. Batemo-nos pela fixação dum limite máximo de 75%, sobre o vencimento do PR.
7. Defendemos um SNS universal, geral e tendencialmente gratuito, na continuação duma aposta de solidariedade entre todos os portugueses. Mas queremos um SNS que não despenda somas inoportunos, escravo de interesses corporativos de que a limitação ao Curso de Medicina é apenas um afloramento. Portugal foi o primeiro país do mundo a “exportar” uma Escola Médica. Como explicar que, hoje, sejamos o primeiro “importador” mundial de médicos, muitos dos quais de duvidosas credenciais.

A concluir...

Sabemos que não é fácil a tarefa a que propomos, num remar contra a maré de oportunismo e facilidade que actualmente varre todas as organizações políticas e administrativas da República, sem excepção. Estamos, contudo, dispostos a travar esta luta, cientes de é necessário inverter o rumo da nossa democracia e pôr fim ao divórcio actual, entre a sociedade em geral e a classe política.

Amarra-nos ao leme a vontade inquebrantável de servir Portugal, relançando um claro sinal reformista e de esperança ao país, dentro e fora do PS. Desejamos e esperamos que a nossa acção possa contribuir para a recuperação da credibilidade do PS e do seu Governo. E que por esta via também se possa melhorar a imagem de Portugal, na Europa e no mundo.

Queremos outro Portugal, com futuro, antes que se comprometa, em definitivo, o futuro risonho que almejamos para a juventude.

PS vivo - Portugal positivo

Mudar o PS para Mudar Portugal.

Primeiro subscritor: **António Fonseca Ferreira**

1. As Nossas Motivações. As Nossas Propostas.

«Para o PS português, é o momento, também, de fazer uma reflexão aprofundada. Para dar um novo impulso à sua participação na vida política (independentemente do Governo), com mais idealismo socialista e menos boys que só pensam em ganhar dinheiro e promover-se, enfim, mais voltado para o futuro e menos para o passado. É que um PS dinâmico, pluralista e voltado para o futuro – que a sociedade civil respeite e admire – faz falta a Portugal e ao Governo.»

Mário Soares, fundador do PS
«Diário de Notícias», 1/02/2011

Os subscritores da Moção Política de Orientação Nacional **PS Vivo, Portugal Positivo** querem contribuir, de forma empenhada e determinada, para a resolução dos graves problemas que Portugal enfrenta. A nossa democracia está profundamente abalada. É generalizado o descrédito nos partidos e no exercício da política, após uma década sem crescimento económico e de contínuo aumento do endividamento, do desemprego e das desigualdades. Preocupante é, também, a progressiva perda de soberania, com o país subordinado às decisões das instâncias europeias e à voragem dos mercados financeiros.

O Partido Socialista é o partido central da democracia portuguesa. As transformações fundamentais da sociedade portuguesa, no pós 25 de Abril, são realizações do nosso partido. No poder e na oposição, sempre nos afirmámos como um partido interclassista, transversal aos extractos sociais, às pluralidades regionais e às sensibilidades das diversas correntes que se reclamam da defesa da democracia e do Estado Social. Mas o PS tem sofrido um progressivo esvaziamento de militância e de vida democrática, não reflectindo os anseios e o empenho dos seus militantes e apoiantes, que verdadeiramente não ouve. É hoje um corpo que se move por inércia, dirigido por cúpulas restritas. Perdeu a natureza do colectivo, alienou a reflexão e o debate, abdicou da elaboração ideológica e programática.

Destes défices de reflexão, de debate de ideias e de afirmação programática se ressent o Governo, que visivelmente perdeu o ímpeto reformista, sem plena capacidade para enfrentar e resolver os graves problemas que o país enfrenta. Como militantes socialistas, queremos intervir no debate de ideias e participar num processo regenerador que traga soluções para tirar o PS da letargia em que mergulhou, para o revitalizar e consolidar eleitoralmente.

Temos propostas para modernizar e democratizar o Partido Socialista. Temos propostas para Portugal.

1.1. Mudar o Partido Socialista. Para mudar Portugal.

Os partidos não são um fim em si. São um meio para o aprofundamento da democracia e para impulsionar as transformações sociais, políticas, económicas e culturais. Os partidos são os pilares da democracia, não há democracia sem partidos, mas os partidos que temos estão completamente fora das realidades contemporâneas, distorcendo e fragilizando a democracia.

O Partido Socialista é o partido central da democracia portuguesa. Mas o PS está em estado de dissolução como

ente colectivo e social, sem matriz ideológica definida e contemporânea, com estruturas anquilosadas e a maioria das instalações degradadas ou fechadas. Vive-se um notório esvaziamento da vida partidária, marcado pela incapacidade de atrair novos militantes e pela falta de reflexão e debate. É intolerável a permissividade a abusos e práticas antidemocráticas (como são tristes exemplos o dos golden boys da PT/Tagus Park, ou o das manobras nas últimas eleições federativas). É grave a falta de poder e de participação dos militantes na escolha de candidatos. Mais grave ainda que os órgãos nacionais (CN, CP, Secretariado) não funcionem com regularidade, democraticidade e utilidade – cumprem formalidades e calendário, mas não desempenham o seu papel político.

Para enfrentar e resolver os graves problemas que atravessamos e para construir uma democracia progressista e solidária precisamos – Portugal precisa – de um PS Vivo, moderno e democrático.

Para modernizar Portugal, o PS tem de se modernizar a si próprio.

O Congresso é uma oportunidade para mostrar aos Portugueses que temos ideias, energia e soluções para reformar e modernizar o sistema democrático, começando pela reforma e modernização do PS. Um partido sintonizado com os temas, as causas e os valores contemporâneos terá capacidade de renovação interna. Será um agente de transformação da sociedade portuguesa e não apenas um agente instrumental de apoio ao Governo. Será um partido a que os militantes se orgulham de pertencer, porque nele têm voz e a sua opinião conta.

Para isso, é necessário que os órgãos estatutários funcionem, reúnam com regularidade e democraticidade, que os dirigentes dêem seguimento às decisões do Congresso e dos outros órgãos democráticos do partido. O PS será forte quando as suas políticas forem inspiradas no pensamento e sustentadas pela acção dos militantes e simpatizantes, e não apenas o fruto de lideranças unipessoais centradas na conquista e exercício do poder, nestas circunstâncias necessariamente efémero.

O Congresso é a oportunidade para nos afirmarmos a Portugal como garantia da mudança: um partido que dá o exemplo da reforma e da modernização. Democratizar as estruturas e o funcionamento do PS, renovar práticas e a imagem do partido vai abrir as portas a novos militantes e a novas formas de militância. Os nossos estatutos já asseguram os direitos de participação dos simpatizantes, mas não há ainda práticas nesse sentido. É urgente adoptar as eleições primárias para escolha dos candidatos aos diversos actos eleitorais. Esta será uma medida de consequências profundas na renovação do PS e terá reflexos positivos no sistema partidário português. É um exemplo que devemos dar.

O PS deve investir na produção de ideias e de soluções. Há que dinamizar as secções temáticas, promover grupos de estudo, constituir cibersecções e agrupar as secções residenciais para as tornar mais operativas e representativas. Somos em Portugal uma força política absolutamente indispensável para a defesa dos valores da Esquerda, do Estado Social e dos ideais democráticos que fazem da Europa um exemplo para o Mundo.

Temos pela frente, em 2011 e 2012, a exigência de consolidar as contas públicas e de retomar o crescimento económico criador de emprego, no caminho para novos patamares de progresso e bem-estar social. Para isso pre-

cisamos de um PS vivo, coeso, solidário e eficaz. Está nas nossas mãos fazer essa mudança.

1.2. Mudar Portugal.

Portugal precisa de definir uma visão estratégica para o seu futuro. Temos de definir, de forma clara e partilhada, para onde queremos e podemos ir. Pelo seu passado e situação geopolítica, Portugal tem futuro como plataforma euro-atlântica, como centro de intermediação Europa-África-América Latina. A Europa é o nosso espaço continental, mas Portugal pode e deve ser uma ponte entre a Europa e o Atlântico. Apostar na Comunidade Lusófona, no Brasil, em Angola, em Moçambique e no Magreb.

A situação exige mais concertação política e menos retórica de confronto. Os partidos, o Governo e as oposições precisam de concertar políticas de médio prazo, assegurando as bases de governação estável, qualquer que seja a cor do governo e a das oposições.

Para resolver os problemas estruturais e conjunturais do país, as reformas têm de ser retomadas e urgentemente aplicadas. E as principais reformas são as do Sistema Político-Partidário, da Justiça, da Educação e da Administração do Estado, Central e Territorial.

1.2.1. A Lei eleitoral.

Entre as medidas a tomar para credibilizar o sistema político, destaca-se a reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República. Está experimentado, com êxito, em vários países, o sistema de círculos uninominais, conjugados com um círculo nacional, para garantir proporcionalidade. Pode ser um caminho para reaproximar os eleitos dos eleitores, dar mais poder e vontade de participação aos eleitores, pondo fim ao actual domínio das oligarquias partidárias.

1.2.2. A Justiça.

A Justiça não funciona em Portugal. A lentidão, a ineficácia e a profusão de decisões injustas aos olhos dos cidadãos estão a minar a democracia e têm graves consequências económicas e sociais. No sistema judicial, os grupos e interesses corporativos têm-se sobreposto aos imperativos sociais e republicanos. É necessário proceder a uma ampla e profunda reforma do sistema de Justiça, limitando o poder das corporações, proporcionando modernidade, estruturas e meios de funcionamento eficazes, garantindo o acesso universal e promovendo a formação permanente, transversal e prática dos magistrados.

1.2.3. A Educação.

Portugal carece de uma visão de futuro para o projecto educativo e de uma estratégia eficaz de médio/longo prazo. Para chegarmos a uma visão partilhada para a Educação e construirmos uma estratégia consistente e consensualmente alargada, propomos a criação de um Grupo de Missão, coordenado por uma personalidade respeitada e experiente, com capacidade de concertação. Grupo constituído por 10 a 15 individualidades, integrado por especialistas reconhecidos da área da Educação, das ciências sociais e de outros sectores, designadamente: sindicatos, associações patronais, municípios e associações de pais.

1.2.4. A administração do Estado, central e territorial.

O mapa administrativo do país data de 1835/40. A Ad-

ministração – Freguesias, Concelhos, CCDR, Direcções Regionais, Serviços Centrais dos Ministérios – é hoje uma teia fragmentada, desconexa e sectorializada, que torna o país ingovernável e é fonte de desperdício de recursos. Por imperativo de governabilidade, de coesão territorial e de despesa pública, torna-se necessário reduzir, por agregação, o número de Freguesias e de Concelhos, criar as Regiões, extinguir os Governos Cívicos, emagrecer e qualificar a Administração Central. Para além das vantagens de governabilidade e de competitividade, esta reforma dará um importante contributo para a redução do défice orçamental e da dívida externa.

1.2.5. Um Novo Modelo de Desenvolvimento.

Apostamos num novo modelo de desenvolvimento, mais inteligente e competitivo, mais inclusivo e solidário, mais limpo e sustentável. Focados numa estratégia euro-atlântica, devemos tirar partido das nossas vantagens competitivas e dos saberes acumulados para construir uma **economia de nichos** no contexto da Europa e do Mundo. Reforçar a clusterização da economia e dar prioridade nos apoios à produção de bens e serviços transacionáveis – e competitivos nos mercados externos –, reforçando as exportações e reduzindo as importações. Os designios a prosseguir com determinação podem resumir-se em três pontos essenciais:

- Organização e desenvolvimento da logística.
- Passar do investimento em infra-estruturas e betão (capital físico) para o investimento em formação e qualificação dos recursos humanos (capital humano) e na inovação (capital tecnológico).
- Apostar na economia do mar.

1.2.6. O Ordenamento do Território.

Portugal encontra-se numa encruzilhada no que se refere ao **ordenamento do território, à sustentabilidade dos recursos naturais e ambientais e à biodiversidade**. É necessário concretizar, com coerência e de forma consistente, as estratégias, os planos e as políticas aprovadas e consagradas nos programas de governo e nas directivas europeias, contrariando, com firmeza, as cedências aos interesses fundiários, imobiliários e de especulação turística. O Socialismo tem de redefinir as suas concepções sobre a Natureza e os socialistas têm de reconsiderar as suas relações com as questões ambientais. **Connosco, o Partido Socialista assumirá – no seu ideário, orientações e políticas – a sustentabilidade como modelo de desenvolvimento ambiental, económico, social, energético e territorial.**

1.2.7. As Energias Alternativas.

O desenvolvimento das energias alternativas (hídrica, eólica, solar e das marés) terá de prosseguir, racionalizando processos e tecnologias, a par do fomento da eficiência energética. O quadro competitivo entre as diversas formas de produção de energia deverá caracterizar-se pela transparência e o Estado deve assegurar os mecanismos que permitam que a distribuição de energia não privilegie determinados agentes económicos e formas de produção, em prejuízo de outros.

1.2.8. O Combate às Desigualdades.

A Esquerda tem de retomar, com novo fôlego, o combate às desigualdades. Apesar dos extraordinários avanços na produção de bens e riqueza, a sua distribuição está cada vez mais desigual e injusta nas sociedades contemporâneas, facto muito evidente em Portugal. Os socialistas não se podem conformar com políticas sociais limitadas a medidas assistencialistas, de rendimento, salário e apoios mínimos. Medidas louváveis em termos humanitários, que garantem sobrevivência, mas não propiciam a mudança estrutural da condição profissional, social e humana das pessoas e das famílias. Tais medidas não conduzem à plena cidadania.

Os socialistas portugueses, o PS e os seus governos têm de fazer mais e melhor neste domínio, adoptando medidas concretas que assegurem garantias reais, traduzidas em resultados no combate às desigualdades, na criação de

emprego, particularmente para as camadas jovens que estão a ser excluídas do progresso e privadas de confiança no futuro.

1.2.9. O Mundo do Trabalho.

A valorização do trabalho e a promoção dos direitos dos trabalhadores constituem um eixo essencial do Socialismo Democrático. O Partido Socialista deve estar com as lutas justas dos trabalhadores e sindicatos, como é exigido a uma força de esquerda que não se divorcia dos seus ideais e tradições. Estamos do lado da inovação social e laboral, sabemos que é necessário evoluir na regulação dos mercados de trabalho para as necessárias adaptações às mudanças económicas e civilizações. Mas recusamos, com firmeza, que o caminho seja precarizar o emprego e liberalizar os despedimentos. Há que remover os entraves à entrada dos jovens e dos desempregados no mundo do trabalho, sem comprometer a estabilidade do emprego e a dignificação do trabalho.

Neste decisivo domínio da vida social, do exercício político e da afirmação programática e ideológica, há um inadiável debate a fazer dentro do PS. Também as bases de relacionamento do PS com o mundo laboral e sindical precisam de ser refundadas.

2. O Mundo Mudou. Renovemos o Socialismo.

O Socialismo democrático vive uma crise profunda de identidade, de eficácia e de sobrevivência. O Socialismo nasceu com o advento da sociedade industrial, forjou-se nos combates da classe operária contra a opressão e as desigualdades provocadas pela exploração capitalista e consolidou-se nas lutas das forças progressistas pela emancipação social, pela liberdade e pela democracia. Cento e cinquenta anos passados, mudaram radicalmente as formas de produzir, de consumir e de nos relacionarmos. Mudaram os valores individuais e colectivos, as formas de viver e o quadro geopolítico mundial.

A esquerda em geral e os socialistas em particular estão confrontados com desafios e opções inadiáveis. Os tempos são de incerteza, de desconfiança, de pessimismo. Sobre o futuro pairam ameaças. Mas a crise actual e a irreprimível aspiração da humanidade à liberdade e à justiça social também abrem novas oportunidades.

2.1. O Mundo.

Vivemos num tempo caracterizado por contradições profundas nos paradigmas humanos de evolução e desenvolvimento:

- Mais de 50% da população mundial vive nas cidades.
- A informação e o conhecimento são livres e globais.
- Fronteira é uma palavra mais do imaginário do que do real.
- As nossas acções e pensamentos reproduzem-se e são instantaneamente lidos, reconhecidos e disseminados a uma escala global.
- Conflitos armados e guerra já não são um exclusivo das nações.
- Nação deixou de ser um espaço com uma fronteira, moeda, língua e exército.
- A economia e o desenvolvimento não são actos de soberania, nem dependem da vontade isolada de um povo.
- A qualificação das pessoas permite-lhes ter uma visão participativa e não paternalista do governo e do exercício da governação.
- Assume-se a inter-religiosidade e interculturalidade como um bem da humanidade.
- As diferenças são a marca maior da identidade humana.
- Os recursos são bens da humanidade e não de alguns grupos apenas.
- Não há recursos naturais no planeta suficientes para que todos os seus habitantes sejam produtivos,

e um excesso de produção só viria aumentar o desperdício e a injustiça.

- Existe um vazio ideológico, que foi substituído pelo bem-estar egoísta de economia de recursos.
- Não é visível uma Ordem Global e há um vazio de liderança.
- A maioria das pessoas não se revê nos partidos, nas escolhas dos partidos, ou nos seus representantes políticos.

2.2. A Sociedade.

Neste tempo, é urgente pensar o que é a sociedade e quais os pilares que a sustentam, assumindo-se que a qualificação exige a emancipação das pessoas. Não há lugar para políticas paternalistas. Há sim a necessidade de espaços de cidadania activa e responsável, onde o ressurgimento ideológico é fundamental. Um ressurgimento ideológico não caracterizado pelos ventos da moda nem pela luta de classes, mas sim por uma base ideológica centrada nas pessoas, na ética, no respeito e desenvolvimento. Contra o colonialismo económico e a exploração do ser humano.

Hoje, não lutamos nem nos definimos por classes, mas persistem mecanismos de subjugação dos cidadãos. Somos subjugados através da erosão das oportunidades que temos e que nos permitem a promoção social e a afirmação individual. Um cidadão não deve poder ser marginalizado apenas porque não tem lugar num sistema produtivo de base económica. A vida e a sobrevivência não podem estar dependentes da capacidade produtiva primária ou secundária ou terciária, já que assim desperdiçamos os recursos do planeta e excluímos outros seres humanos do acesso a uma vida com dignidade. Todos temos direito à sobrevivência, todos temos direito à cidadania plena.

A exploração moderna resulta da industrialização e desta industrialização resulta a ordem mundial que há muito entrou em crise, pois somos incapazes de promover um desenvolvimento humano sustentado. Esta nova (des)ordem mundial baseia-se nos interesses do capital selvagem, é cega e sem escrúpulos. As sociedades de hoje não se regem por síndromes nacionalistas, não existem fronteiras nem barreiras às trocas de informação e mercadorias. O planeta é um imenso espaço partilhado pelo comum das pessoas, mas regido, no anonimato, por uma elite financeira dominadora e egoísta.

Para se construir uma nova ordem global, a Organização das Nações Unidas precisa de ser profundamente reformada. Tem que deixar de ser um somatório de forças para transformar-se num instrumento efectivo da Paz através do equilíbrio de necessidades, assegurando-se a dignidade da pessoa e dos grupos. As sociedades devem determinar o próprio desenvolvimento e não submeter-se à força e à vontade dos grupos que se tornaram dominantes apenas porque têm acesso ao capital ou às riquezas. Repensar o papel e as competências das organizações globais – desde a Internacional Socialista às Nações Unidas, da União Europeia às organizações políticas e partidárias transnacionais é uma prioridade em que os Socialistas de todo o Mundo devem empenhar-se.

Devemos lutar por modelos de sociedade em que, apesar das diversidades étnicas e culturais, haja um padrão comum de respeito pelos Direitos Humanos e em que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, promovendo sistemas de regulação, governação e participação inclusivos.

2.3. A Política e o Estado.

Temos de repensar a ideologia. O Estado não é apenas um sistema de leis, regras ou deveres utópicos. O Estado tem rosto: o rosto dos cidadãos que entre si se organizam para o fundar. Como tal, temos a obrigação de lutar pelos direitos das pessoas. Mas há também que ter a coragem de exigir que as pessoas cumpram os seus deveres de cidadania. A democracia representativa assenta no princípio da maioria e a maioria não é mais do que um conjunto de minorias. As diferenças é que nos unem e nos fortalecem enquanto todo social. Quando as diferenças são desvalorizadas em nome de uma unidade baseada nas similitudes,

estamos perante uma ameaça autoritária.

O Estado não pode ser apenas o regulador de vontades privadas. Deve ter a capacidade da especificação e regular com conhecimento. Não pode ser apenas o árbitro; define as regras e zela pela sua imposição, numa prática moderadora feita em prol do bem de todos, resistindo às tendências de formação de privilégios e à emancipação limitada a alguns.

O Socialismo moderno tem a obrigação de lutar pelos direitos fundamentais das pessoas: à sobrevivência, à dignidade, à participação, à igualdade de oportunidades, à verdade e à informação. Os valores republicanos da Fraternidade, da Liberdade e da Igualdade devem imperar, mas há que de reforçar a Ética como valor indispensável no exercício da governação. E há que repensar a ideologia com base numa ordem global fraterna e não na luta contra blocos ou nações. Trata-se de derrubar os interesses egoístas em favor do acesso de todos à participação. A política tem de ser inclusiva do interesse por todos, e não dos interesses egoístas instalados. A política só vale a pena quando é participativa e leal.

2.4. O Socialismo Moderno.

O Socialismo no mundo de hoje não é uma ideologia baseada na luta de classes. A sua matriz de modernidade radica na luta pela igualdade de oportunidades, no acesso equilibrado e solidário aos benefícios do Estado Social, no respeito pelo indivíduo. O Socialismo moderno mobiliza a sociedade de forma transversal, promove a concertação e a justiça social contra a crispação e a devastação causadas pela acção depredadora do capitalismo selvagem.

Somos verdadeiramente Socialistas quando exigimos respeito pelos direitos elementares, pela emancipação e autodeterminação das nações no espaço global, transformando o mundo num espaço sem fronteiras. Somos verdadeiramente Socialistas quando nos afirmamos contra os modelos de desenvolvimento baseado na exploração egoísta dos recursos que um determinado território detém. Assim estaremos a contribuir para a construção de um mundo mais justo.

O mundo é neste momento refém de grupos de interesse sem escrúpulos nem rosto, ao serviço dos quais se mobilizam, no «teatro de guerra» dos mercados, todos os dias, disciplinados exércitos de analistas económicos. Esses grupos apoderaram-se do monopólio do crescimento e do desenvolvimento, o qual serve apenas os seus desígnios de acumulação estéril de capital em lugar de promover uma sociedade justa, equilibrada e fraterna.

O modelo de desenvolvimento que os Socialistas defendem assume os resultados do diálogo inter-religioso, das dinâmicas interculturais, da tensão das nações, em que o indivíduo e os grupos são respeitados, pois apesar das crenças, ideologias ou origem étnica, todos somos cidadãos de uma nova sociedade global. Nesta perspectiva, o desenvolvimento deve assentar em dinâmicas associativas e cooperativas. Somos contra o empresarialismo dos recursos – um modelo no qual, quando as coisas correm bem os lucros são deles, quando as coisas correm mal os prejuízos são nossos, nunca deles. Em alternativa, é fundamental haver um desenvolvimento com ética, respeito, democracia e igualdade de oportunidades.

A renovação do Socialismo exige a reformulação da sua ideologia e a regeneração da praxis política. Na sociedade da informação e do conhecimento, de urbanização generalizada e de globalização, mantêm-se válidos – e reforçam-se! – os fundamentos das ideias e dos combates socialistas e republicanos, ainda que assumam novas formas. Nas actuais condições civilizacionais, são as seguintes as causas centrais dos socialistas:

- O combate lúcido, determinado, contra as desigualdades e as exclusões, a nível nacional e mundial, criando condições para o estabelecimento de garantias reais no acesso à educação e à cultura, ao trabalho, à saúde, à justiça, à repartição equilibrada de rendimentos e à diferença.
- Colocar o indivíduo no centro do desígnio socialista de emancipação. O modelo soviético cometeu um erro trágico ao não compreender que «a

emancipação social é a soma das emancipações individuais» (Jean Jaurés). Em nome do «homem novo» esvaziou os cidadãos da sua liberdade, com uma alienação total ao partido e ao Estado. O humanismo socialista deve constituir a inspiração e a consagração em que mergulha o devir socialista definitivamente liberto das falsas utopias colectivistas.

- Refundação da Cidadania Republicana baseada na emancipação individual e na garantia real dos direitos de cidadania e na ética dos deveres sociais. A renovação da democracia, o aprofundamento da cidadania e o caminho para a justiça social passam, nas sociedades contemporâneas, por uma concepção da razão, do progresso e do contrato social com base no reconhecimento do indivíduo, das novas relações com a natureza e da aplicação efectiva – e não retórica – dos direitos, designadamente do direito ao trabalho.
- Reforço do papel do Estado na garantia das liberdades, da protecção social e da defesa dos equilíbrios ambientais e dos recursos comuns.
- Redefinição das concepções socialistas sobre a Natureza e das suas relações com as questões ambientais, adoptando medidas eficazes de limitação das emissões de gases com efeito de estufa, de preservação da biodiversidade e, no caso português, conferir prioridade ao ordenamento do território, à protecção dos recursos naturais e da orla costeira.
- Prioridade ao estabelecimento de uma nova ordem internacional, de natureza multilateral, policêntrica, baseada na equidade e na coesão social, na segurança e na sustentabilidade ambiental, e assente em instituições de governabilidade e regulação mundiais, democraticamente legitimadas.

3. A Reforma do Sistema Político-Partidário.

“A opinião pública já não considera os partidos como representativos do interesse público, mas sim como empresas políticas, financiadas por operações ilegais, minadas pela corrupção e mais próximas das agências de publicidade do que dos movimentos sociais.”

Alain Touraine
Carta aos Socialistas

3.1. Valorizar a Ética Republicana e Moralizar a Actividade Política.

Colocamos a Ética no topo das preocupações da nossa moção. É por demais evidente que a vida política nacional está corroida por jogos de interesses ilegítimos, organizados em grupos poderosos que comprometem o progresso e o desenvolvimento de Portugal e a expressão reformista da vontade democrática. Sem medo de enfrentar as questões difíceis no plano político, queremos afirmar o Partido Socialista como o partido cuja história e cuja cultura foram moldadas na escola da Ética Republicana. Um partido cuja tradição de serviço público nos impõe medidas rápidas, eficientes e transparentes para garantir que o PS não ilude a sua relação de confiança com os Portugueses.

Este objectivo não pode ser torneado e menos ainda denegrido. Representa um reforço do regime e não é um exagero democrático. Os cidadãos que se dispõem, em Democracia, a assumir os riscos da vida política devem compreender os limites e as regras da sua acção. O conceito da Ética Republicana assume uma importância que não é apenas simbólica, mas um instrumento da legitimidade democrática. Acresce que **a pedagogia da Ética Republicana é indutora de regras de bom governo.** Em todas as decisões partidárias e governativas, pelo seu efeito exemplar junto dos cidadãos, a componente ética da decisão é tão relevante como a decisão em si mesma. É um factor de cidadania e cria a necessária confiança entre governantes e governados.

No contexto da complexidade crescente das socie-

dades modernas e dos poderes e recursos atribuídos aos governos, o bom nome dos governantes está ligado à institucionalização de meios de verificação e controlo independentes. A existência de meios de controlo independentes é um garante de serenidade para as pessoas com responsabilidades políticas, pelo que é um erro grosseiro tratá-los como burocracias lesivas da eficácia dos governos, ou como forças de bloqueio. São instrumentos insubstituíveis num sistema de boas práticas governativas, garantia adicional de defesa dos actos e da honra dos cidadãos que exercem funções públicas.

Neste enquadramento, eis as nossas propostas:

- Fazer da Ética Democrática e Republicana uma componente central do bom governo.
- Terminar com as relações perigosas entre o poder político e o poder económico, valorizando o controlo do poder político democrático sobre o poder económico, sem prejuízo para a liberdade e a criatividade dos empresários, factores relevantes do progresso económico.
- Criminalizar o enriquecimento ilícito.
- Combater a corrupção, dotando as polícias e a justiça de todos os meios necessários e modernos para o efeito.
- Moralizar por lei os níveis máximos dos ordenados, prémios e outras mordomias pagos nas empresas e instituições com capitais públicos, directa ou indirectamente, ou em que exista uma intervenção pública. Igualmente nas instituições e empresas privadas em que haja uma intervenção pública, mesmo que temporária.
- Terminar com a prática actual das parcerias público/privadas, em que o Estado assume, no todo ou na parte, os riscos inerentes aos investimentos e exploração de negócios geridos por entidades privadas. Quando esteja em causa uma óbvia necessidade social, e não haja interesse pelo sector privado na exploração de um determinado equipamento, cabe ao Estado assumir a totalidade dos respectivos investimentos.
- Reavaliar a utilidade e eficácia de todos os institutos, fundações e empresas de capitais públicos e criar limites à sua proliferação.
- Eliminar os circuitos e poderes paralelos na gestão do Estado.
- Penalizar fortemente os detentores de cargos políticos responsáveis pela divulgação de falsas informações ou por actos limitativos do acesso à informação.
- Valorizar o papel das instituições de controlo dos governos e autarquias, nomeadamente a Assembleia da República e o Tribunal de Contas, dotando-as dos meios e dos poderes necessários à prossecução dos seus objectivos.
- Criar níveis de remuneração dos políticos compatíveis com a responsabilidade atribuídos às funções que desempenham e ao prestígio que lhe devem estar associados, no contexto das capacidades económicas e financeiras do país, exigindo em troca austeridade e rigor na sua vida pública.

3.2. Democratizar e Modernizar o Partido Socialista.

Os partidos políticos são a espinha dorsal da democracia representativa, da democracia tal como a conhecemos. Se é evidente, e salutar, que a democracia não se esgota nos partidos, sabemos que o Parlamento e o Governo são constituídos pelos partidos, legitimados no Poder ou na Oposição pelo voto popular. O Parlamento e o Governo são instâncias fundamentais da arquitectura constitucional democrática e o funcionamento institucional, a governação do país e a gestão da Administração Pública dependem da qualidade orgânica, estrutural e humana dos partidos que alternam no Poder e na Oposição, bem como da competência, probidade e empenho dos homens e mulheres que os integram.

Acontece que, em consequência de um processo prolongado de erosão, vítimas da sua própria rigidez e falta de flexibilidade, não se adaptando às exigências dos no-

vos tempos, os partidos políticos afastaram-se dos cidadãos e caíram em descrédito. Mesmo quando herdeiros de grandes tradições de luta pela democracia e pela liberdade, os partidos já não respondem à contemporaneidade em termos de ideologia, organização, funcionamento e representatividade, marcados como estão pela sua génese na época industrial. As sociedades em que vivemos são cada vez mais pós-industriais, sociedades de informação e do conhecimento.

A partir dos anos 60 do século XX, com a aceleração das mudanças civilizacionais, os partidos foram-se descaracterizando, afastando-se das lutas sociais, dos eleitores e dos próprios militantes, esvaziando-se de referências ideológicas e teóricas, transformando-se em máquinas burocráticas e clientelares de tomada e exercício de poder por grupos cada vez mais restritos e menos representativos dos sectores da sociedade que era suposto representarem.

Constituído em 1973, o Partido Socialista português não recebeu, na sua génese, heranças ideológicas ou práticas ancoradas nos movimentos sociais e trabalhistas. Esse facto propiciou que o PS tenha estado até hoje condicionado por lideranças unipessoais que, com mais ou menos carisma e em função das circunstâncias, se orientam exclusivamente para a conquista e o exercício do Poder. Um facto em si mesmo que não seria criticável – pois essa é a finalidade dos partidos políticos – não fora a ausência de uma base ideológica consistente e de um projecto político colectivo para o futuro do País. Com excepção do fundador, Mário Soares, as lideranças que se seguiram têm-se consumido na efemeridade de ser Poder ou Oposição, suportadas em corpos aparelhísticos e clientelares que vivem à margem dos movimentos sociais e populares, dos debates civilizacionais e da sociedade civil. Constituem esses grupos uma nova aristocracia de favores, repartida entre o PS e o PSD, partilhando a ocupação e controlo das administrações públicas – central e periféricas – e das empresas públicas. Numa economia muito dependente do Estado, é natural que essa gente tenha alargado a sua influência a grandes empresas privadas.

Nos nossos dias, um dos principais problemas da política é o facto de a maioria dos dirigentes partidários e, mesmo, governantes, nunca terem exercido uma profissão fora da política e dela dependerem, economicamente, para viverem. Não conhecem o país real e a vida real. Assim se constituem as oligarquias partidárias e aparelhísticas, o cancro do sistema partidário. Por outro lado, os profissionais competentes têm-se afastado cada vez mais da política. É isso que temos de mudar, como defende o Movimento Adere, com forte adesão e presença nas redes sociais.

O PS tem, na sua história, um facto marcante: foi o grande partido dos combates políticos que se seguiram à Revolução de Abril. Nesses anos, o PS cresceu e consolidou-se como partido interclassista, liderando com sucesso a descolonização, a implantação da Democracia e a integração europeia. Com a eleição de Mário Soares para a Presidência da República, em meados dos anos 80, tornava-se necessário redefinir designios e mudar de protagonistas. Em plena vertigem neo-liberal e de deriva gestonária dos partidos socialistas e social-democratas (com destaque para o Partido Trabalhista de Tony Blair), o PS entrou em indefinições de rumo. A alternância entre ser Governo e Oposição passou a implicar sucessivas mudanças de líder. E se, com a actual liderança, o PS reafirmou a sua vocação de ser Governo, a verdade é que se esvaziou como partido, enquanto colectivo de militância, de reflexão e elaboração programática e de intervenção social.

De facto, o nosso partido não tem vida activa real. Não tem contraditório. Não tem debate. Não tem criatividade. Não interage com a sociedade. Não reflecte os anseios e os interesses dos seus apoiantes e militantes, que os dirigentes não respeitam nem ouvem. Corpo que se move por inércia, conduzido por cúpulas restritas, o PS perdeu a noção de colectivo, da discussão e da luta ideológica.

A Democracia portuguesa precisa de um PS renovado, apto a ser um movimento de transformação social e não apenas uma força de apoio ao Governo. É urgente que o Partido Socialista empreenda uma profunda modernização e democratização da sua estratégia, funcionamento,

práticas e imagem, abrindo-se à sociedade e aos valores e exigências do nosso tempo.

Para se renovar, o Partido Socialista tem de sintonizar-se com os valores, temas e causas contemporâneos, no debate e na acção, colocando as grandes questões civilizacionais nos sistemas de poder e de decisão política. Torna-se necessário abrir o PS a novos militantes e a novas formas de militância. Para isso propomos as seguintes medidas:

1. Estabelecer a meta de **duplicar o número de militantes** nos próximos dois anos. Introduzir no discurso dos dirigentes o apelo à filiação e participação dos simpatizantes na vida do Partido. Possibilitar a adesão on-line e publicitar, anualmente, o número de militantes activos (com quotas pagas).
2. Obrigatoriedade (de acordo com os Estatutos) de **funcionamento dos órgãos nacionais, com regularidade e democraticidade**, de modo a debater e decidir sobre as políticas do partido.
3. Implementar a **participação dos simpatizantes** na vida do Partido, tal como se prevê nos Estatutos. Os militantes e estruturas deverão promover os respectivos registos (Ficha anexa).
4. Adopção das **eleições primárias** para a designação dos candidatos do Partido aos actos eleitorais sendo o seu universo eleitoral constituído por militantes, simpatizantes e eleitores declarados, previamente recenseados. A próxima eleição presidencial será uma boa oportunidade para a adopção de eleições primárias caso se apresentem mais que um candidato da área socialista
5. Instituir a possibilidade de **referendos internos** para aprovação das alterações estatutárias significativas ou das grandes questões doutrinárias ou programáticas do Partido.
6. Dinamizar a constituição de **cibersecções** e de **secções temáticas** e proceder a **reorganização das secções de residência**, para as tornar representativas e operacionais.
7. Promover a constituição de **federações de âmbito regional**, antecipando e dando suporte político à regionalização do país.
8. Instituição de **regras e meios de transparência nas eleições internas**, que assegurem condições de democraticidade efectivas, com igualdade para todos os candidatos e pesadas sanções disciplinares para as irregularidades processuais, as pressões e os expedientes ilegítimos.
9. Estabelecer que o pagamento das quotas só possa ser feito pelo próprio militante, através de MB, transferência ou cheque e que só possam votar os militantes com quotas regularizadas até 30 dias antes dos actos eleitorais.
10. Obrigatoriedade da **declaração de interesses dos dirigentes partidários** (idêntica à que é exigida aos titulares de órgãos de soberania e altos cargos políticos) com registo à guarda e controlo da Comissão Nacional de Jurisdição.
11. Criação de uma **Comissão de Ética** que se ocupe da avaliação e julgamento de actos e situações que contrariem a ética republicana e socialista (com um enquadramento estatutário, composição e atribuições a definir após alargada reflexão interna).
12. Recurso intensivo às novas tecnologias, para **afirmação activa do PS no ciberespaço e na blogosfera**, propiciando a participação dos militantes e apoiantes através das redes sociais e a comunicação entre eles através da disponibilização de contactos de email.
13. Criação de **Espaços PS**, de elevada qualidade estética, funcional e tecnológica, agrupando secções de residência nas grandes cidades, lugares de convívio e debate, favorecendo o relacionamento político entre militantes, apoiantes, eleitores e actores da sociedade civil.
14. Abertura e dinamização da **República** por forma a transformar este organismo (recentemente criado mas que funciona de forma quase secreta)

numa estrutura de reflexão e estratégia de apoio aos órgãos do Partido e à definição de políticas, de natureza prospectiva e programática, com a participação dos militantes, simpatizantes e independentes, incluindo nas suas actividades a vertente social e cooperativa.

4. Educar e Formar para um Tempo Novo.

4.1. Reformar a Educação.

Há 36 anos que o sistema educativo português está em constantes alterações. Reformas e contra-reformas sucedem-se, ininterruptamente, ao ritmo dos governos e dos ministros que tutelam a pasta. A Educação é um factor determinante do desenvolvimento humano, económico e social. O progresso das sociedades está estreitamente ligado ao binómio educar-aprender. Nas condições actuais da sociedade portuguesa, face aos desafios da sociedade do conhecimento, a educação e a formação qualificantes devem constituir a prioridade das prioridades.

Qualquer mudança que se faça na Educação deve ter como princípio orientador a melhoria da qualidade e da exigência, valores sacrificados em favor dos indicadores estatísticos. O facilitismo que subsiste no nosso sistema educativo põe em causa a qualidade de vida das gerações vindouras e hipoteca o futuro da nossa Cultura, da nossa Ciência e da nossa Economia.

Adequar o sistema educativo português a este tempo novo exige coragem política e competência técnica. Há que tomar medidas para acabar com o confronto desgastante, depredador de energias e de recursos, entre as duas forças antagónicas que se exibem nos média e estrangulam o sector: a tecno-estrutura ministerial da 5 de Outubro (que tudo quer controlar) e os Sindicatos ligados à Educação (que, ao longo dos anos, acumularam poder através de jogos tácticos em defesa de interesses mais corporativos do que sindicais, bloqueando qualquer tentativa de mudança que ponha em causa o status quo dos professores).

A construção de uma visão partilhada para a Educação passa pela criação de um **Grupo de Missão** que venha a desenhar uma estratégia consistente e consensualmente alargada. Coordenado por uma personalidade respeitada e experiente, com capacidade de concertação, este grupo deverá ser integrado por especialistas reconhecidos do sector da Educação, da Ciência e da Cultura e por representantes de outras áreas, designadamente do mundo da economia e do trabalho, dos municípios e das associações de pais.

Temos de construir um sistema educativo que, para além da sua universalidade, se distinga pela elevada qualidade, pela pluridisciplinaridade dos conhecimentos que difunde e pela sua acessibilidade ao longo da vida, com vista a assegurar:

- As condições de formação e emancipação individual e humana.
- A difusão e o enraizamento dos valores próprios de uma comunidade democrática, tolerante e solidária.
- A empregabilidade que garante o acesso e manutenção no mercado de trabalho, o melhor caminho para a integração social e económica.
- A qualificação profissional para o desenvolvimento da criatividade e da produtividade.
- O desenvolvimento de uma cultura científica.

Para isso é necessário que os conteúdos educativos e a Escola, a todos os níveis, proporcionem:

- O desenvolvimento da criatividade, da iniciativa individual.
- O sentido crítico e a capacidade de comunicação.
- A aprendizagem experimental e do concreto.
- Versatilidade, capacidade de compreensão e de acção perante um mundo em mudança.
- O reforço da atitude ética de cada indivíduo perante a vida e os seus concidadãos: espírito de solidariedade, de equidade, de tolerância, dos deveres sociais e uma disposição positiva

para o trabalho em equipa.

Nos últimos anos, registaram-se mudanças significativas que importa mencionar, como a aposta na renovação do parque escolar, o alargamento do ensino obrigatório até ao 12.º ano, o incremento do ensino pré-escolar, a implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no Ensino Básico, a avaliação de professores, a implementação do Plano Tecnológico, o reforço do Ensino Profissional, as Novas Oportunidades. Deram-se passos importantes, mas temos ainda uma longa caminhada pela frente.

Um dos principais objectivos do Estado na Educação deve ser o de **garantir a igualdade de oportunidades à entrada do ensino obrigatório**. É essencial assegurar que as crianças das famílias mais pobres tenham acesso a creches e ao pré-escolar desde a mais tenra idade, 10 horas por dia, com alimentação e transporte. Só assim poderemos romper o círculo vicioso da pobreza e da ignorância que marginaliza um terço das famílias portuguesas no processo de desenvolvimento e da criação de riqueza.

As medidas a adoptar para o sistema educativo podem ser enquadradas em quatro grandes áreas.

4.1.1. Conteúdos. Programas.

- Fomentar em todos os graus de ensino a educação para o empreendedorismo, entendendo-se aqui o conceito de empreendedorismo como a capacidade que cada um de nós tem para pensar, para propor, para agir, para inovar qualquer que seja o sector de actividade. É importante ajudar os empreendedores à criação do seu próprio emprego, prestando-lhes todas as informações relacionadas com os apoios existentes.
- Rever os actuais planos curriculares, especialmente o do 3.º ciclo do ensino básico. A enorme dispersão de disciplinas e a má distribuição das cargas horárias resultam numa sobrecarga dos alunos que aprendem um pouco de tudo, mas aprendem mal. Devem ser reforçadas as áreas de formação base, como o Português e a Matemática, disciplinas fundamentais para a progressão de qualquer aluno, há muito o nosso ponto fraco.
- O estudo da filosofia é fundamental para que se estimule o pensamento, a reflexão crítica e a interpretação. Promover e incutir junto dos mais jovens o gosto pela ciência, pela descoberta, pela cultura, estimulando-os à construção de um pensamento crítico e reflexivo que os acompanhe ao longo da vida.

4.1.2. Professores. Participação, Formação e Avaliação.

- É necessário que todas as reformas sejam feitas em diálogo e concertadas com os agentes educativos, nomeadamente os professores. Isto não dispensa a necessidade de enfrentar e vencer a resistência de interesses instalados, nomeadamente de natureza corporativa.
- Avançar com o sistema de avaliação dos professores é fundamental. No entanto, este processo deve ser desburocratizado e deve contar com a participação dos próprios professores, sem afastar a hipótese de recurso a avaliadores externos.
- Há que repensar a formação contínua de professores. Verifica-se na formação ministrada aos professores a presença dos mesmos formadores em áreas muito distintas, mesmo naquelas em que não possuem as competências técnicas exigíveis.

4.1.3. Gestão do Sistema. Escolas.

- Reforçar a autonomia das escolas e respeitar a sua liberdade de organização. Estas devem ter a liberdade e a flexibilidade necessárias para definirem o seu próprio modelo de gestão e organização, para gerirem os seus currículos, os seus projectos educativos, adaptando-os às necessidades dos alunos e das comunidades que servem.
- Fomentar a envolvimento da sociedade, dos empre-

sários, dos pais na própria escola, como factor de sucesso do projecto educativo da escola. Não se faz por decreto, faz-se envolvendo, mobilizando, criando incentivos à participação.

- As escolas devem ter uma liderança forte, um rosto, que seja conhecido e respeitado pela comunidade. As escolas devem ser lideradas por alguém que tenha a capacidade para motivar e gerir recursos e consiga fazer de cada escola um pólo de desenvolvimento de uma região, de uma cidade, de uma comunidade, abrindo a escola ao exterior.
- Reformular o actual sistema de classificação de escolas num ranking nacional. O modelo actual não traduz a realidade de cada uma das escolas e é facilmente manipulável, o que obriga a que se olhe para os resultados com grande ponderação. Num processo desta natureza, não podemos ignorar o contexto socioeconómico e as características específicas de cada escola.
- Acabar com a dicotomia ou a comparação entre escolas públicas e escolas privadas. Todas prestam um serviço público de educação.
- Proporcionar aos Portugueses uma rede equilibrada, sem sobreposição de ofertas formativas e conseqüente desperdício de recursos financeiros.

4.1.3. Equipamentos. Instalações.

- Há que prosseguir o programa de introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação nas salas de aulas, promovendo o seu uso efectivo por parte de professores e alunos.
- A criação dos mega-agrupamentos de escolas deve ser revista. Se em alguns casos a criação destes mega-agrupamentos permite a racionalização e optimização dos recursos, noutros casos, a sua dimensão é de tal ordem que as escolas se tornam ingovernáveis e pouco funcionais.

5. Mudar a Justiça.

A Justiça, um dos pilares do Estado de Direito, está numa situação de bloqueio e não funciona em Portugal. É necessário assumir, com determinação, a resolução dos principais problemas, que passam pelas inaceitáveis demoras processuais, pela má qualidade da justiça que se aplica, pela desadequação às realidades do nosso tempo e pelo agravamento significativo das custas judiciais. Neste último caso, estamos perante uma situação em que os cidadãos deixaram de ser iguais perante a Lei, já que só os mais ricos e poderosos têm os meios financeiros exigidos para invocar a Lei em seu favor nos tribunais portugueses.

Os problemas acima referidos têm causas várias, entre as quais destacaremos seis. **Legislação desadequada às realidades concretas que visa regular** – seja por desactualização das normas ou por falta de bom conhecimento e avaliação dessas realidades. **Excessiva complexidade dos mecanismos processuais**, administrativos e judiciais. **Recurso excessivo à legislação por impulso**, que muitas vezes agrava significativamente os problemas que deveria resolver – casos de reforma da acção executiva e, mais recentemente, da legislação penal e de processo penal. **Sistema deficiente de preparação e avaliação dos magistrados**, em consequência alheados da vida concreta das pessoas e instituições, sem horizontes nem cultura de rigor e mérito. **Falta de visão global do sistema** que se encerra em si mesmo, alimentando-se dos seus próprios erros e vícios. E, finalmente, um problema que se tem agravado nos últimos anos: **a falta de qualidade técnica e do próprio Português dos textos legais**, facto que causa sérias dificuldades na sua aplicação. O mau Português de muitas sentenças, sob a máscara de um linguajar técnico impenetrável para o cidadão comum, é também inaceitável.

Para reformar a Justiça e pôr fim a este estado de coisas, deverão ser tomadas medidas a nível legislativo, administrativo e de formação. O debate das soluções e a decisão das medidas a tomar deve abranger não só as profissões jurídicas tradicionais, como advogados e ma-

gistrados, mas também outros intervenientes no sistema, de forma a alcançar o objectivo de adequação à realidade. Eis as nossas propostas:

- Simplificar os mecanismos processuais, expurgando-os de actos e procedimentos inúteis.
- As intervenções nos principais diplomas legais (caso do Código Civil e de Processo Civil, Código Penal e de Processo Penal) devem ser efectuadas numa lógica global e sistemática e não em múltiplas reformas pontuais e desligadas, que transformam o que deve ser um todo coerente numa manta de retalhos.
- As referidas reformas devem ser efectuadas procurando um amplo consenso, não só político mas também técnico e social, por forma a adequá-las à realidade e a evitar as alterações sucessivas ao sabor das alternâncias de poder. Esta prática, além de retirar segurança jurídica ao sistema, torna quase impossível a tarefa de quem aplica e trabalha com a Lei. E limita o acesso dos cidadãos em geral ao seu conhecimento.
- Ao nível da justiça criminal, é necessário assumir sem complexos o combate à insegurança como uma questão prioritária. A repressão da corrupção e de outros crimes praticados pelos detentores do poder é uma exigência inalienável do Estado de Direito.
- É imperioso suspender e reavaliar o novo regime de custas, que além de encarecer substancialmente a justiça, complica os pagamentos e reduz as possibilidades de acesso dos mais desfavorecidos.
- Reformar o sistema de formação dos magistrados, por forma a aumentar a componente prática, com formação em áreas não estritamente jurídicas e contacto directo com algumas realidades, educando-os por forma a sobrepor a realização da Justiça à mera aplicação mecânica e burocrática de textos legais.
- Iniciar um debate alargado no sentido de tornar mais eficiente e menos corporativa a avaliação do desempenho dos magistrados, encarando a eventualidade de alterações constitucionais na composição do Conselho Superior de Magistratura, garantindo sempre a sua independência face ao poder político.
- A gestão dos tribunais deve ser profissionalizada e entregue a gestores experientes, principalmente nas grandes comarcas, separando essa função da administração da justiça.

6. O Combate às Desigualdades.

A Esquerda tem de retomar, com um novo fôlego, o combate às desigualdades, uma das suas marcas fundadoras e identitárias. Da Revolução Francesa aos anos 70 do século XX, a história do progresso social releva dos combates dos trabalhadores e das organizações sindicais e políticas traduzidas em assinaláveis conquistas sociais e humanitárias: o acesso à Educação e à Cultura, melhorias salariais e das condições de trabalho, sistemas de saúde e de segurança social. O Socialismo Democrático forjou-se nessas lutas e teve um papel determinante nas conquistas sociais, no desenvolvimento económico, científico e dos direitos humanos dos últimos 150 anos.

Contudo, a partir dos anos 80 do século XX, enquanto aumentava a produção da riqueza, em resultado dos progressos científicos e tecnológicos e da produtividade do trabalho, as desigualdades sociais aprofundaram-se e multiplicaram-se os excluídos. Aumentaram, de forma intolerável as situações de pobreza. Nas sociedades contemporâneas, apesar dos extraordinários avanços na produção de bens e riqueza, a sua distribuição é cada vez mais desigual e injusta.

Às desigualdades básicas tradicionais, a globalização veio juntar novas situações de discriminação e de

precariedade entre os quadros e trabalhadores qualificados, face à feroz competição dos mercados e à constante deslocalização das empresas. Para além da injustiça social e da limitação ao exercício dos direitos e liberdades individuais e colectivos, estas situações condicionam, também, o desenvolvimento económico e põem em causa a coesão e a paz sociais.

Em Portugal, cerca de dois milhões de pessoas – mais de 18% da população – vivem abaixo do limiar da pobreza. A classe média está debilitada e a angústia perante as incertezas do futuro está a minar a confiança nas bases da nossa jovem democracia. Enquanto isto, as 100 famílias mais ricas de Portugal – 1% da população – detêm 22% da riqueza nacional.

A governação do Partido Socialista não tem acautelado os riscos deste cenário. Pelo contrário, com medidas de austeridade que atingem as camadas intermédias da população – ao mesmo tempo que permite ganhos, distribuição antecipada de dividendos e salários escandalosos em empresas públicas e participadas – tem criado descontentamento, protesto e revolta na maioria das pessoas.

O Partido Socialista tem de retomar o combate central pelo emprego, pela igualdade e pela inclusão.

Os socialistas não se podem conformar com políticas sociais limitadas a medidas assistencialistas. O rendimento, o salário e os apoios mínimos são medidas louváveis em termos humanitários, já que asseguram condições de sobrevivência aos mais excluídos. Mas não é com elas que se farão as mudanças estruturais da condição profissional, social e humana das pessoas e das famílias.

Munidos de uma visão de futuro – renovação do contrato social e refundação do Estado Providência – os Socialistas, o PS e o seu Governo têm de agir, adoptando medidas concretas que assegurem as garantias reais, traduzidas em igualdade de oportunidades no acesso à educação, à formação permanente e à cultura.

Há que desenhar políticas que promovam o equilíbrio da repartição dos rendimentos entre o trabalho e o capital. E há que encontrar mecanismos moralizadores que corrijam a situação das chocantes remunerações milionárias, em salários, prémios e pensões de reforma dos administradores e altos quadros. Nesta matéria, parece de elementar bom senso que os prémios sejam atribuídos em acções e participações no capital social, não em dinheiro. A adopção de uma consistente fiscalidade distributiva, designadamente entre capital e trabalho, e a tributação dos altos rendimentos patrimoniais (heranças, grandes fortunas e resultados da banca) deve fazer parte de uma grande reforma tributária, ao encontro de uma moralização nacional.

Paralelamente, deve fazer-se o reforço dos sistemas de protecção social a favor dos mais pobres e daqueles que são atingidos por situações de precariedade. É também imperioso combater as discriminações que subsistem no mercado do trabalho ou no acesso aos serviços com base no género, origens sociais e étnicas, idade e orientações sexuais.

Para os Socialistas, a aposta nas pessoas é fundamental. Só com a generalização da Educação e da Formação ao longo da vida, Igualdade de Oportunidades e mais Justiça Social será possível caminhar para uma sociedade mais justa, democrática, criativa e sustentável. Tendo em vista dar sentido e expressão concreta, socialista, ao progresso civilizacional, propomos que a par do PIB e dos indicadores ambientais generalizadamente utilizados (emissões de carbono, por exemplo), seja adoptado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador das Nações Unidas para avaliar o progresso das condições de bem-estar social.

O PS e o seu Governo têm de ser agentes activos dos combates e soluções pela Igualdade. Igualdade sem eufemismos nem relativizações. A conquista das condições materiais do exercício das liberdades é decisiva para o desabrochar da individualidade criativa de cada ser humano. Só numa envolvente socialmente justa se pode esperar que cada ser humano se realize na sua plena individualidade.

6.1. Reconciliar o Partido Socialista com o Mundo Laboral.

Uma das principais bases de apoio do Partido Socialista é constituída por militantes e simpatizantes que são trabalhadores, tanto do sector público como do sector privado. Esta situação obriga-nos a dar particular atenção à articulação da acção partidária com a acção sindical e reivindicativa. Face ao crescimento do desemprego, aos despedimentos, ao encerramento de empresas, muitas vezes fraudulentos, o Partido Socialista deve estar ao lado dos trabalhadores e sindicatos, como é exigido a uma força de Esquerda que não se divorcia das suas tradições e ideais.

Não é aceitável que os dirigentes se lembrem da existência de secções sectoriais e da tendência sindical socialista – quer na CGTP, quer na UGT – quando é tempo de campanha eleitoral, e que em tempo de luta corram a demarcar territórios.

A valorização do trabalho e a promoção dos direitos dos trabalhadores constituem um eixo essencial do socialismo democrático. Não só no plano doutrinário, mas também, e sobretudo, no plano da acção. Por aqui passa, também, uma linha de demarcação absoluta face ao pensamento e às políticas da direita.

O mundo do trabalho mudou muito e vai continuar a mudar. Os Socialistas, que incluem no seu património histórico a criação do Direito do Trabalho, a institucionalização das relações laborais e o desenvolvimento do Estado-Providência, sabem que a desregulamentação dos mercados de trabalho não é uma panaceia milagrosa para a competitividade. No sentido oposto, porque valorizam o diálogo, a concertação e a inovação, os Socialistas também não demonizam novas soluções de enquadramento laboral, com medo de que os trabalhadores percam direitos adquiridos. **Os Socialistas sabem que a legislação e as formas de regulação dos mercados de trabalho que não se adaptam às mudanças económicas e às transformações sociais vão perdendo efectividade à medida que deixam problemas sem respostas.** Mas recusam veementemente a falsa ideia de que o meio necessário dessa adaptação seja a precariedade do emprego dos jovens que querem entrar no mercado de trabalho ou dos desempregados que querem a ele regressar. **Liberalizar os despedimentos não é solução para os problemas de Portugal.** Será apenas mais um problema.

À boleia da crise, e em nome de um aumento de competitividade que não se tem confirmado depois da aplicação das novas regras, a revisão do Código do Trabalho provocou o seu desequilíbrio em detrimento dos trabalhadores. Por outro lado, não se pode avaliar a produtividade do trabalho, que é medida em euros, sem levar em conta o valor relativo do trabalho realizado no mercado, seja em produtos, seja em serviços. Uma sociedade solidária não pode aceitar que o Estado se demita do seu papel de garante dos direitos sociais, incluindo o direito ao trabalho. **Não há direito ao trabalho se houver trabalho sem direitos.**

Os trabalhadores tornaram-se vítimas indefesas de uma crise provocada sobretudo pela desregulamentação do mercado financeiro para a qual não contribuíram, abdicando de muitos dos seus direitos e vendo-se de facto impedidos do acesso à cidadania plena que a democracia lhes prometeu. **A dignidade, a segurança e os direitos laborais são cada vez mais substituídos pelo medo, pelo risco e pela precariedade que atinge não só os jovens mas todas as idades.** Perante este terrível cenário, a frustração e o divórcio entre os cidadãos e as instituições democráticas cresce a um ritmo galopante. **A diferença entre esquerda e direita passa pelas respostas a estes problemas.** A intervenção correctiva do mercado por parte do Estado é vital e imperiosa, mas deve ser feita em prol dos mais desfavorecidos, com mais solidariedade e justiça social.

A nova equação de responsabilidades no mundo laboral que defendemos tem de incluir o combate às desigualdades de género e políticas activas de conciliação da vida profissional e privada. Defender os trabalhadores jovens da exploração a que a competição pelo emprego os expõe é outra das prioridades essenciais da coesão social, numa perspectiva intergeracional e solidária.

A situação das mulheres e dos jovens no mercado de

trabalho é particularmente preocupante. **As mulheres têm salários médios mais baixos, menor reconhecimento social e menos acesso a cargos públicos e de chefia. São elas as mais atingidas pelo desemprego e pela pobreza.** Os jovens enfrentam enormes dificuldades para entrar na vida activa, sujeitando-se a situações de grande precariedade e total ausência de direitos laborais. Há que reverter esta situação. Sendo a questão chave do nosso tempo aumentar o capital social das pessoas, é-o também dar-lhes iguais oportunidades.

O clima de crise permite que os portugueses compreendam e aceitem medidas económicas de contenção. Mas há um capital de expectativas e de esperança que corre o risco de se perder, caso o ciclo negativo em que estamos não seja rapidamente revertido. **Precisamos de políticas activas no campo do emprego, mas também de medidas consistentes de combate aos encerramentos e falências fraudulentas de empresas com viabilidade. As empresas cumpridoras, que promovem a produtividade com responsabilidade social e respeito pela liberdade sindical, devem ser premiadas.** A nova cultura de empresa tem de fundar-se na excelência e na motivação dos trabalhadores, mas também no diálogo social, nos direitos democráticos e na gestão de conflitos. Precisamos de programas de reestruturação industrial que envolvam e mobilizem os actores sociais locais e regionais, construindo sinergias e alargando as redes de iniciativa e de desenvolvimento local, em articulação com as comunidades, os municípios, os sindicatos, as escolas, as associações e os cidadãos em geral.

6.2. Fazer do PS o Partido dos Jovens Portugueses.

Este é o momento de trazer os temas da Juventude para primeiro plano das preocupações do PS, fazendo de nós o verdadeiro **Partido dos Jovens Portugueses.** O combate às desigualdades passa por um trabalho árduo de mobilização da Juventude, fazendo-a participar na construção das soluções que resolvam as ansiedades e incertezas que hoje pairam sobre o futuro. Esta é uma das gerações mais desiludidas e desanimadas da nossa história recente, a quem tudo foi prometido na infância e na adolescência, para tudo ver negado no momento de entrar no mercado de trabalho.

Os jovens sentem o seu futuro hipotecado, porque os média os bombardeiam com um mix esquizofrénico de apelos ao consumo e de ameaças intranponíveis. As notícias dizem-lhes que serão eles a pagar os juros dívida pública galopante. A publicidade diz-lhes que, se tudo querem, tudo podem. O que nós Socialistas temos de lhes dizer é que os problemas existem, que o diagnóstico está feito, mas que há um horizonte de esperança.

Precisamos de dar resposta às incertezas em torno do sistema de Segurança Social, criando soluções que garantam aos jovens os seus direitos e o acesso aos equipamentos sociais básicos. Se a grande maioria dos jovens se sente enganada, desiludida pelas promessas de que mais qualificação significaria melhor qualidade de vida, precisamos de construir solidariamente soluções para o emprego dos jovens qualificados, combatendo a precariedade e os baixos salários.

Fomentar o empreendedorismo jovem, baseado na inovação e nas Tecnologias da Informação e do Conhecimento, criando linhas de crédito e incentivos fiscais a quem queira iniciar um negócio é o caminho para superar a frustração da grande massa de jovens desempregados que vivem sem qualquer apoio social. **Jovens criando emprego para jovens, deve ser a resposta programática do PS e do seu Governo** para combater o problema do desemprego daqueles que são obrigados a viver na casa dos pais e a depender destes economicamente (adolescentes até aos 40 anos) – ou então são empurrados para a marginalidade e a pobreza. **O PS e o seu Governo devem abrir aos jovens janelas de oportunidades,** criando condições sociais para que possam fazer planos de futuro e constituir família. Políticas de apoio à natalidade, combinadas com programas equilibrados de conciliação da vida laboral e familiar podem dar aos Jovens Portugueses outro ânimo e mais esperança, mobilizando-os para as mudanças sociais que terão de protagonizar.

Sabemos que os jovens estão, neste momento, entre os mais desiludidos com o Governo e com a Política. Mas sabemos também como os jovens são criativos e generosos quando abraçam uma causa e escolhem um caminho. A Esquerda, o Socialismo Democrático e o PS são as forças que podem mobilizar a energia da Juventude para a estratégia de mudança de que Portugal precisa. É uma boa causa. É o único caminho.

7. Um Novo Modelo de Desenvolvimento Económico.

A produtividade e a competitividade da economia portuguesa enfrentam problemas estruturais cujo diagnóstico e resolução têm sido persistentemente iludidos e adiados: tradicional natureza rentista e especulativa do capitalismo português, défice de formação no empreendedorismo, baixas qualificações escolares e profissionais e reduzido investimento em investigação e em processos de inovação. Os negócios fundiários e imobiliários, a construção civil e o capital financeiro especulativo têm esgotado a economia, mantendo o Estado refém da satisfação dos seus interesses. Inviabilizado ou limitado que está o investimento produtivo, esta situação conduziu aos baixos índices de desenvolvimento de Portugal e à nossa tradicional dependência externa – depois do ouro do Brasil no século XVIII, as remessas dos emigrantes e os Fundos Comunitários no século XX, entrando pelo século XXI. Os elevados défices da balança de pagamentos e o galopante endividamento externo são também o resultado deste estado de coisas.

7.1. Causas da Crise

De uma maneira simplificada, diremos que as causas da crise e do empobrecimento dos Portugueses são simultaneamente políticas e económicas. Algumas são antigas e atravessaram todo o período após o 25 de Abril e outras são recentes, ou atingiram maior dimensão nos últimos cinco anos:

- Ausência de uma estratégia nacional para o progresso e para o desenvolvimento, com a correspondente falta de políticas sectoriais.
- Modelo económico herdado do período da EFTA, baseado no baixo custo da mão de obra. Teve grande sucesso nos anos sessenta e setenta do século passado, em parte devido ao investimento estrangeiro, mas hoje concorre directamente com a China, sendo portanto insustentável.
- Economia dual: as grandes empresas e grupos económicos a actuar no sector de bens não transaccionáveis e no mercado interno, favorecidos pelo poder político; e o sector de bens transaccionáveis quase totalmente constituído por pequenas e médias empresas, muitas delas exportadoras, esmagadas com custos superiores aos do mercado internacional, nomeadamente na burocracia, energia, telecomunicações, transportes, finanças.
- Excesso de recursos nacionais consumidos pelo Estado, recursos que resultam essencialmente da cobrança dos impostos e do seu constante agravamento, o que contribuiu para reduzir a competitividade externa da economia.
- Fracasso do sistema educativo, em particular na quantidade e qualidade da formação nas áreas científicas em geral e das engenharias em particular. Com o resultado de manter quase um terço da população portuguesa a viver na pobreza e na ignorância, sem condições de contribuir para a criação da riqueza nacional, o que constitui um elevado custo social.
- Excesso de obras públicas sem rentabilidade assegurada e sujeitas a revisões sistemáticas de preços, sempre em alta.
- Excesso de habitação em casa própria e inexistência de um mercado saudável de arrenda-

mento. Adicionalmente, a ausência de investimento no mercado da reabilitação de imóveis degradados resultou na degradação acentuada da imagem urbana do País.

- Adopção do modelo de parcerias público-privadas, como solução para manter elevado o investimento em obras públicas, modelo levada a cabo em condições negociais ruins para o Estado e através do endividamento das futuras gerações. Com a agravante de que maioria desses investimentos só são rentabilizáveis a longuíssimo prazo.
- Investimento promovido pelo Estado no estrangeiro, através das grandes empresas e grupos económicos, que para isso se endividaram, usando recursos financeiros escassos e que faltaram ao sector exportador e às novas iniciativas empresariais.
- Crescente promiscuidade entre o poder político e o grande poder económico, contribuindo para generalizar o fenómeno da corrupção, retirando por essa via uma fatia adicional à economia produtiva.
- Fraca qualidade dos governos e incapacidade comercial dos governantes, que comprometeu a soberania portuguesa sobre sectores essenciais para o progresso económico, como a Zona Económica Exclusiva, as Pescas e a Agricultura.

O crescente endividamento externo foi a resultante natural do conjunto dos erros descritos, instalando-se nos Portugueses uma natural angústia em relação ao futuro. Não são visíveis no horizonte ideias claras de como superar muitos dos condicionalismos descritos e de reconduzir Portugal ao progresso e ao desenvolvimento económico. Se alguma coisa caracteriza hoje o debate nacional, é a confusão estratégica e a perda de perspectivas, a persistente ilusão dos problemas e o adiamento das soluções.

O debate político oficial ainda se faz essencialmente entre a Esquerda e a Direita, utilizando conceitos que remontam ao século XIX, sem um esforço sério para reavaliar os progressos económicos, culturais e sociais dos últimos cem anos. Por outro lado, a sociedade civil está manietada entre os grupos de interesses, o poder dos partidos e o cansaço de um processo político que já leva trinta e seis anos após o 25 de Abril. Prometeu-se demasiado, cumpriu-se apenas uma pequena parte.

Pelo lado do poder político, as respostas à crise não se vão alterar, nem melhorar, com a mera alternância partidária. Pelo menos enquanto não se conseguir uma mudança profunda nos partidos políticos e na sua praxis.

7.2. Condições a Criar

- Democratização dos partidos políticos, honradez, verdade e exemplaridade da actividade política, no sentido de recolocar a participação dos cidadãos na primeira linha do debate político e da procura de novas vias para o progresso e para o desenvolvimento de Portugal.
- Previsão, estudo e debate dos grandes problemas nacionais e globais, como alavanca do desenvolvimento sustentado, no sentido de antecipar, em vez de copiar, as soluções.
- Representar Portugal, com qualidade política e técnica, nas diversas instituições internacionais em que participamos, particularmente na União Europeia, defendendo uma visão universalista e autónoma, sem medo de inovar e sem complexos de país pequeno e alegadamente periférico.
- Saber para onde vamos. Desenhar uma estratégia que tenha em conta o nosso posicionamento histórico e geográfico e as novas condições criadas pela globalização, que nos permita antecipar as transformações em curso nas sociedades modernas.
- Ampla debate público no sentido de consensualizar uma estratégia euro-atlântica que transforme Portugal na plataforma das comunicações e dos transportes globalizados da Europa, que a nossa

posição geográfica potencia.

- Reformas do Ensino, da Justiça e da Administração Pública, criadoras das condições de eficiência e da competência necessárias para o grande salto da competitividade nos tempos da economia do conhecimento.
- As reformas inadiáveis só podem ser realizadas num clima geral de disciplina e probidade, cuja pedagogia cabe ao bom governo e às instituições da sociedade civil, através da ética da responsabilidade e da pedagogia da verdade e da honradez.
- A Administração Pública deve ser refundada com dirigentes qualificados e a gestão por objectivos, terminando com o desastre da escolha partidária.
- Extinguir as empresas e os institutos com funções paralelas às da Administração Pública.
- Acabar com as distorções criadas pela dualidade económica, introduzindo mecanismos de regulação que favoreçam a concorrência, dando prioridade ao desenvolvimento e inovação de produtos e bens transaccionáveis.
- Incentivar a produção destinada à exportação, sempre que possível para mercados e parceiros exigentes.

7.3. Promover a Competitividade da Economia Portuguesa.

Um pequeno país de apenas dez milhões de habitantes, com História e com esta localização geográfica, parte da União Europeia, com um povo que a trabalhar no estrangeiro sempre criou boa imagem, tem todas as condições para desenvolver uma economia saudável e uma participação activa no progresso e na afirmação da civilização europeia. Restaurar a confiança dos Portugueses em si próprios é tarefa prioritária.

O progresso da economia passa por consciencializar os Portugueses, e em particular os empresários, sobre a necessidade de uma estratégia para o desenvolvimento e de disciplina na sua implementação. É essencial sabermos qual a direcção em que todos podemos orientar os nossos esforços, com a segurança de um Estado que garanta a continuidade e a estabilidade das políticas e das leis.

Não podemos influenciar as regras da economia global. Mas podemos tirar partido das nossas vantagens competitivas e dos saberes acumulados, para ser uma economia de nicho no contexto da Europa e do Mundo. Neste processo de transformação da economia através da concretização de uma estratégia comum de desenvolvimento, devemos contar com todos os sectores: Agricultura, Pescas, Energia, Indústria, Turismo. Não haverá sectores pobres na Economia Portuguesa.

Mas não só os sectores económicos se deverão mobilizar. As Forças Armadas deverão inserir-se no esforço produtivo nacional, potenciando a estratégia escolhida, nomeadamente no plano da Zona Económica Exclusiva e da afirmação nacional no espaço Atlântico. As Universidades e os centros de I&D deverão ligar-se às empresas para potenciar a inovação e a competitividade. Os agentes culturais deverão articular-se intersectorialmente para criar pólos produtivos que atraiam investimento e favoreçam a criação de indústrias culturais potencialmente exportadoras.

Todos os sectores da economia devotarão as suas prioridades à produção de bens e serviços transaccionáveis e competitivos nos mercados externos. Produtos que possam ser exportados ou substituam importações, nas condições de mercado aberto e competitivo em que vivemos.

É essencial para o crescimento económico sustentado que a Indústria Portuguesa ultrapasse o seu actual modelo de subcontrato em direcção a um modelo que incorpore a produção nacional integrada de produtos tão próximos quanto possível dos consumidores/utilizadores. Trata-se de subir na cadeia de valor, de forma a melhorar a produtividade nacional – que se mede em valor e não em quantidade. Devemos promover a vocação nacional já existente no campo dos componentes e dos serviços destinados à indústria, com o objectivo de atrair investimentos de empresas integradoras, isto é, empresas que adquiram no

mercado nacional a custos competitivos o que precisam para incorporar nos seus produtos finais. Há que iniciar, com urgência, negociações com as grandes empresas estrangeiras instaladas em Portugal, no sentido de aumentarem a sua incorporação nacional, tendo como base oferecer sempre essa incorporação a preços mais baixos do que os actuais e com a qualidade e o serviço equivalentes.

Em coerência com a estratégia definida, reforçar a clusterização da economia. Em particular, formalizar e desenvolver o cluster de produtos industriais de consumo, baseado em sectores já existentes em Portugal: engenharia de produto, prototipagem, moldes para plásticos, ferramentas de estampagem, moldes para fundição injectada, transformação de matérias plásticas, injeção de ligas metálicas leves, pintura e decoração de peças em plástico e metal, electrónica, robótica, software, design, embalagem de cartão e madeira, entre outros. A formalização deste cluster facilitará a atracção para Portugal de empresas internacionais integradoras e detentoras de mercados, além de criadores individuais de produtos, através de uma oferta nacional competitiva de serviços e de componentes industriais. Outros clusters – como a floresta, o calçado ou os sistemas de informação/comunicação – devem ter uma existência formal, o que facilitará uma visão global sobre a Economia Portuguesa e a criação de políticas públicas sectoriais.

No sentido de reforçar a aposta anterior, propomos a criação no AICEP de um grupo de trabalho especializado na engenharia da inovação e das novas tecnologias, com o objectivo simultâneo de atrair para Portugal empresas integradoras e promover no estrangeiro os sectores portugueses das novas tecnologias. É preciso aprender a vender esses novos produtos, sem o que essas empresas dificilmente crescerão.

A Logística será um dos principais factores para atrair o investimento estrangeiro e será uma das principais bases do crescimento económico de Portugal, em coerência com a estratégia euro-atlântica. Deverá ser dada prioridade à logística de mercadorias, cujo objectivo será tornar Portugal a ligação natural da Europa ao Atlântico e fazer do espaço nacional a localização privilegiada para o desenvolvimento, produção e armazenagem de alguns produtos de valor acrescentado. Os nossos principais factores competitivos são:

- A localização no centro do Ocidente.
- A experiência da engenharia nacional no desenvolvimento e inovação em produtos, prototipagem, ferramentas e outras indústria e serviços a preços muito competitivos no plano europeu.
- Custos competitivos e qualidade da mão de obra portuguesa nestes sectores da engenharia e da produção.
- Criatividade nacional e disponibilidade para trabalhar de forma intensiva, elemento determinante num sector cujo principal argumento é chegar rapidamente ao mercado.

Nesta perspectiva, os dois investimentos mais importantes a realizar devem ser dirigidos para um porto de transshipment, competitivo, e para uma linha de caminho de ferro para mercadorias em direcção à Europa. Mais tarde ou mais cedo, o transporte de mercadorias pesadas por via rodoviária tradicional tornar-se-á inviável na Europa. O objectivo de substituir o transporte rodoviário de mercadorias pelo transporte marítimo e ferroviário tornar-se-á mais interessante para Portugal se estivermos entre os primeiros a adoptar o projecto Eurofreighttrain. Trata-se do transporte de camiões com mercadorias através de plataformas ferroviárias para percorrer longas distâncias, modelo coexistente com a bitola ibérica das linhas nacionais.

Para reforçar as exportações é urgente criar linhas de crédito de apoio à produção de encomendas firmes de entidades estrangeiras, encomendas feitas a empresas nacionais.

As medidas propostas destinam-se a duplicar, em dez anos, as exportações portuguesas para 60% do PIB, colocando a economia portuguesa em linha com as economias

dos pequenos países da Europa (Irlanda, Áustria, Dinamarca, Hungria, Eslováquia) fugindo de vez do modelo económico dos grandes países com grandes mercados internos (Alemanha, Reino Unido, França, Itália).

Portugal terá ainda de reduzir o custo da energia que consome. Deve fazê-lo sem vanguardismos inúteis e caros, seguindo o princípio de que o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico deve preceder o investimento apoiado pelo Estado, tal foi como feito há décadas relativamente ao sector hídrico. A energia hídrica deve ser prioritária no campo das energias renováveis.

Com a redução do investimento em obras públicas e construção por força da crise, muitas empresas nacionais viraram-se com sucesso para o estrangeiro. Os sectores da construção e obras públicas devem ser direccionados nos próximos dez anos para a internacionalização e também para a manutenção e renovação. O mercado de arrendamento deve ser liberalizado através da criação de um fundo subsidiado em partes iguais pelos senhorios, em função do valor dos imóveis, e pelo Estado, com o objectivo de pagar o diferencial das rendas das famílias com rendimentos abaixo de um determinado valor. O fundo deve ser privado, actuando o Estado como provedor dos arrendatários, fiscalizando o cumprimento da Lei.

Deverá ser criado um grupo de trabalho para avaliar as oportunidades de desenvolvimento da agricultura e das pescas portuguesas e apresentar em Bruxelas propostas alternativas às políticas comuns até aqui seguidas. No sector agrícola, o caminho será promover os produtos de maior valor de mercado, sem descurar os objectivos de redução da dependência alimentar do País.

Nas pescas, a estratégia deverá ser a inovação tecnológica, para permitir a pesca competitiva de cada espécie. Na União Europeia, devemos lutar pela proibição das formas de pesca predadoras das espécies, como a pesca de arrasto. Isto favorecerá a valorização da pesca chamada artesanal, desde que acompanhada da sua modernização: novas tecnologias na detecção do pescado, na autonomia e economia dos barcos e na redução do número de pescadores envolvidos em cada embarcação. O objectivo é a venda das espécies mais valorizadas em fresco e em toda a Europa, sabendo-se que o peixe fresco nacional tem uma qualidade superior, o que representa uma apreciável vantagem competitiva.

A forma de estar de Portugal na União Europeia deve mudar. É essencial que as propostas portuguesas em Bruxelas se antecipem às novas tendências das sociedades modernas: defender o transporte ferroviário versus rodoviário; o Eurofreighttrain para desentupir as estradas da Europa e poupar energia, além do ambiente; transporte marítimo ao longo das costas europeias; participar activamente nas propostas para as futuras Forças Armadas Europeias; garantir efectivamente a segurança na zona económica portuguesa no Atlântico; defender a pesca selectiva e com períodos de defeso, em vez da pesca predadora das espécies. Serão estas as vias para que a diplomacia portuguesa possa enfrentar a burocracia de Bruxelas com alguma probabilidade de sucesso.

7.5.A Crise Financeira.

A crise financeira portuguesa tem como principais causas:

- Endividamento excessivo do Estado, dos grandes grupos económicos e das famílias, o qual é muito anterior à crise financeira mundial.
- Ausência de incentivos à poupança nacional e a consequente fuga de muitos capitais.
- Despesa excessiva do Estado, compensada com o aumento dos impostos e com o endividamento externo, reduzindo por essa via a competitividade internacional da economia.
- Investimento em obras públicas de baixa ou nula rentabilidade.
- Investimento de grandes empresas nacionais no estrangeiro, consumindo uma parte importante dos recursos existentes, na esmagadora maioria dos casos sem qualquer retorno para a economia nacional.

- Modelo económico baseado em produtos de baixo valor e na mão de obra de baixo custo.
- Economia dual, com tratamento privilegiado do Estado das instituições de regulação aos sectores de bens não transaccionáveis. A pressão dos custos acrescidos sobre os sectores de bens transaccionáveis resultam na perda de competitividade das exportações.

Propostas:

- Aceitar com realismo a existência dos problemas da economia portuguesa, como condição para os ultrapassar.
- Debater, de forma organizada e sistemática, com os empresários e os trabalhadores, as formas de ultrapassar as debilidades do modelo económico.
- Adoptar as medidas propostas no capítulo 7 desta moção, Um Novo Modelo de Desenvolvimento Económico.
- Reduzir as despesas correntes do Estado.
- Criar incentivos à poupança nacional.
- Reduzir drasticamente o número das empresas, fundações e institutos de capitais públicos, bem como a dimensão dos conselhos de administração.
- Renegociar a dívida portuguesa junto das instituições credoras.
- Negociar junto da União Europeia incentivos à dinamização dos sectores produtivos nacionais e a possibilidade, durante um período limitado, de redução controlada das importações.
- Renegociar as parcerias público-privadas, no sentido de adiar os pagamentos dos próximos três a cinco anos.

7.6.A Territorialização das Políticas.

A territorialização das políticas públicas é uma condição imperativa para o aproveitamento dos recursos, o progresso social e a competitividade da economia portuguesa.

Não se compreende a inexistência, em Portugal, de um Plano Director de Infra-estruturas integradas. E ainda menos se aceita o arrastamento, há duas décadas e sucessivos governos, das Autoridades Metropolitanas de Transportes, com grandes perdas de passageiros pelos transportes públicos. Isto quando se investiram biliões de euros nas respectivas infra-estruturas e frotas e com prejuízos e indemnizações compensatórias que custam muito aos contribuintes. Propomos a elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Conectividade e Mobilidade, articulando os diversos modos de transporte, bem como a mobilidade de proximidade. Assim se garantirão a prestação de serviços públicos de qualidade, a eficiência económica e a redução das emissões de CO₂.

Uma estratégia de potenciação e qualificação do território passa por:

- Clusterização da mega-região litoral Setúbal/La Corunha, através do serviço ferroviário de alta velocidade e a densificação de Pólos de Competitividade em Lisboa/Setúbal, Leiria/Marinha Grande, Coimbra/Aveiro e Porto/Braga.
- Desenvolvimento do Algarve em dois eixos estratégicos: destino turístico de referência internacional e dedicação à investigação e economia marítimas.
- No interior, prioridade à instalação de novas actividades criadoras de riqueza e emprego.
- Política pró-activa que proporcione a emergência de territórios dinâmicos pela conjugação dos recursos endógenos, com actividades baseadas no conhecimento e na inovação e tirando partido das boas acessibilidades e factores de qualidade de vida. A instalação de Pólos de Competitividade em Vila Real/Bragança, Guarda/Covilhã/Fundão/Castelo Branco e Évora/Beja deve constituir uma das prioridades do QREN.

7.7. A Economia Social.

A Economia Social, também, designada por Terceiro Sector, tem um papel fundamental na criação e distribuição de riqueza, na coesão social e na criação de emprego. Constitui um domínio essencial do projecto socialista, como fica bem demonstrado pelas sociais-democracias nórdicas, nas quais a economia social tem tido grande relevo. Em Portugal, a economia social e o cooperativismo podem tornar-se num poderoso meio para ultrapassar a crise, consolidando-se como importantes factores de desenvolvimento económico e social.

A Economia Social agrega, em Portugal, mais de 8000 instituições (cooperativas, mutualidades, fundações e associações), representando cerca de 230 000 postos de trabalho directos, para além dos milhares de colectividades implantadas por todo o país. Contribui com cerca de 4% para o PIB e tem evidentes potencialidades de crescimento. Na criação de postos de trabalho, no desenvolvimento de novos produtos e actividades, na satisfação de necessidades locais e comunitárias, este sector é decisivo para o progresso solidário da sociedade portuguesa.

O cooperativismo faz parte da tradição dos ideais socialistas em Portugal e a Constituição da República releva o seu papel para o desenvolvimento do país. O Partido Socialista e os seus governos devem impulsionar a economia social, através do ideário doutrinário, da formação, da participação pública e de medidas de políticas fiscais, financeiras e institucionais eficazes.

7.8. Sustentabilidade. Uma Nova Relação do Homem com a Natureza.

A matriz predadora do capitalismo está a provocar graves desequilíbrios ecológicos, epidemias e escassez alimentar. O desenvolvimento sustentável – em termos económicos, sociais e ambientais – é uma questão central da renovação do pensamento e da acção socialistas. O Socialismo tem de redefinir as suas concepções sobre a Natureza e os socialistas têm de reconsiderar as suas relações com as questões ambientais. Na senda do racionalismo iluminista, as correntes socialistas originais desenvolveram concepções utilitaristas da natureza, a favor da satisfação das necessidades humanas e do desenvolvimento da produção. Esta posição compreende-se na sua contextualização histórica: a satisfação das necessidades sociais básicas, recorrendo à produção de bens a partir dos abundantes recursos naturais. Entretanto, tudo mudou.

A intensificação da industrialização e da urbanização, a sobre-exploração dos recursos naturais e o uso indiscriminado dos combustíveis fósseis provocaram graves desequilíbrios ecológicos: alterações climáticas, redução da biodiversidade, desertificação. O esgotamento de recursos naturais ameaça a vida no planeta Terra e traz ameaças sombrias de fome, epidemias e guerras.

Portugal tem abundantes e singulares recursos naturais e territoriais. Mas temos deixado degradar, de forma inadmissível e insustentável, esses privilegiados recursos:

- Desordenamento do território com um urbanismo expansivo.
- Ocupação massiva – legal e ilegal – do litoral.
- Poluição e contaminação da água e do ar.
- Congestionamento do tráfego viário com declínio do tráfego ferroviário e dos transportes colectivos.
- Devastação da floresta e desertificação em virtude dos incêndios e das actividades industriais e agrícolas.

Enfrentamos agora uma nova onda de desordenamento resultante dos resorts turísticos e de outras modalidades de turismo com implantação sobre a orla costeira e em espaços rurais e florestais, quase sempre em zonas ambientalmente sensíveis – REN, RAN, Sítios Natura 2000. A permissividade que favorece estes projectos predadores do território é fomentada pelos PIN (Projectos de Interesse Nacional) e por suspensões e alterações casuísticas dos Planos de Ordenamento em vigor. por parte do Governo e das Câmaras Municipais.

Portugal encontra-se numa encruzilhada, no que se re-

fere ao ordenamento do território e à sustentabilidade ambiental: concretizar, com firmeza, coerência e consistência as estratégias, planos e políticas que têm sido aprovadas e consagradas nos programas dos governos e nas directivas europeias; ou prosseguir com cedências aos interesses fundiários, imobiliários e da especulação turística. Nesta dilema se joga o futuro de Portugal: sociedade de progresso, qualidade de vida e justiça social acrescidas; ou território a caminho do esgotamento dos seus recursos naturais, do empobrecimento social e económico e da periferização civilizacional.

O Partido Socialista tem de assumir – no seu ideário, orientações e políticas – a sustentabilidade como modelo de desenvolvimento ambiental, económico, social, energético e territorial. Junto da Direcção do Partido deverá ser criado um Grupo de Trabalho, responsável pela sistematização de contributos e propostas para a renovação doutrinária e programática, nestas matérias. Propostas a integrar nos programas eleitorais e de governo (legislativas e autárquicas) e na acção quotidiana dos Socialistas e das estruturas partidárias.

7.9. Energia.

A utilização de energia está subjacente a todas as actividades humanas e a quantidade de energia disponível está fortemente correlacionada com a qualidade de vida das populações. O aumento da população do planeta, a melhoria das condições de vida em zonas densamente povoadas e o aumento generalizado da intensidade energética de todas as actividades humanas está a extremar os problemas ambientais, económicos e geopolíticos associados à distribuição destes recursos.

A utilização do gás natural, petróleo e carvão para assegurar mais de 85% das necessidades energéticas da humanidade representa uma factura ambiental cada vez mais pesada. Quando se discute a competitividade económica das alternativas, esta factura ambiental raramente é ponderada. Para além do continuado esforço em I&D que contribuirá para a maturidade e redução do custo de fontes alternativas de energia, é fundamental a generalização dos mecanismos de mercado que onerem as consequências negativas para o ambiente das diferentes fontes de energia. Só deste modo se poderá comparar de forma justa os seus custos reais.

A competição entre as diversas formas de produção de energia só poderá dar-se num quadro de transparência se o Estado garantir mecanismos de regulação e controlo adequados. A distribuição de energia não deve privilegiar determinados agentes económicos e formas de produção de energia em prejuízo de outros. As redes de distribuição de energia, monopólios naturais, devem ser detidas pelo Estado, de forma a que este possa assegurar condições de igualdade na concorrência e no acesso ao mercado a todos os potenciais interessados, quer estes sejam utilities tradicionais, quer sejam utilizadores/produtores individuais.

É fundamental o investimento em I&D num vasto leque de tecnologias de produção, armazenamento e distribuição: biocombustíveis, particularmente o etanol celulósico, as novas gerações de solar fotovoltaico, a fusão nuclear, as baterias e supercondensadores, a energia eólica, das ondas e das marés. Quando se trata de passar da fase de I&D à fase de produção comercial, o investimento em larga escala em novas tecnologias deve obedecer a um timing económico oportuno e vantajoso.

A diminuição do consumo de petróleo passa também pela mudança de paradigma nos transportes. Para além do reforço do investimento nos modos de transporte mais eficientes do ponto de vista energético, como a ferrovia ou o transporte marítimo, é fundamental que o transporte rodoviário evolua no sentido da flexibilidade de combustíveis. A emergência de automóveis eléctricos competitivos relegará a utilização de combustíveis para a produção de energia eléctrica, eliminando os principais factores de poluição atmosférica nos centros urbanos. Os governos do Partido Socialista têm estimulado o desenvolvimento das energias alternativas e da mobilidade eléctrica, um caminho a prosseguir com empenho.

O aumento da eficiência energética é a forma mais

potente de reduzir o consumo de energia e as emissões de gases de efeito de estufa. Através de alterações, muitas vezes simples e de baixo investimento, é possível obter diminuições substanciais nos consumos de energia, tanto nos sectores residencial como industrial. Portugal está muito atrasado entre os países europeus, consumindo a maior quantidade de energia em relação ao PIB de todo o continente. Isto significa que há aqui uma oportunidade para melhorar a performance energética e reforçar a nossa competitividade.

Portugal tem de ampliar e aprofundar a aposta nas energias alternativas. Mobilizando a investigação e os agentes económicos, podemos formar um cluster energético consistente e desenvolver o know-how necessário para reduzir o défice energético e criar vantagem competitiva na exportação de energia.

8. Reforma da Administração do Estado

A reforma da Administração do Estado passa por reduzir o número de Freguesias e de Concelhos e por criar as Regiões.

8.1. Reorganizar, Simplificar e Descentralizar a Administração

Para Portugal se desenvolver e competir na economia global torna-se necessário e urgente realizar as **reformas estruturais: Educação** (ensino e formação profissional) e **Governabilidade** (Sistema Político, Justiça e Administração Territorial do Estado). Estas mudanças estruturais, a par de uma visão para o papel geoestratégico e económico de Portugal no mundo, resolverão os nossos ancestrais problemas de afirmação e auto-estima, de produtividade e produção, e os défices da balança de transacções, da divida externa e orçamental.

Foi em 1835 que se realizou a última reforma administrativa territorial do Estado. Em quase dois séculos tudo mudou: Portugal, o Mundo, a economia, a sociedade, a distribuição geográfica da população. Mas a divisão administrativa do país, à excepção de pequenos retoques, permanece a mesma. O centralismo é um fardo pesado para a sociedade portuguesa. Estamos diante de uma questão que não é apenas administrativa: é também uma questão cultural e um problema político. O centralismo constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento do país.

Portugal está dividido em 308 concelhos, 4259 freguesias, 18 distritos e 2 regiões autónomas. Existem 36 concelhos com menos de 5000 habitantes e a dimensão populacional e geográfica das freguesias é muito desigual. Por imperativos de governabilidade, de coesão territorial e da despesa pública, torna-se necessário **reduzir o número de freguesias e de concelhos, criar as regiões e extinguir os governos civis**. Para além das vantagens de governabilidade e competitividade, as economias que daí resultam serão um contributo importante para a redução dos défices públicos e da dívida externa.

O processo político e institucional que há-de conduzir à reorganização da administração territorial do Estado, à descentralização e à regionalização exige um debate profundo, sem tabus nem omissões. Tudo tem de estar em equação: concelhos, freguesias, distritos, círculos eleitorais, áreas metropolitanas e regiões. E também a reorganização da administração descentralizada (territorial) do Estado, bem como as funções e a arquitectura organizacional do Estado no contexto das profundas mudanças económicas, geoestratégicas e civilizacionais que atravessamos.

8.2. A Descentralização e a Regionalização como Contraponto aos Efeitos da Globalização.

Se a descentralização/regionalização já era necessária por razões históricas e de desenvolvimento, a globalização e os processos de transformação que afectam as sociedades contemporâneas tornam mais necessária e premente a concretização desse grande designio nacional. A globalização e os processos de integração – no nosso caso o processo de integração europeia – vão no sentido de re-

duzir os poderes e as capacidades regulatórias dos Estados nacionais, com perda de identidades baseadas no modelo clássico do Estado Nação. Por outro lado, as transformações sofridas nas últimas décadas pelas sociedades contemporâneas, no sentido da complexidade, da aceleração das mutações e da tendência para o funcionamento em rede, implicam uma maior autonomia para as organizações políticas, económicas, sociais e culturais, locais e regionais. Ou seja: exigem uma maior descentralização dos processos administrativos e de governabilidade.

Só estas condições permitem tomar decisões rápidas e ajustadas às realidades locais e territoriais. Ao nível identitário, os governos e as instâncias locais e regionais são um contraponto aos efeitos que a globalização provoca na diluição das identidades nacionais.

8.3. A Regionalização como Impulso da Integração Europeia

Tem-se verificado um progressivo reforço do papel das regiões no processo de integração europeia. A maioria das políticas europeias são elaboradas (ou ajustadas) através do Comité das Regiões, da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) e de outras redes, bem como pela intervenção directa das Regiões junto da Comissão Europeia. As instâncias regionais representam um lobby poderoso junto das instituições europeias.

Portugal e a Grécia são os únicos países do antigo grupo da Europa dos 15 que não estão regionalizados. Esta situação representa uma clara fraqueza de participação real na construção europeia, na gestão eficaz dos Fundos Comunitários e de capacidade de desenvolvimento económico e social.

8.4. Descentralização e Regionalização: Como Fazer?

Há novas condições para incrementar a descentralização e criar as regiões político-administrativas. Emergem novas realidades territoriais de infra-estruturas, equipamentos e processos produtivos. Há novos protagonistas e actores ao nível regional e local, condições que propiciam um desenvolvimento mais sustentado do processo de descentralização e regionalização.

Eis as premissas:

- O debate sobre a regionalização deverá integrar-se num debate mais amplo sobre a reforma administrativa ao nível territorial – concelhos, freguesias, distritos – ainda que com prazos diferidos de implementação.
- A regionalização não é um fim em si. Constitui um meio para descentralizar e propiciar novos dinamismos de desenvolvimento equilibrado do território.
- O processo de transferências de competências e recursos para as regiões deve ser faseado.
- As regiões deverão ter órgãos e estruturas leves, não se permitindo novas burocracias e quadros de funcionários excessivos.
- Estabelecer-se-á o princípio de compensação ao nível de quadros de funcionários: o número de postos de trabalho criados nas regiões deverá implicar a redução de um número equivalente de postos de trabalho na administração central e local (origem das competências transferidas).
- As CCDR transformar-se-ão em estruturas técnicas das Regiões.
- Deverá instituir-se um quadro de articulação e contratualização entre as Regiões (NUTS II) e as Associações de Municípios (NUTS III) com experiência de contratualização, visando evitar a criação de novas tendências centralistas, desta vez ao nível regional.
- Em termos geográficos, a regionalização deve assentar nas cinco regiões-plano (área das CCDR) que demonstraram a sua pertinência nos 40 anos da sua existência (evitando as engenharias de fronteira que envenenaram o processo de 1998).

9. Por uma Democracia Mundial

9.1. O Desastre Neoliberal

A crise que o mundo atravessa é o resultado de um processo de globalização económica e financeira intencionalmente desregulada por decisores que defenderam um capitalismo neoliberal sem ética nem constrangimentos. Tudo começou com Reagan e Thatcher e culminou com George Bush. A partir dos anos 80 do século XX, foi lançada uma vaga privatizadora dos serviços públicos que constituíam o pilar fundamental do New Deal americano e do modelo social europeu do pós-guerra, um excepcional período de desenvolvimento civilizacional (crescimento económico com coesão social, descolonização, avanços nos direitos humanos).

A mundialização económica e comunicacional é um processo incontornável do desenvolvimento civilizacional. Contudo, para que esse processo se faça em Paz, com Justiça e Liberdade, exige-se uma nova governança mundial e uma renovada regulação global, democraticamente legitimadas ao nível político, económico e militar. A descrédibilização provocada pelas políticas de George W. Bush, do desastre da guerra do Iraque e o elevado défice externo dos EUA, a par da emergência de novas economias e blocos regionais, abrem perspectivas e oportunidades para a construção de um mundo multipolar, policêntrico, mais justo, solidário e sustentável.

9.2. Esquerda, Globalização e Internacionalismo.

Nos seus primórdios, o Socialismo fomentou as doutrinas e organizações internacionalistas, em contraponto ao capitalismo de pendor nacionalista. Paradoxalmente, com o capitalismo globalizado, a esquerda abdicou da intervenção internacionalista organizada, deixando esse papel aos movimentos sociais que têm denunciado e lutado contra efeitos nocivos da globalização e das suas instâncias: G8, FMI, GATT e OMC. Este combate tem de ser, hoje e no futuro próximo, uma das principais prioridades do Socialismo Democrático.

O combate é urgente porque a crise é profunda. Abalou as estruturas capitalistas e exige saídas rápidas, antes que se instale o caos. Duas alternativas se colocam, não estando pré-determinadas:

- A reconstrução musculada dos grandes grupos económicos e dos seus centros de regulação económica e militar.
- Uma nova regulação mundial assente no respeito pelas liberdades, na equidade e justiça social e na sustentabilidade ambiental.

Este é o maior desafio que o Socialismo Democrático enfrenta na era contemporânea. Desafio estimulante porque é também uma oportunidade única: a luta pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial, de natureza multilateral, policêntrica, baseada na equidade e coesão social, na segurança e na sustentabilidade ambiental. Continuamos sem saber o que anda a fazer a Internacional Socialista, instância global do Socialismo Democrático, em relação aos temas da globalização. O PS precisa de empenhar-se numa intervenção activa na IS, para que os partidos do Socialismo Democrático assumam, como é sua vocação, a liderança reformadora global que a situação exige.

9.3. Valores e Causas de um Novo Internacionalismo.

São, neste contexto, valores e causas fundamentais do campo do socialismo democrático:

- O combate universal pelas liberdades, pela paz e pelo respeito dos direitos humanos: (abolição da pena de morte, encerramento de Guantánamo).
- A luta conta a pobreza e as desigualdades sociais, com particular atenção ao Continente Africano.
- O direito à formação escolar e profissional, à cultura e à emancipação dos povos oprimidos.

- O fomento da aliança de civilizações com base no diálogo, na convivência e na cooperação entre povos de culturas e credos diversos.
- A integração dos migrantes, com base em acordos multilaterais, regulando os fluxos, assegurando condições dignas de acolhimento e de retorno.
- O estabelecimento do direito universal à água potável.
- Um novo modelo de desenvolvimento económico sustentável integrando o combate e prevenção das causas das alterações climáticas, a expansão das energias renováveis, a protecção da biodiversidade e dos recursos hídricos.
- Novas modalidades de regulação económica e financeira sólidas, eficientes, democraticamente controladas.

Recorde-se que um dos melhores períodos da história do desenvolvimento mundial, os anos 30/60 do século XX, após a grande depressão de 1929, se baseou no keynesianismo, ou seja, nos apoios do Estado à reestruturação industrial com ganhos de produtividade, mas também ao Estado-Providência, o New Deal e o modelo social europeu, com fortes investimentos na coesão, bem estar social e condições de vida (saúde, segurança social, educação, subsídio de desemprego, férias pagas). A saída da crise de 2008 só terá sucesso se investirmos num modelo de desenvolvimento sustentável aos níveis económicos e financeiros, mas também de redução das desigualdades e reforço da coesão social. E com sustentabilidade ambiental.

9.4. Uma Nova Ordem Mundial

Os problemas mundiais nos planos económicos, financeiros, sociais e ambientais justificam uma negociação entre todos os países, no âmbito da ONU, com vista à construção de uma nova ordem mundial. Essa nova ordem mundial deve permitir o desenvolvimento harmonioso e sustentável de todos os países, bem como a redução das grandes desigualdades de rendimento entre o Norte e o Sul e no interior de cada país.

Os objectivos principais dessa negociação poderão ser:

- Tornar as Nações Unidas uma organização independente do financiamento dos governos, através de uma taxa sobre todas as transacções comerciais a pagar pelos cidadãos dos países com um rendimento médio acima de um determinado valor. A taxa será, por exemplo, de 1% sobre todas as transacções de consumo, ou outras a definir.
- Com base nestes recursos, a ONU financiará a educação e a saúde nos países pobres que o aceitem, financiamento a ser organizado directamente, ou através de organizações da sociedade local e não através dos governos nacionais.
- Os grandes países em vias de desenvolvimento com recursos relevantes, como por exemplo, a China, Angola, Arábia Saudita, Irão, ou outros não democráticos, deverão pagar uma taxa com o mesmo objectivo, calculada sobre as vantagens competitivas que resultam da inexistência de liberdade sindical, salários artificialmente baixos, moeda artificialmente desvalorizada e da ausência de pagamento do CO2 produzido.

Uma negociação desta natureza e dimensão não será fácil, mas abrirá novas perspectivas de debate das injustiças relativas existentes entre os países e blocos de países, além de um conhecimento aprofundado das novas soluções possíveis. O mero debate destas questões constituirá um passo de gigante na direcção da boa governança global.

9.5. Por uma Democracia Planetária.

Um mundo global exige soluções globais. Um mundo mais justo e mais humano, solidário e sustentável,

em sintonia com os valores do humanismo e os ideais do socialismo, para enfrentar os desafios e os problemas da globalização, tem de assentar em instituições de governabilidade e regulação mundiais democraticamente legitimadas, com a intervenção directa dos povos e das organizações sociais:

- Conselho Executivo, composto por 15/20 países, representando os diversos continentes, dimensão e culturas, periodicamente renovável, e eleito pelo conjunto dos países.
- Órgão legislativo (parlamento) integrado, numa primeira fase, por representantes dos parlamentos nacionais.
- Conselho Económico, Social e Ambiental, integrando representantes das organizações sindicais, profissionais, associativas e ONG.
- Estabelecimento do referendo popular para questões de natureza estratégica universal (alterações climáticas, acordos de comércio mundial, abolição da pena de morte, entre outras).

9.6. Regulação do Sistema

Financeiro Internacional.

A crise financeira internacional de 2008/2009, que foi iniciada nos Estados Unidos, afectou todas as economias mundiais, com repercussões muito graves na vida dos povos. A desregulação do sistema financeiro dos Estados Unidos conduziu a uma bolha especulativa de enormes dimensões, a qual arruinou milhões de famílias em todo o mundo e levou à bancarrota países inteiros, como a Islândia e a Irlanda. Neste último país, o sistema financeiro foi salvo pela intervenção do Governo com o dinheiro e o crédito dos contribuintes, à custa de um défice gigantesco superior a 30%. O mesmo aconteceu nos Estados Unidos, onde os principais bancos e companhias de seguros foram salvas pela intervenção do Governo.

Um pouco por todo o mundo, foram os contribuintes anónimos que com os seus impostos evitaram males maiores no sistema financeiro mundial, enquanto os banqueiros e gestores ficaram com os milhares de milhões de dólares e euros que acumularam em resultado da falta de regulação dos Estados. Continuam nos seus lugares, auferindo recompensas em tudo semelhantes ao passado. O mundo assistiu e assiste à maior transferência de riqueza dos pobres para os ricos de que há memória em democracia.

No plano internacional, os partidos do Socialismo Democrático não podem passar em claro, várias questões:

- Não é compatível com a economia de mercado, conforme defendida pelos arautos do liberalismo, que os Estados, com o dinheiro dos contribuintes, salvem da falência os bancos e as grandes empresas, com o pretexto do perigo sistémico. A ser assim, os grandes detentores do dinheiro não correm riscos porque passam a estar seguros pelos impostos e pela redução dos salários da classe média e dos trabalhadores em geral.
- Não menos preocupante, ficou claro com a presente crise que a desregulação financeira e a ganância de banqueiros e investidores foi a causa do desastre. Todavia, não foram retiradas deste facto as devidas consequências e a regulação financeira continua deficiente. São claros os sinais de que tudo pode ficar na mesma, com o argumento de que a regulação prejudica a liberdade dos mercados. Ou seja, é a instituciona-

lização mundial do preceito político de que os mais pobres passem a pagar as crises dos mais ricos.

Os partidos da Esquerda, em todo o Mundo, não podem continuar a pactuar com esta evolução da filosofia e das práticas políticas. Os cidadãos terão de ganhar consciência das enormes cedências sociais que têm sido feitas para afirmar uma filosofia profundamente injusta e mentirosa, que os prejudica e lhes retira direitos que levaram séculos e muitos sacrifícios a conquistar.

São estas as nossas propostas:

- Regulação do sistema financeiro internacional, no sentido de não ser permitido aos bancos usar o dinheiro dos depositantes e investidores em produtos de alto risco.
- Separar a actividade dos bancos comerciais dos bancos de investimento.
- Trabalhar para reduzir a importância relativa da componente financeira nas decisões dos governos, grandes empresas e grupos económicos, procurando valorizar outros factores como o progresso tecnológico, a competitividade dos sectores produtivos e o emprego.
- Defender junto das instituições europeias e mundiais, nomeadamente nas Nações Unidas, o fim dos offshores e um maior controlo das transferências de capitais associados à criminalidade e à droga.

10. Portugal na Europa e no Mundo.

Portugal desempenhou um papel primordial nos séculos XV e XVI contribuindo, decisivamente, para a criação das condições de transição para a modernidade universal, o progresso humano, técnico e científico. Portugal foi o pioneiro da globalização, foi uma plataforma de encontro de culturas e de ideias, de encontro de civilizações. Quinhentos anos passados, Portugal enfrenta novos desafios face à globalização, à integração europeia e à transição para a sociedade do conhecimento. Antigo ou moderno, Portugal permanece a mesma encruzilhada de culturas, recebendo agora os novos imigrantes africanos, brasileiros, asiáticos e do leste europeu.

Desde os Descobrimentos, passando pelo movimento migratório, Portugal convive naturalmente com uma grande diversidade de culturas, pelas inúmeras actividades que oferece, pela importância do turismo, pela atracção que exerce, pelas rotas que aqui convergem e pela imigração que acolhe. Desta diversidade, deste encontro cultural, representado simultaneamente pela reconciliação com o passado e pelo desenvolvimento prospectivo daquilo que será, certamente, a sociedade de amanhã, Portugal pode tirar benefícios muito especiais.

Portugal tem os trunfos necessários para enfrentar os desafios de um tempo onde nos confrontamos com uma crise social profunda, onde se tem consciência de que é o modelo de desenvolvimento e o próprio modelo de sociedade que está em causa. Os instrumentos que temos para a análise da crise só nos permitem ter uma visão sectorial ou disciplinar da realidade. Nas empresas ou nas universidades, nas estruturas públicas ou nas privadas, a única forma de respondermos criativamente à imprevisibilidade do mundo é formarmos cidadãos autónomos e livres, com opiniões próprias, com uma inteligência sensível, com flexibilidade e abertura de pensamento. O afastamento das

elites dos centros de decisão, bem como a incapacidade para dar espaço aos projectos inovadores que vão emergindo nas diferentes comunidades é um risco para a nossa Democracia, já que limita a abertura e a capacidade visionária necessárias a uma estratégia inventiva dos futuros possíveis.

Para que Portugal venha a ocupar uma posição de algum relevo na Europa e na economia global é necessário **afirmar uma nova centralidade euro-atlântica** e participar activamente na construção de uma Europa mais policêntrica, bem como apostar, com autonomia ou no quadro europeu, na instituição de uma nova governabilidade democrática de ordem política, económica e militar, ao nível planetário. É necessário apostar numa dimensão social estratégica que potencie a emergência de um novo modelo social, colocando o homem no centro de todas as coisas.

A sociedade não é apenas o somatório de áreas do conhecimento ou de corporações. Afirmar a identidade, a memória e o património de um povo não é incompatível com uma cultura de inovação e mudança. Uma cultura de intervenção, capaz de atravessar todas as áreas da governação e de dar um sentido de unidade e coerência a um projecto político, a uma ideia de desenvolvimento integrado e harmonioso. Uma ideia de cultura que seja, ao mesmo tempo, memória e tradição, o cimento que suporta toda a estrutura social e lhe dá identidade.

Portugal pode ser um país privilegiado no diálogo com os países emergentes, nomeadamente a China, a Índia e o Brasil, tendo em conta todo o passado histórico e as redes de complicitades que se foram reforçando ao longo do tempo e que é urgente não deixar apagar.

Finalmente, há que ter em conta a diáspora portuguesa que permite encontrar em todo o mundo gente que pensa também em Português. Esses portugueses podem ser verdadeiros embaixadores de Portugal no Mundo, não só na perspectiva de projectar o nosso país no contexto internacional, mas também de alimentar a nossa compreensão do mundo multicultural e mestiço em que vivemos.

Todo este projecto de reforço da ligação e da afirmação europeia no mundo deve ser acompanhada por duas alianças estratégicas no interior do espaço europeu: com a Espanha, não só no contexto do espaço ibérico, mas acima de tudo no quadro da realidade ibero-americana, pois não podemos nem devemos esquecer que os falantes de Português e de Castelhana representam um universo de 650 milhões em todo o mundo. A segunda aliança estratégica deve ser feita com a França no contexto das relações com os países africanos, pois há muitas semelhanças e interesses comuns entre os projectos da lusofonia e da francofonia.

Em suma, para que Portugal possa outra vez assumir-se como uma plataforma estratégica ao nível internacional, como o espaço mais significativo de diálogo da Europa com o mundo, há que, para além da aposta na projecção exterior que acabámos de referir, nos assumirmos como um país que é um efectivo laboratório social de diálogo e contaminação de culturas, um espaço de encontros, de troca e de criação de complicitades onde em permanência se concebem e realizam projectos que misturam criadores, línguas e temáticas. Mostrar e afirmar como, ao longo da sua História, Portugal foi e pode ser, efectivamente, uma plataforma de encontro de culturas e de ideias, de encontro de civilizações.

Portugal pode assim reassumir um papel estratégico na Europa e no Mundo. Já não como potência e império, mas como laboratório de invenção do futuro.